

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRESSA CAVALHEIRO RAMOS

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM TERRAS INDÍGENAS E O BEM VIVER

CURITIBA

2021

ANDRESSA CAVALHEIRO RAMOS

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM TERRAS INDÍGENAS E O BEM VIVER

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Vander Valduga
Coorientadora: Profa. Dra. Clarice Bastarz

CURITIBA

2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584

Ramos, Andressa Cavalheiro.

Turismo de base comunitária em terra indígenas e o bem viver /
Andressa Cavalheiro Ramos – Curitiba, 2021.
165 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Turismo.
Orientador: Prof. Dr. Vander Valduga
Coorientadora: Profª Drª Clarice Bastarz

1. Turismo – Estudo e ensino . 2. Lazer. 3. Áreas indígenas. 4.
Turismo – Aspectos sociais. 5. Turismo cultural. I. Título. II. Universidade
Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO TURISMO -
40001016079P9

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação TURISMO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ANDRESSA CAVALHEIRO RAMOS** intitulada: **Turismo de Base Comunitária em Terras Indígenas e o Bem Viver**, sob orientação do Prof. Dr. VANDER VALDUGA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa. A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 20 de Dezembro de 2021.

Assinatura Eletrônica

31/01/2022 11:18:38.0

VANDER VALDUGA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

31/01/2022 15:38:56.0

MARCELO CHEMIN

Avallador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

31/01/2022 16:11:20.0

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO

Avallador Externo (UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU)

Rua Rockefeller, 57 - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 80230-130 - Tel: (41) 3535-6281 - E-mail: ppgturismo@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 143730

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 143730



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO TURISMO -
40001016079P9

ATA Nº14.21

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRA EM TURISMO**

No dia vinte de dezembro de dois mil e vinte e um às 14:30 horas, na sala <https://meet.google.com/oxi-vkxx-ttk>, Meet, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestranda **ANDRESSA CAVALHEIRO RAMOS**, intitulada: **Turismo de Base Comunitária em Terras Indígenas e o Bem Viver**, sob orientação do Prof. Dr. VANDER VALDUGA. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação TURISMO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: VANDER VALDUGA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), MARCELO CHEMIN (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO (UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela **APROVAÇÃO**. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestra está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, VANDER VALDUGA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Curitiba, 20 de Dezembro de 2021.

Assinatura Eletrônica

31/01/2022 11:18:38.0

VANDER VALDUGA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

31/01/2022 15:38:56.0

MARCELO CHEMIN

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

31/01/2022 16:11:20.0

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU)

Dedico esta dissertação aos meus ancestrais, que me guiam; aos meus pais, que sempre me incentivaram e me dão força para realizar meus sonhos, e aos povos indígenas, meus mestres do Bem Viver, da floresta e da alma.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, toda a minha gratidão sempre! Meu Pai amado, que onde estiver sei que está vibrando comigo por mais essa conquista, que partiu tão cedo para o mundo dos encantados, virou meu ancestral mais novo e segue abençoando meus dias. A minha mãe, mulher forte, guerreira, sensível, parceira e amiga. Enfrentamos juntas o momento mais difícil de nossas vidas e, com muita fé, estamos em pé e com muita força pra seguir, que aguentou todo o nervosismo e “surto” dos desafios de uma mestranda em “tempos pandêmicos”, com todo amor e paciência de Mãe!

Gratidão aos povos indígenas, meus mestres e amigos, lideranças, mulheres, anciãos, crianças, artesãos, pesquisadores, entre tantos que tenho muito respeito e oportunidade de conhecer e me ensinam em palavras, rezas e exemplos, com muita sabedoria, paciência, amor, alegria de viver, verdade, força e firmeza. Que seguem suas missões de alma na vida, lutam pelo que acreditam e é para o bem de todos, me mostrando que o *nhandereko*, o modo de vida Guarani, o Bem Viver dos povos originários como um todo, é o que firma a vida humana nessa Terra. Cada encontro, com cada povo, das diferentes formas, seja pessoalmente, seja acompanhando à distância, nas leituras e outros meios, é um aprendizado inexplicável de transformação que acontece aqui dentro. A lista de gratidão é grande, alguns estão citados na pesquisa, mas agradeço, em especial, a Juliana Kerexu, professora, amiga e irmã, que há algum tempo é uma grande parceira de boas risadas, alegrias, choros, espiritualidade, lutas, desafios e aventuras, junto com sua família, que eu tanto amo e que agradeço por me acolherem de coração, representando toda a minha gratidão ao povo Guarani, por sua sabedoria e forma calma, porém, precisa de se expressar e ensinar.

Agradeço ao orientador prof. Dr. Vander Valduga do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Paraná (PPGTUR/UFPR) e à coorientadora prof.^a. Dr^a. Clarice Bastarz, do Departamento de Turismo da UFPR, por toda orientação, paciência, confiança e por todos os conselhos e correções necessárias nesse tempo de mestrado. Ao prof. Dr. Sandro Campos Neves do PPGTUR/UFPR, que deu início ao processo no mestrado e acompanhou parte do meu caminho na pesquisa. Agradeço aos colegas queridos de minhas turmas e a todos do Turismo da UFPR, professores e técnicos, por esses anos de vivência, entre graduação e

pós-graduação, nesse lugar que realizei o sonho de ser Turismóloga e agora Mestre em Turismo pela instituição, que me trouxe tanto conhecimento, boas experiências e amizades que levo pra vida.

Ao prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio da Universidade Regional de Blumenau (FURB), minhas reverências, admiração e respeito por toda sua trajetória e linha de pesquisa, e ao prof. Dr. Marcelo Chemin do PPGTUR/UFPR, que tive a oportunidade de ter a presença em todas as fases de avaliação do mestrado. Agradeço muito por estarem presentes na qualificação e na banca, pelas contribuições de ambos, que foram decisivas para concluir a dissertação, apresentadas de forma muito gentil, atenta e com sensibilidade ao tema.

Ao prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), por aceitar ser meu supervisor e ter oportunizado, com muita gentileza e acolhimento, realizar parte do estágio sanduíche, mesmo nas dificuldades da pandemia. À prof.^a. Dr.^a. Maria Goretti Tavares, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFPA), minha admiração e gratidão por acompanhar e me ensinar sobre bons caminhos das mulheres na academia. A Letícia Leite e Camila Sobral Barra, ambas do Instituto Socioambiental (ISA) na ocasião do contato, meu agradecimento especial pela abertura, trocas de ideias fluidas, leves, profissionais e acolhedoras, que gentilmente disponibilizaram os documentos para análise, dos projetos realizados pelo ISA.

Grazie, Ana Carolina da Silva, mestra em Engenharia Floresta pela UFPR e pela Universidade de Pádua na Itália, prima e amiga amada, que tenho muito orgulho, que trouxe seu olhar preciso e objetivo, me dando muita força pra seguir na pesquisa. Todo meu carinho e louros para você sempre, Carol! Muito grata também a Julianin Araújo, amiga querida, doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), que, na amorosidade, experiência na pesquisa e dom em ajudar o próximo, me ouviu muito e aconselhou a trilhar caminhos leves dentro da pesquisa. Gratidão, Ju!

Agradeço a minha família, irmãs, sobrinhos e cunhados, por estarmos juntos nessa jornada, seguimos na força, amor, paz e união! Gratidão aos irmãos de fé e a todas as minhas amigas que me apoiaram de alguma forma, em diferentes momentos, em especial, a Amanda Jorge, Cybelle de Lara e Tati

Ferreira, que dividem sonhos, anseios e alegrias “desde os primórdios até hoje em dia”! Gratidão ao amigo de batucadas e pesquisa André Malinski, que se encantou e deixou seu legado de sabedoria, irreverência, alegria, arte, ousadia e coragem por onde passou. Doutorando em História pela UFPR, parceiro de longas prosas de RU, em nossa última conversa, terminou dizendo “guardo notícias sobre tua dissertação”, pois bem, está aí amigo!

Ao Programa Fluir+, sob o comando de Evelyn Verônica, uma mentoria que reúne mulheres pesquisadoras de todo o Brasil, que surgiu no momento certo dessa caminhada, pois nos apoiamos e partilhamos os anseios de mulheres que vivem esse tempo, onde a sensibilidade do feminino tem que encontrar caminhos leves para seguir o fluxo natural na pesquisa, como a vida é, porém, num ambiente obviamente racional e num sistema majoritariamente patriarcal da academia. A Katia Voigt, profissional e mulher incrível, que já é mais que uma psicóloga, uma grande amiga, quem eu admiro e sou extremamente grata pelo trabalho feito juntas até hoje. Façam terapia, é libertador! Trago todas essas mulheres especiais em meu coração, partilho e celebro com elas também a alegria de finalizar esse ciclo!

A lista de gratidão é grande e ainda tenho muito a agradecer por estar viva, seguir acreditando e não desistindo, sacudindo a poeira e dando a volta por cima, mesmo com toda dificuldade, desvios e adaptações neste caminho.

“*Gracias a la vida que me ha dado tanto*”. À luz de meus ancestrais, à *Nhanderu*, Oxalá, Deus, o Grande Espírito e aos meus guias, eu agradeço por toda a proteção, força, firmeza e coragem que me concedem em cada passo. *Aguyjevete!* Pra finalizar, trago um trecho de outra música que representa o sentido sobre o que acredito da vida, é seguir no amor e na fé, lutando por dias melhores e de consciência de respeito e cuidado por *pachamama*, porque “o que será que a vida dará? Vai depender de nossas ações, somos senhores de nosso destino, é crer e atuar.” E fechando como meu pai, meu grande mestre, amava cantar: “viver e não ter a vergonha de ser feliz, cantar a beleza de ser um eterno aprendiz”. Somos seres de Humanas e nossas relações não precisam ser diferentes disso e menos afetivas. Seguimos na intensidade e boa vibração no presente de viver, a vida é um sopro!

O Levante

Estremece o coração...

Estremece o céu...

*Estremece o chão, com as pisadas no chão desses pés,
os pés de guerreiros e guerreiras, no ecoar dos mbarakas, no ecoar das
vozes...*

Estremece os céus em forma de tempestade, o pai Tupã vem lavar essa terra...

O vermelho cor sangue do urucum escorre dos corpos...

*Lave esse vermelho sangue do urucum, que simboliza o sangue dos nossos
ancestrais nesse chão.*

Estremece o chão...

*Estremece o céu com a força das vozes que fazem ecoar rezos vindos da
ancestralidade, vozes da espiritualidade...*

Estremece o chão com as pisadas dos guardiões dessa terra!

Estremece os céus com os rezos ancestrais!

*Somos o levante! Somos nós os povos originários
deste chão chamado "Brasil"!*

Um poema que vem do coração, do espírito...

*um poema que vem da inspiração de nós guerreiros e guerreiras que lutaram e
lutam pelo direito de existir, o direito à vida!*

Salve povo guerreiro!

Salve a força da

natureza! Salve a

ancestralidade!

Poesia da Cacique Juliana Kerexu do Povo Mbya Guarani, no Levante pela
Terra. Brasília, 2021.

Interpretada por Ricardo Wera "Na força do Mborai". Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=g_s6hcpd7ug>

RESUMO

O turismo de base comunitária (TBC) em Terras Indígenas (TIs) é uma alternativa de etnodesenvolvimento. As vivências nas aldeias partem do natural, atraindo visitantes que sentem o chamado profundo em conhecer a riqueza cultural, o patrimônio natural e todo o universo preservado nos territórios originários em uma proposta que visa uma experiência de trocas de saberes entre as populações locais e o visitante. Desde a Instrução Normativa 3/2015 da FUNAI, são estabelecidas normas para a visita turística de base comunitária e sustentável em terras indígenas. Fica estabelecido que sejam feitos Planos de Visitação (PVs) como documento regulatório e de planejamento das atividades. Sendo assim, o problema desta pesquisa está em saber se “os Planos de Visitação em Terras Indígenas contemplam os princípios do Turismo de Base Comunitária? Nesse sentido, objetivo geral buscou analisar os Planos de Visitação de Turismo de Base Comunitária em Terras indígenas, à luz do etnodesenvolvimento e do Bem Viver. O estudo apresenta uma revisão bibliográfica, documental e descritiva para o referencial teórico. Por meio da análise de conteúdo através do desenvolvimento da pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória e documental, foram analisados quatro PVs aprovados pela FUNAI, na intenção de compreender como esses planos são elaborados e de que forma contemplam os princípios de TBC, valorizam o Bem Viver e promovem o etnodesenvolvimento das comunidades envolvidas. Além disso, para finalizar as análises, foram feitas nove entrevistas com lideranças de diferentes realidades e regiões geográficas, na intenção de compreender o que é o Bem Viver para esses povos em seus territórios. Antes de ser pensado pelo viés econômico, o TBC em TI se trata de uma proposta voltada para o protagonismo da comunidade, contribuindo para o empoderamento, visibilidade, geração de benefícios, melhora na qualidade de vida, conservação ambiental, além de servir de instrumento de educação para valorização e reconhecimento da presença, luta, resistência, cultura e o Bem Viver dos povos indígenas.

Palavras-chaves: Turismo de Base Comunitária. Turismo em Terras Indígenas. Bem Viver. Etnodesenvolvimento. Planos de Visitação.

ABSTRACT

Community-based tourism (TBC) in Indigenous Lands (TIs) is an alternative for ethnodevelopment. The experiences in the villages start from the natural, attracting visitors who feel the deep call to know the cultural wealth, the natural heritage and the entire universe preserved in the original territories in a proposal that aims at an experience of exchange of knowledge between the local populations and the visitor. Since FUNAI's Normative Instruction 3/2015, rules have been established for community-based and sustainable tourist visitation in indigenous lands. It is established that Visitation Plans (PVs) be made as a regulatory and activity planning document. Therefore, the problem of this research is to know if "the Visitation Plans in Indigenous Lands contemplate the principles of Community-Based Tourism? In this sense, the general objective sought to analyze the Visitation Plans for Community-Based Tourism in Indigenous Lands, in the light of ethnodevelopment and Good Living. The study presents a bibliographic, documentary and descriptive review for the theoretical framework. Through content analysis through the development of research with a qualitative, exploratory and documentary approach, four PVs approved by FUNAI were analyzed, with the intention of understanding how these plans are prepared and how they contemplate TBC principles, value Good Living and promote the ethnodevelopment of the communities involved. In addition, to finalize the analyses, nine interviews were carried out with leaders from different realities and geographic regions, in order to understand what Good Living is for these peoples in their territories. Before being thought of from an economic point of view, the TBC in IT is a proposal aimed at the protagonism of the community, contributing to empowerment, visibility, generation of benefits, improvement in the quality of life, environmental conservation, in addition to serving as an instrument of education for valuing and recognizing the presence, struggle, resistance, culture and Good Living of indigenous peoples.

Keywords: Community-Based Tourism. Tourism in Indigenous Lands. Good Living. Ethnodevelopment. Visitation Plans.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Guarani digital	35
Figura 2 - Linha do tempo da regulamentação do turismo em TI	80
Figura 3 - Mapa do Amazonas: região dos PV'SSERRAS Guerreiras do TAPURUQUARA, RIO MARIÉ E YARIPO	90
Figura 4 - Reunião das comunidades participantes.....	91
Figura 5 - Expedição Serras Guerreiras Tapuruquara.....	92
Figura 6 - Pesca esportiva Rio Marié	93
Figura 7 - Reunião PV Rio Marié.....	94
Figura 8 - Expedição subida ao YARIPO (Pico da neblina).....	95
Figura 9 - Carregador Yanomami na expedição Yaripo	96
Figura 10 - Localização da TI Tenondé Porã no Estado de São Paulo	97
Figura 11 - Coral MBYA GUARANI	98
Figura 12 - Coral MBYA GUARANI	99
Figura 13 - Comunidades participantes.....	105
Figura 14 - Roda de conversa com o Pajé Yanomami	108
Figura 15 – Alojamento	110
Figura 16 - Roda de conversa com o Pajé Yanomami	110
Figura 17 - Comercialização do artesanato.....	110
Figura 18 - Barco-Hotel	112
Figura 19 - Embarcações utilizadas para prática de pesca esportiva.....	112
Figura 20 - Monitoramento da trilha.....	113
Figura 21 - Acampamento móvel.....	113
Figura 22 - Cultura alimentar MBYA GUARANI.....	114
Figura 23 - Comercialização do artesanato MBYA GUARANI.....	115
Figura 24 - Roteiro com passeio de canoa	117
Figura 25 - Expedição YARIPO	118
Figura 26 - Mapa Norte e Nordeste Brasileiro: Aldeias Campina, Lagoa Bonita, Funil-ô e	120
Figura 27 - Mapa Sudeste e Sul Brasileiro: Aldeias Tupinikim, Apucarantina e Kakané Porã.....	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Princípios do TBC de acordo com ICMBIO	62
Quadro 2 – Diretrizes do TBC	63
Quadro 3 – Referencial de análise para iniciativas de TBC	65
Quadro 4 – Objetivos específicos.....	81
Quadro 5 – PV Serras Guerreiras do Tapuruquara	83
Quadro 6 – PV Rio Marié	84
Quadro 7 – PV YARIPO	Erro! Indicador não definido.
Quadro 8 - PV TENONDÉ PORÃ.....	86
Quadro 9 – Participantes das entrevistas	88
Quadro 10 – Dominialidade	100
Quadro 11 – Organização comunitária.....	104
Quadro 12 – Democratização de oportunidades e repartição de benefícios	106
Quadro 13 – Integração econômica	109
Quadro 14 – Interculturalidade	116
Quadro 15 – Qualidade ambiental.....	118

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

ABONG	Associação Brasileira de ONGs
ACIR	Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas
ACIBRN	Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro
AMYK	Associação das Mulheres Yanomami KUMIRAYOMA
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ATL	Acampamento Terra Livre
AYRCA	Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes
BV	Bem viver
CGETNO	Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento da FUNAI
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COP26	Conferência das Nações Unidas pelo Clima
ENTBL	Encontro de Turismo de Base Local
FIB	Felicidade Interna Bruta
FOIRN	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IN	Instrução Normativa
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA	Instituto Socioambiental
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTUR	Ministério do Turismo

ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PARNA	Parque Nacional
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PV	Plano de Visitação
REDE	Rede Cearense de Turismo Comunitário
TUCUM	Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário
SEMATUR	Secretaria de Turismo do município de São Gabriel da Cachoeira
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
TBC	Turismo de Base Comunitária
TI	Terra Indígena
TRC	Turismo Rural Comunitário
UAB	Untamed Angling do Brasil
UC	Unidade de Conservação
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. BEM VIVER	26
3. ETNODESENVOLVIMENTO	39
4. TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	49
4.1. Definições e Breve Histórico	50
4.2. Diretrizes e Princípios do Turismo de Base Comunitária	59
5. TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM TERRAS INDÍGENAS	67
5.1. Regulamentação do Turismo em Terras Indígenas.....	72
6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	80
7. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	89
7.1. Planos de Visitação analisados.....	90
7.2. Os princípios do Turismo de Base Comunitária como norteadores dos Planos de Visitação	100
7.3. O Bem Viver na fala de povos indígenas brasileiros	120
8. CONCLUSÕES	126
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICE A – Métodos estabelecidos para a elaboração dos PVs	139
APÊNDICE B – Distribuição das competências.....	141
APÊNDICE C – Estrutura e custo	146
APÊNDICE D – Plano de negócios.....	147
APÊNDICE E – Primeiros socorros, manual de conduta e boas práticas, proibição para entrada de bebidas e drogas e gestão de resíduos	148
APÊNDICE F – Estratégias de monitoramento da visitação e capacitação dos proponentes	154
APÊNDICE G – Respostas das entrevistas de lideranças indígenas sobre o bem viver	156

1. INTRODUÇÃO

A história mostra a capacidade da humanidade se desenvolver sobre outras espécies, ocupando e modificando territórios de acordo com suas necessidades, reconhecendo esse processo como “desenvolvimento”. Porém, em nossas florestas brasileiras e latino-americanas, além da rica flora e fauna, habitavam originalmente populações indígenas, com seus saberes, tecnologias, hábitos, culturas e dinâmicas próprias em seus territórios. Povos que sofreram consequências, como o genocídio, o deslocamento de famílias, a dependência econômica, a cultura desvalorizada, desrespeitada e, em muitos casos, sendo obrigadas a serem modificadas por fortes influências externas. Um padrão de poder advindo de um empreendimento colonizador, a partir do século XVI, em prol de uma organização social e cultural, uma política desenvolvimentista, de uma relação eurocentrista de poder na história (MAIA; FARIAS, 2020; SILVA; NETO, 2019; GONÇALVES, 2019; QUIJANO, 2000). Emerge, assim, uma estrutura dinâmica de colonialidade do poder, advindo de eixos fundamentais: “o racismo, a dominação de gênero, a colonização da natureza, o controle de trabalho e o pensamento eurocêntrico” (GONÇALVES, 2019, p. 67).

A diversidade cultural latino-americana foi vista como uma “aberração” composta por povos exóticos, que viviam fora dos padrões ocidentais, desde o marco na história em 1492, data da invasão e primeiro contato dos europeus com os povos originários, com a chegada de Cristóvão Colombo no território que hoje compreende a América, dando início ao processo de “colonialismo eurocentrado” e encobrimento dos povos originários. Os viajantes retratavam as diferenças entre o mundo “grotesco e selvagem” das populações locais, com o mundo “civilizado” europeu, que, numa relação de domínio estrangeiro, seriam facilmente dominados e catequizados, como relatados no diário de Colombo no dia 12 de outubro de 1492, em que relata o “descobrimento das novas terras”.

Em resposta a esse processo histórico de invasão, colonização, genocídio, extinção de povos, línguas e perda de território, frente aos interesses do capital, ao longo de mais de quinhentos anos, surge a necessidade do pensamento e de ações de descolonização e reapropriação desses territórios pelas comunidades originárias (BIANCHINI; MARCELINO, 2017). Trazendo para o contexto brasileiro na visão dos povos indígenas:

Há 519 anos, nós povos indígenas do Brasil temos nos especializado em resistir. Acreditamos que ainda teremos muito mais a oferecer à humanidade, afinal, são séculos de conhecimento acumulado. Mais de mil povos conviviam com a diversidade de crenças sob a bênção dos encantados, havia muito mais a aprender, mas com as caravelas europeias chegaram as espadas, a cobiça e a ideia de que não éramos os senhores de nossas terras e de nossas vidas. E apesar do genocídio que aqui seguiu, conseguimos chegar ao século XXI. Muitos de nós fomos escravizados, centenas de povos foram dizimados e muitas culturas aniquiladas. Nos trataram como mercadorias, ou como um grande empecilho à ambição refletida à ideia do progresso. Resistimos ao período colonial, resistimos ao império, à chegada da república e até mesmo à ditadura militar que matou mais de 8 mil indígenas (GUAJAJARA, 2019, s/p).

Essa transcrição é parte da fala de Sonia Guajajara, no Fórum Permanente sobre Assuntos Indígenas da Organização das Nações Unidas

(ONU), que, na ocasião, teve como tema o “conhecimento tradicional dos povos indígenas: geração, transmissão e proteção”, reunindo centenas de indígenas de todo o mundo para debater assuntos como os direitos humanos, sociais, econômicos e culturais desses povos (ONU, 2019). Na ocasião, Anne Nuorgam, representante do povo Sami da Finlândia, também cita a história de colonização pelo mundo que até hoje explora, desapropria e desvaloriza o conhecimento tradicional, e que este conhecimento “é o centro da identidade, da cultura, das línguas, da herança e das formas de sobrevivência, e tem de ser protegido” (ONU, 2019).

Introduzo a pesquisa com essas citações, devido à vivência pessoal na luta e a admiração à resistência dos povos originários e pelo entendimento sobre a importância da preservação desses povos na manutenção da vida na terra. Como diz Ailton Krenak (2020, p. 115), “mesmo que tardiamente, está sendo despertada uma consciência de que os povos originários, em diferentes lugares do mundo, ainda guardam vivências preciosas que podem ser compartilhadas” e essas experiências podem reverter em tempo à realidade do planeta com “ideias para adiar o fim do mundo”, como fala o título de uma de suas obras (KRENAK, 2019).

Minha aproximação com os povos indígenas vem desde pequena, quando já despertava o interesse em conhecer diferentes culturas. Os traços físicos resultaram no apelido de “índia” quando criança e adolescente, o que fez crer na busca dessa ancestralidade como afirmação de minha identidade. Com a formação no Educação Gaia – Design para Sustentabilidade em 2011, adquirindo conhecimentos sobre *design* sistêmico e o redesenho da presença humana no planeta, em visão de

mundo baseada em saberes ancestrais, iniciou-se o processo pessoal de mudança de vida e naturalmente os conhecimentos dos povos originários foram se abrindo.

Como ativista dos movimentos ambientalistas, meu primeiro contato foi em 2013, com o povo Huni Kuin do Acre e logo depois com os povos do Sul, Kaingang, Mbya Guarani, Guarani Nhandewa e Xokleng. Em 2015, começam os trabalhos no movimento indígena como ativista e apoiadora nas lutas. Fui parte do Setorial de Cultura Indígena de Curitiba, envolvida na produção e na participação de eventos, como a 1ª Semana América Indígena, Encontro de Resistências e Encontro de *Kujas* da Aldeia Tupã Nhe'é Kretã. Trabalhei como voluntária na Aldeia Multiétnica e Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros. Participei de projetos em aldeias, principalmente na região de Curitiba e litoral, também como apoio a ações em outras aldeias pelo país, na Casa de Passagem Indígena de Curitiba, importante conquista dos povos e que foi fechada no último ano, em mutirões e mobilizando ações em prol das aldeias. Como apoiadora no Movimento *Xondaria Kuery Jera Rete*, no empoderamento das mulheres e combate à violência nas aldeias, no Acampamento Terra Livre 2019 (ATL), o maior encontro dos povos indígenas do país e também na 1ª e 2ª Marcha das Mulheres Indígenas em 2019 e 2021, com os temas “Território: nosso corpo, nosso espírito” e “Mulheres Originárias: reflorestando mentes para a cura da Terra”. Além de possibilitarem conhecer mais povos dos diferentes biomas brasileiros, todos esses movimentos possibilitaram aprofundar nas questões políticas e nas lutas dos povos indígenas.

Roberto Gambini (2020), cientista social e analista junguiano, debate sobre a importância de reconhecer a existência da “alma ancestral indígena brasileira”, termo definido pelo autor na busca da verdadeira origem do que foi perdido pelo contato com o povo europeu e pelo processo “colonizador”. O forte sentimento de ligação com a causa me aproximou do movimento indígena como ativista e como pesquisadora. Na graduação em Turismo, fiz o trabalho de conclusão na aldeia Tupã Nhe'é Kretã, do litoral paranaense, estudo que possibilitou muitos aprendizados sobre as culturas ali presentes, o sagrado, a relação dos povos com a floresta, as relações da comunidade com o Estado, apoiadores e parceiros indigenistas. Presenciei também conflitos internos, como ocorre em qualquer relação humana e os que surgem dessas relações das aldeias com entidades do poder público e iniciativas privadas, que têm interesses próprios nesses territórios e geram conflitos, como a realidade que infelizmente temos visto no Brasil em diversas Terras

Indígenas (TIs) com problemas com o garimpo, agronegócio e grilagem de terras, por exemplo.

Sendo assim, partindo dessa experiência como ativista e pesquisadora, segui com o estudo do fenômeno do “Turismo de Base Comunitária (TBC) em TIs” na presente pesquisa para o mestrado. Em 2020, participei de um simpósio dentro do Congresso da Associação Latino-americana de Antropologia Social, no trabalho apresentado sobre o resgate da força das mulheres que estão nas raízes fragmentadas da história e a força de *Karai* e *Kerexu*, filhos de *Nhanderu* e Deuses do fogo na cosmologia Mbya Guarani, apresentando junto um desenho autoral de uma visão que tive sobre *Karai* e minha história como mais uma mulher no resgate dessa ancestralidade indígena.

Ainda é recente, mas muito significativo o contato estabelecido, sou uma aprendiz, absorvendo essa riqueza cultural, numa relação muito sensível que envolve um campo ancestral e sagrado de fragmentos apagados na história familiar e pessoal, como muitos que, por um chamado, estão no resgate desta raiz ancestral em toda a mistura “colonial” brasileira. Contribuindo, mesmo que em poucas sementes, para que a história desse território seja reconhecida sob o ponto de vista descolonial. Partindo da visão dos diferentes povos, línguas e culturas que aqui estavam, muito antes de chegarem outros povos em 1500, para que essa história não seja mais ignorada. É preciso respeitar, valorizar e trazer as falas e memórias desses povos como forma de acabar com os falsos estereótipos, a marginalização e o racismo estrutural existente em nossa sociedade, inclusive, como forma de proteção as florestas e manutenção da vida humana na terra.

Nesse sentido, esse estudo apresenta uma visão mais humana e respeitosa sobre o desenvolvimento do TBC em TIs, valorizando o Bem Viver dessas comunidades, não apenas numa visão romântica e conservadora sobre seu modo de vida, como se ainda vivessem no passado, muito menos na visão econômica capitalista de exploração de massa, mas contribuindo para visibilidade de forma a serem respeitados como sociedades livres, com direito a se adequarem às transformações do mundo dentro de sua realidade, sua cosmologia, de seu tempo e a sua própria maneira.

Em uma conversa com Juliana Alves, mestranda em Antropologia pela UFC e liderança do povo indígena Jenipapo-Kanindé, o TBC é uma realidade em seu território, muito antes das normas estabelecidas pela FUNAI, com projetos pensados

em parceria com a Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum). Ela relata, em uma conversa, baseada no conhecimento empírico, que as vivências nas aldeias devem partir do natural, do fluxo natural das coisas, logo, as TIs não são para serem exploradas pelo poder econômico, “só faz turismo em terras indígenas quem é tocado espiritualmente para conhecer esse universo de riquezas naturais que se encontra nas terras dos povos originários”. E ainda complementa: “aqui no meu povo nós não falamos turismo, aqui costumamos falar vivência na terra indígena”. Por esse motivo e em respeito à visão e à fala das próprias comunidades, trago essa expressão em muitos momentos da pesquisa, como uma tradução do TBC nesse contexto, em que a experiência passa a ser uma “vivência em terra indígena”. Juliana menciona também que “o que precisamos fazer é descolonizar a Universidade, precisamos apresentar outras formas e linguagens acadêmicas”. Além disso, a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) prevê o reconhecimento jurídico do direito à escuta prévia e informada aos povos indígenas, nas colaborações entre os povos indígenas, Estado e demais parceiros, o que também justifica trazer essa visão originária também na pesquisa (OLIVEIRA; BENITES; DE OLIVEIRA NETO, 2016).

Outra preocupação é a própria situação que vivemos desde 2020, com as mudanças trazidas com a pandemia da covid-19, momento em que os povos indígenas foram seriamente afetados, ficaram isolados e passando por muitas dificuldades devido a esse cenário mundial. Mais uma vez o contato com o não indígena trouxe o resultado de descaso e mortes em muitas aldeias. De acordo com o panorama geral da covid-19 da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) em dados de 27 de agosto de 2020, foram 155 povos afetados, sendo 28.093 casos confirmados e 726 indígenas mortos. Em nova pesquisa, em 5 de outubro de 2020, foram 158 povos afetados, sendo 34.816 casos confirmados e 837 indígenas mortos. A comparação de dados mostra o crescimento dos casos de covid-19 entre as populações indígenas, não só em números, mas em vidas, histórias e memórias dos povos afetados que estão partindo. Esse panorama reforça alguns dos desafios enfrentados diariamente pelos povos indígenas, como escrevem na carta final da Assembleia de Resistência Indígena, em maio de 2020:

São diversas as dificuldades a serem mensuradas no enfrentamento ao covid-19: escassez de água potável nos territórios indígenas para garantir as medidas sanitárias como recomenda a Organização Mundial de casos mais graves por infecção da Covid-19; o deslocamento até as áreas urbanas para saques do auxílio emergencial; o respeito às recomendações sanitárias pelos órgãos no tratamento com os indígenas; o acolhimento adequado nas CASAs e outros [...]. São muitos os desafios diante da enorme crise humanitária e civilizatória. Para tanto, seguimos firmes, assim como nossos ancestrais, que há mais de 520 anos resistem lutando seja pelo direito ao território, para superar os ditames da ditadura, bem como outras epidemias, as balas do latifúndio e a tentativa diuturna de invisibilizar nossas culturas e modo de vida. Em tempos de pandemia a luta e a solidariedade coletiva que reacendeu no mundo só será completa com os povos indígenas, pois a cura estará não apenas no princípio ativo, mas no ativar de nossos princípios humanos (APIB, 2020, s/p).

Sendo assim, como resultado das experiências pessoais e das pesquisas, percebo a transformação positiva, a consciência que se expande sobre a importância de valorizar e dar visibilidade aos povos indígenas e seus territórios originários, sendo relevante tanto pela preservação da cultura originária do território brasileiro, como na defesa das florestas que ainda resistem, em boa parte, pela presença e pelo modo de vida desses povos em relação à natureza. Joenia Wapichana, primeira mulher indígena eleita deputada federal no Brasil, ressalta que os povos indígenas contribuem para a preservação da biodiversidade ao manterem seus territórios indígenas e protegerem o meio ambiente. Aponta que “enquanto nós falamos aqui em retrocessos, em flexibilização das regras ambientais, os povos indígenas têm mantido a qualidade do meio ambiente com a própria vida” (APIB, 2020).

A falta de contato de boa parte das pessoas com a floresta no dia a dia resulta em desconexão sobre a importância da preservação desta na manutenção da vida, preservando mananciais e nascentes de água, regulando o clima, abrigando a biodiversidade que resiste, entre outras questões. É refúgio também da diversidade cultural de outras comunidades e povos tradicionais, como as caiçaras, quilombolas, ribeirinhos, entre tantos outros povos da floresta.

Devido à ideia desenvolvimentista colonial e capitalista de progresso, que será mais bem detalhada nos capítulos seguintes, essas populações foram marginalizadas e, em sua maioria, expulsas de seus territórios originais. Esses povos dependem e vivem numa relação intensa com o ambiente que habitam, através dos conhecimentos e saberes tradicionais nas práticas da produção de

alimentos, agricultura familiar, pesca artesanal, extrativismo para o artesanato e coleta de alimentos, em geral, para subsistência (APREMAVI, 2020).

Os povos indígenas são naturalmente responsáveis pela preservação do meio ambiente e da biodiversidade local, devido à forma de viver e ocupar o território. O manejo adequado da floresta, utilizando recursos naturais sem causar risco para o ecossistema contribui para a formação de diferentes paisagens dos biomas brasileiros. Além disso, os povos indígenas são guardiões e conservadores da agro biodiversidade, tendo o sistema agrícola desses povos na região amazônica do Alto Rio Negro, por exemplo, reconhecido pelo Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Muitos alimentos que estamos habituados a consumir provêm dos sistemas agrícolas de povos indígenas, como diversas espécies de batata, milho, feijão, pimenta, amendoim, entre muitas outras. A grande luta dos povos indígenas hoje é que as leis que protegem seus direitos e conhecimentos sejam cumpridas, deixando suas terras livres de invasores e preservadas, permitindo a liberdade de seu modo de vida tradicional (SANTOS, 2020).

Nesse sentido, é preciso cooperar com iniciativas do movimento indígena, entendendo que os povos originários têm papel fundamental na preservação da qualidade de vida e do planeta. Essa mudança necessária de pensamento e mentalidade, além de contribuir com a quebra do racismo estrutural existente, funciona também como pagamento de uma dívida com os povos originários, que, em boa parte, já não vivem mais como os costumes de sua cultura, até como estratégia de sobrevivência em muitos casos, nem em seu território original, pois devido à violência e à influência que sofreram ao longo da história, muito já se perdeu em termos de cultura e o que permanece vivo é fruto de resistência desses povos (RAMOS, 2017, p. 92). Sendo assim, pode-se justificar a importância do tema sobre TBC em TIs proposto nesta pesquisa como forma de apoiar o etnodesenvolvimento, a geração de renda, a visibilidade e preservação da cultura de Bem Viver dos povos originários. De acordo com a fala de David Guarani, liderança indígena Guarani Mbya, no documentário Ymã Arandu:

A natureza é muito perfeita e se você cortar uma árvore e você deixar a raiz dela no fundo da terra aquela árvore vai brotar e vai nascer de novo. Eles podem ter cortado as folhas, ter cortado os galhos, podem ter cortado até o tronco da nossa árvore, mas a raiz está viva, nós somos a raiz da história. Então nós como a raiz nós vamos sempre brotar com uma força nova e com

uma vida nova, porque assim que foi no passado com nossos avós e é assim que nós somos hoje, a raiz que continua viva brotando, nessa terra que é sagrada (YMÃ, 2017).

Esses povos vivem de forma a preservar, desenvolver e defender seus territórios ancestrais e sua identidade étnica para as futuras gerações, a fim de resguardar a cultura (CORBARI; BAHL; SOUZA, 2017). Entende-se também que os povos indígenas têm uma relação espiritual com a terra, assim como afirma o líder indígena Ailton Krenak:

[...] estamos tentando abordar o impacto que nós, humanos, causamos neste organismo vivo que é a Terra, que em algumas culturas continua sendo reconhecida como nossa mãe e provedora em amplos sentidos, não só na dimensão da subsistência e na manutenção das nossas vidas, mas também na dimensão transcendente que dá sentido à nossa existência (KRENAK, 2019, p. 42-43).

Para pensar no apoio na manutenção dessas comunidades em seus territórios, para que sigam vivendo conforme seu modo de vida, protegendo o meio ambiente em que vivem e para que falem sobre suas próprias histórias, podemos trazer o conceito de etnodesenvolvimento, que trata do desenvolvimento sustentável em TIs, visando à autonomia desses povos sobre suas terras, de acordo com sua identidade cultural e territorial (FARIA, 2008, p. 31). É uma alternativa de gestão territorial que pode ocorrer por meio do desenvolvimento do turismo de base comunitária (TBC), onde a comunidade participa ativamente no planejamento, execução e gestão das atividades, mantendo sua etnicidade (Stavenhagen, 1985). O TBC, quando bem planejado e com a participação da comunidade no processo de gestão, deixando ciente a população sobre a atividade e riscos que poderão incidir com a prática, poderá ser uma alternativa de etnodesenvolvimento para esses povos.

Em resposta ao processo histórico mencionado, surge a necessidade do pensamento e de ações de descolonização e reapropriação desses territórios pelas comunidades originárias. De acordo com Neves (2018, p. 6), “a questão do turismo em Terras Indígenas é relativamente nova para a realidade brasileira e bastante carente de uma abordagem mais sistemática e ampliada, tendo em vista as múltiplas realidades indígenas”. Em períodos mais recentes, o TBC se apresenta como uma alternativa de desenvolvimento, promovendo iniciativas de atividades turísticas familiares e comunitárias. Uma ferramenta utilizada de forma inclusiva e

participativa, que traz a população local como protagonista na defesa de seus territórios, fazendo da sua forma de ser e existir no mundo, como o Bem Viver no caso dos povos indígenas, uma força contra as ameaças políticas, econômicas, sociais, ambientais e territoriais, um processo “que representa uma forma de resistência, manutenção de sua cultura e dentro do contexto de alternativas ao desenvolvimento” (VARGAS, *et al*, 2020, p. 177).

As vivências em TI proporcionam ao visitante perceber e aprender sobre o Bem Viver, pois, por um momento, este se torna parte da aldeia, convivendo diretamente com a realidade da comunidade, como uma espécie de resgate de saberes ancestrais do próprio visitante. Assim como fala Krenak (2019, p. 6970), “O contato com outra possibilidade implica escutar, sentir, cheirar, inspirar, expirar aquelas camadas do que ficou fora da gente como ‘natureza’, mas que por alguma razão ainda se confunde com ela”.

Em geral, a teoria do TBC ainda se encontra em construção e mais restrita na América Latina, com discussões que se iniciam desde a década de 1980. Iniciativas de TBC ocorrem em quase todos os países latino-americanos, “desde o México até o extremo sul na Argentina, considerando-se várias áreas de elevada biodiversidade e os seus laços históricos e culturais”, estimulando a importância de fortalecer uma ampla e complexa discussão sobre essa temática em nível regional (MORAES *et al*, 2018, p.253).

A intenção dessa pesquisa não é avançar nas questões mais profundas da luta indígena, porém, quando estamos mais próximos dos povos originários, entendemos a importância de aprofundar esses debates, de certa forma até para a manutenção da vida humana na Terra, principalmente em momentos reflexivos, como este de pandemia que estamos vivendo, além da discussão da tese do marco temporal que fez do ano de 2021, um marco na luta indígena com o maior número de mobilizações dos povos originários em Brasília, bem como a participação da maior delegação de lideranças indígenas da história, como representantes na Conferência das Nações Unidas pelo Clima (COP26) para denunciar os retrocessos nas políticas indigenistas e a realidade de crimes que vêm ocorrendo nas aldeias, além de alertar sobre a necessidade da demarcação das Tis e proteção aos povos indígenas para o futuro do planeta (APIB, 2021). Como descrito no trecho da mensagem da APIB aos líderes mundiais, empresários, gestores públicos e organizações presentes na COP26:

Nos colocamos contra falsas soluções baseadas em inovações tecnológicas elaboradas a partir da mesma lógica desenvolvimentista e produtivista que provoca as mudanças climáticas. Criticamos soluções que não reconheçam os povos indígenas e comunidades locais como o ponto central na defesa das florestas, da diminuição do desmatamento e das queimadas, e como essenciais para garantir que a meta declarada de manter o aquecimento global abaixo de 1,5 graus Celsius (APIB, 2021, s/p).

Entendendo o TBC como uma ferramenta de fortalecimento das comunidades, além de ser uma forma de reduzir preconceitos, tendo em vista a proximidade pessoal nas lutas e questões políticas do movimento indígena e a importância do empoderamento e posicionamento mais recente dos povos originários, em perspectiva decolonial, como uma ruptura no processo de

“colonização”, justifica a relevância da escolha do tema da presente pesquisa:

“Turismo de Base Comunitária em Terras Indígenas e o Bem Viver” e o foco nas pesquisas da América Latina, em especial, no Brasil.

Sendo assim, a pesquisa se refere a um estudo descritivo com abordagem qualitativa e exploratória, através do desenvolvimento da pesquisa documental por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), na intenção de investigar e interpretar dados, de modo a contribuir com a teoria de pesquisas na área do turismo e para o planejamento da visitação turística em TIs.

O referencial teórico tem início com o Bem Viver, como tema mais abrangente, porém, necessário para apresentar brevemente e ressaltar o modo de vida dos povos indígenas. O segundo tópico tratado apresenta o conceito de etnodesenvolvimento, trazendo a visitação em TIs como uma das alternativas de etnodesenvolvimento trazidos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). No quarto capítulo, são referenciados os temas de contextualização, histórico, diretrizes e princípios do TBC, como princípio norteador e base epistemológica que conduz a posterior análise sobre o TBC em TIs, tema que segue no estudo do capítulo 4, finalizando com as legislações pertinentes ao tema.

A partir da contextualização, as referências utilizadas serviram também para embasar o problema desta pesquisa junto com os objetivos e a análise de conteúdo proposta, uma vez que se verificou uma lacuna de pesquisas sobre o processo de planejamento e execução de PVs em TIs. Sendo assim, surge a seguinte questão problema da pesquisa: Os Planos de Visitação em Terras Indígenas contemplam os princípios do Turismo de Base Comunitária?

Para tal, foi definido como objetivo geral analisar os Planos de Visitação de Turismo de Base Comunitária em Terras indígenas, à luz do etnodesenvolvimento e do Bem Viver. Nesse contexto, foram definidos como objetivos específicos:

- Analisar se as ações propostas nos PVs contemplam o protagonismo das comunidades de acordo com os princípios do TBC;
- Identificar parte dos PVs que contemplem a valorização e a promoção da sociodiversidade e biodiversidade, por meio da interação com os povos indígenas, suas culturas materiais, imateriais e o meio ambiente, e
- Verificar se os PVs propõem a valorização do Bem Viver dos povos indígenas incluídos nos projetos.

Para alcançar esses objetivos, foram definidos os estudos e a análise de conteúdo de quatro PVs em TIs: PV Serras Guerreiras do Tapuruquara; PV Rio Marié; PV Yaripo, e PV Tenondé Porã, os 3 primeiros localizados no estado do Amazonas e o último no estado de São Paulo. Além disso, foram analisados depoimentos de questionários sobre o Bem Viver nas TIs, coletados em breve entrevistas com povos indígenas de diferentes regiões do país. As transcrições das respostas estão no Apêndice G, como fechamento e ponto forte da pesquisa, uma vez que traz as falas de importantes lideranças do movimento indígena.

Devido aos acontecimentos recentes quanto ao processo de julgamento da tese do marco temporal sobre as TIs, optou-se por não utilizar os princípios do TBC trazidos pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), apresentados no capítulo 2.2 como base de análise dos PVs. O ICMBio é um importante parceiro das situações de sobreposição de TI com as UC, porém, o voto favorável à tese no Marco Temporal, até o presente momento, utiliza como justificativa a petição nº 3388 de 23 de outubro de 2013. Embora o documento trate da demarcação da TI Raposa Serra do Sol em Roraima, é restringido o usufruto dos indígenas em seu próprio território e deixa os interesses dos povos em segundo plano, frente ao interesse do Estado (BARBOSA, 2018) e o protagonismo dos povos é um dos princípios básicos para o planejamento do TBC. Exemplificando, quanto à sobreposição de TI com UC, o documento apresenta:

[...] h) o usufruto dos índios na área afetada por unidades de conservação fica sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, respeitada a legislação ambiental; i) o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade responderá pela administração da área da unidade de conservação também afetada pela terra indígena, com a participação das comunidades aborígenes, que deverão ser ouvidas, levando-se em conta os usos, tradições e costumes deles, indígenas, que poderão contar com a consultoria da FUNAI, observada a legislação ambiental; j) o trânsito de visitantes e pesquisadores não índios é de ser admitido na área afetada à unidade de conservação, nos horários e condições estipulados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; l) admitem-se o ingresso, o trânsito e a permanência de não índios em terras indígenas não ecologicamente afetadas, observados, porém, as condições estabelecidas pela FUNAI e os fundamentos desta decisão; m) o ingresso, o trânsito e a permanência de não índios, respeitado o disposto na letra l, não podem ser objeto de cobrança de nenhuma tarifa ou quantia de qualquer natureza por parte das comunidades indígenas [...] (STF, 2013, p. 13).

Nesse sentido, Barbosa (2018, p. 71) aponta que, além de “legitimar as áreas de conservação dentro de território indígena – sem fazer menção à necessidade de permissão dos povos –, condiciona-se o usufruto indígena de suas terras ao crivo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade”. Condiciona a tutela dos territórios indígenas ao poder público, deixando clara a herança de dominação do Estado sobre os povos, ditando normas que os indígenas devem respeitar em seu próprio território, o que denota uma postura de autoridade e uma obrigação aos povos “de caráter desconcertante impositivo à política indigenista” (BARBOSA, 2018, p.71).

Sendo assim, a análise de dados dos PVs foi feita a partir da análise de conteúdo em pesquisa qualitativa proposta por Bardin (2016), utilizando os princípios e critérios como elementos-chave do TBC encontrados no estudo de Fabrino, *et al* (2016), também apresentados no capítulo 4.2. As análises e discussões respondem ao problema levantado na pesquisa, a saber, compreender como esses PVs são elaborados e de que forma contemplam tais princípios e critérios do TBC, valorizando o Bem Viver e promovendo o etnodesenvolvimento das comunidades envolvidas.

Ter como tema de pesquisa povos originários é um campo delicado, que deve ser tratado com profunda ética e respeito, uma vez que, como já citado e é importante reforçar, ao longo da história e desde os tempos da chegada dos “colonizadores”, os territórios indígenas foram duramente atacados por diversos

tipos de interesses, sendo negligenciados muitos direitos humanos em ataque a essas comunidades. Lembrando sempre que a história Brasil, como demais países latino-americanos, se dá muitos anos antes do contato com os europeus, momento chamado de descobrimento pelos livros de história, mas que atualmente é entendido “como uma invasão que dizimou muitos povos que aqui habitavam [...]. Infelizmente, o genocídio indígena ainda é um artigo obscuro em nossa história cultural e psíquica” (Cunha, 2020, p. 85). Nesse sentido, o TBC em TIs é mais uma ferramenta de educação para não indígenas, de forma que as experiências resultantes das trocas vivenciadas durante a visita das aldeias sirvam também como marco de mudança de consciência, valorização e quebra de preconceito frente às culturas originárias. Muito temos a aprender com os povos originários que resistem nesse território para a preservação da vida nessa terra. E o tempo está passando rápido, é hora de despertar!

2. BEM VIVER

O conceito de Bem Viver se origina, natural e essencialmente, dos processos e na forma de vida comunitária dos povos que vivem em contato harmônico e em plenitude com o território e a natureza. Conhecido como Bem Viver (BV) no Brasil, *Bien Vivir* na Bolívia, e *Vivir Bien* no Equador, as ideias centrais do BV trazidas pelas ciências sociais latino-americanas tem origem na visão de mundo e na essência dos povos andinos e amazônicos, conhecida por *Suma Qamaña* pelo povo Aymara, *Suma Kawsay*, pelos Quechua, *Shiir Waras*, dos Shuar; *Kume Mangel*, dos Mapuches, também por *Nhandereko* pelos Guarani, entre muitos outros povos indígenas. De outras partes do mundo, podemos citar o *Ubuntu*, da África do Sul, ou o *Svadeshi*, *Apargrama*, da Índia, que segue o mesmo princípio e modo de vida baseado na complementaridade, na reciprocidade, no “comunitarismo”, entre outras características (ACOSTA, 2016; BRUCE, 2017, p. 4).

O Sumak Kawsai é uma expressão que nomeia um modo de estar na Terra, um modo de estar no mundo. Esse modo de estar na Terra tem a ver com a cosmovisão constituída pela vida das pessoas e de todos os outros seres que compartilham o ar com a gente, que bebem água com a gente e que pisam nessa terra junto com a gente. Esses seres todos, essa constelação de seres, é que constituem uma cosmovisão (KRENAK, 2021, p. 6)

Krenak (2021, p. 8) afirma que BV não significa ter uma vida folgada, mas consiste na difícil tarefa de “manter um equilíbrio entre o que nós podemos obter da vida, da natureza, e o que nós podemos devolver”, que não depende só de decisão pessoal, principalmente num contexto histórico de desigualdade como a América do Sul. Quijano (2014) expressa que a América Latina e os povos indígenas foram a base da constituição da história da “colonialidade” do poder, em pouco mais de quinhentos anos de história e, num contexto mais recente, assume um papel de subversão epistêmica, teórica, política, estética e ética deste padrão de poder, implicada nas propostas de decolonialidade global do poder e do BV, como uma existência social alternativa.

A decolonização do pensamento é um ponto primordial e central para alcançar a visão de mundo a partir dos povos originários e refletir sobre o lugar do indígena na história de *Abya Yala*¹. A começar a entender o contraponto de como a história é contada e apresentada em livros didáticos, pois esse território não foi descoberto, nem conquistado, mas invadido e saqueado desde 1492, tanto em nível material, como cultural. A violência e dominação das populações originárias, que já viviam há séculos nesse território, seguiram com processos de apagamento e muitos destes povos foram dizimados. Ao longo da história, as formas de dominação foram vistas em todas as relações, inclusive na educação escolar, foi uma ferramenta fundamental de dominação sob a perspectiva que se apresenta a partir da visão colonial, impondo outra língua, outra cultura e diferentes costumes, sem mensurar as perdas irreparáveis que resultaram desse caminho (ALMEIDA, SILVA, 2015; PORTO-GONÇALVES, 2009).

Em sua tese de mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL), Elvis Ferreira de Sá, do povo Fulni-ô de Pernambuco, apresenta o contexto histórico da realidade de seu povo e demais povos Nordeste, que se fez da mesma forma com todos os povos do Brasil. Sob a narrativa de um pesquisador indígena em contexto acadêmico na atualidade, o estudo evidencia a resistência do povo Fulni-ô frente à colonização e à sobrevivência de seu idioma *Yaathe* e à conservação dos seus rituais, que são mantidos em sigilo até os dias de hoje, como forma de proteção dos

¹ Nome que os povos originários auto intitulam e reconhecem a América Latina. De origem do povo Kuna, que originalmente vivia ao Norte da Colômbia, *Abya Yala* significa Terra viva, Terra madura, ou Terra em florescimento (GONÇALVES, 2009).

saberes e da cultura. Reconhecendo o papel social significativo dos ancestrais, os mais velhos, dentro do grupo como disseminadores da cultura (SÁ, 2017). Para explicar melhor o processo de colonização descrito pelo autor:

É observado nos estudos sobre a extinção das nações indígenas no Nordeste o uso de estratégias que visavam acabar ou enquadrar os índios dentro de políticas integracionistas do governo. Diante disso, vários indígenas foram mantidos em confinamento nos aldeamentos missionários para serem miscigenados e em seguida serem impedidos de comunicar-se com o seu idioma. Isso foi instituído como prática para dizimar todos os índios do Nordeste e silenciar suas manifestações culturais (SÁ, 2017, p. 1).

A catequese trazida pela igreja foi uma das principais e pioneiras formas de dominação, convertendo os indígenas ao cristianismo nos dois primeiros séculos da colonização. O fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade na América Latina. O pensamento decolonial é um movimento de resistência cultural, teórica, epistêmica, cultural, social, ambiental e política, que se contrapõe ao sistema moderno apresentado pelo colonialismo e colonialidade. Esse pensamento possibilita mostrar que o contato entre os povos originários e os europeus enquadrou esses povos num sistema de mundo moderno e colonial, de dominação, padronização e segregação racial, impedindo a liberdade desses povos viverem conforme sua própria natureza e modo de vida (ALMEIDA; SILVA, 2015; D'ANGELIS, 2012; PORTOGONÇALVES, 2009).

No contexto do protagonismo indígena que se apresenta nos últimos tempos, se fortalecendo a partir de debates sobre os mais de 500 anos de colonização e com as lutas populares latino-americanas frente ao neoliberalismo, o BV emerge como uma retomada de realidade e proposta ancestralmente vivida pelos povos originários das Américas. O BV só faz sentido como uma existência social alternativa e a decolonialidade do poder. Não deve ser somente um complexo de práticas sociais orientadas à produção e à reprodução de uma sociedade democrática, precisa seguir outro modo de existência social, uma linha alternativa a uma linha radicalmente alternativa à “Colonialidade” global do poder e à “Colonialidade/Modernidade/Eurocentrada”, um padrão de poder que está em profunda crise desde seu surgimento há pouco mais de quinhentos anos de história, desde a invasão das Américas (FRIGGERI, 2020; QUIJANO, 2014).

A institucionalização do conceito de BV na América Latina é um exercício inovador das relações de poder e garantia de direito de os povos indígenas viverem seu modo de vida sobre a terra. O que fundamenta e formaliza também a importância pela preservação da vida do planeta ao respeitar a natureza como sujeito de direitos, questões diretamente ligadas a contemplar demandas dos povos indígenas e por considerar os direitos humanos no centro das políticas de desenvolvimento do Estado (OSÓRIO, 2018).

A Constituição de 2008, aprovada no Equador, afirmou a decisão de construir uma nova forma de convívio cidadão para alcançar o BV, com respeito às diversidades e à natureza. Um princípio que se refere à vida em si e ao país como um todo, de harmonia plena, fortalecendo as relações, a complementaridade e reciprocidade. Nesse contexto, são fatores importantes para se chegar ao BV: inclusão e equidade, com livre acesso da população à saúde, educação, segurança, moradia, cultura, tempo livre, recreação e comunicação, e a biodiversidade plena, preservando o patrimônio natural como um ambiente saudável, garantindo o direito do cidadão de viver harmoniosamente com a natureza (CABANILLA, 2014, p. 1, 2). Vale trazer para este estudo o preâmbulo da Constituição do Equador, que oficializa os direitos e deveres dos cidadãos de acordo com os princípios do BV:

Nosotras y nosotros, el pueblo soberano del Ecuador RECONOCIENDO nuestras raíces milenarias, forjadas por mujeres y hombres de distintos pueblos, CELEBRANDO a la naturaleza, la Pacha Mama, de la que somos parte y que es vital para nuestra existencia, INVOCANDO el nombre de Dios y reconociendo nuestras diversas formas de religiosidad y espiritualidad, APELANDO a la sabiduría de todas las culturas que nos enriquecen como sociedad, COMO HEREDEROS de las luchas sociales de liberación frente a todas las formas de dominación y colonialismo, y con un profundo compromiso con el presente y el futuro, decidimos construir una nueva forma de convivencia ciudadana, en diversidad y armonía con la naturaleza, para alcanzar el buen vivir, el sumak kawsay; Una sociedad que respeta, en todas sus dimensiones, la dignidad de las personas y las colectividades; Un país democrático, comprometido con la integración latinoamericana – sueño de Bolívar y Alfaro-, la paz y la solidaridad con todos los pueblos de la tierra; y, En ejercicio de nuestra soberanía, en Ciudad Alfaro, Montecristi, provincia de Manabí, nos damos la presente: Constitución de la República del Ecuador (ASAMBLEA CONSTITUYENTE, 2008).²

² (Nós, povo soberano do Equador RECONHECENDO nossas raízes milenares, forjadas por mulheres e homens de diferentes povos, CELEBRANDO a natureza, a Pachamama, da qual fazemos parte e que é vital para nossa existência, INVOCANDO o nome de Deus e reconhecendo nossas várias formas de religiosidade e espiritualidade, APELANDO à sabedoria de todas as culturas que nos enriquecem como sociedade, COMO HERDEIRAS das lutas de libertação social diante de todas as formas de dominação e colonialismo, e com um profundo compromisso com o presente e no futuro, decidimos construir uma nova forma de convivência cidadã, na diversidade e harmonia com a

Na Bolívia, a Constituição Política del Estado de 2009 traz princípios semelhantes, com atenção especial para o trecho que diz:

Así conformamos nuestros pueblos, y jamás comprendimos el racismo hasta que lo sufrimos desde los funestos tiempos de la colonia. El pueblo boliviano, de composición plural, desde la profundidad de la historia, inspirado en las luchas del pasado, en la sublevación indígena anticolonial, en la independencia, en las luchas populares de liberación, en las marchas indígenas, sociales y sindicales, en las guerras del agua y de octubre, en las luchas por la tierra y territorio, y con la memoria de nuestros mártires, construimos un nuevo Estado. Un Estado basado en el respeto e igualdad entre todos, con principios de soberanía, dignidad, complementariedad, solidaridad, armonía y equidad en la distribución y redistribución del producto social, donde predomine la búsqueda del vivir bien; con respeto a la pluralidad económica, social, jurídica, política y cultural de los habitantes de esta tierra; en convivencia colectiva con acceso al agua, trabajo, educación, salud y vivienda para todos (CONSTITUCIÓN, 2009).³

Essas são as duas principais Constituições baseadas em BV, embora os dois países tenham vivido sérias crises políticas e manifestações populares, nos últimos tempos, entram nesse contexto como exemplos da utilização do BV na legislação dos países. Alberto Acosta, autor referência sobre o BV que fez parte da construção da Constituição do Equador, afirma que colocar o BV na constituição não é a solução para vencer um sistema, que é baseado na desigualdade e devastação, comprovadas pelas próprias dificuldades enfrentadas pelos países supracitados, nos princípios constitucionais do BV, e é essencial o equilíbrio entre discurso e prática (ACOSTA, 2016).

Não significa a necessidade de ocorrer à superação de todo o capitalismo, para que o BV possa se tornar uma base para toda a sociedade pós “colonialismo”,

natureza, para alcançar o bem viver, o *sumak kawsay*; Uma sociedade que respeita, em todas as suas dimensões, a dignidade das pessoas e das comunidades; Um país democrático, comprometido com a integração latinoamericana - sonho de Bolívar e Alfaro - paz e solidariedade com todos os povos da terra; e, no exercício de nossa soberania, na cidade de Alfaro, Montecristi, província de Manabí, firmamos a presente: Constituição da República do Equador. - ASSEMBLEIA DE CONSTITUIÇÃO, 2008)

³ É assim que formamos nossos povos, e nunca entendemos o racismo até que o sofremos desde os tempos sombrios da colônia. O povo boliviano, de composição plural, do fundo da história, inspirado nas lutas do passado, no levante indígena anticolonial, na independência, nas lutas de libertação popular, nas marchas indígenas, sociais e sindicais, nas guerras das águas e as guerras de outubro, nas lutas por terras e territórios, e com a memória de nossos mártires, construímos um novo Estado. Um Estado baseado no respeito e igualdade entre todos, com princípios de soberania, dignidade, complementariedade, solidariedade, harmonia e equidade na distribuição e redistribuição do produto social, onde prevalece a busca pelo bem viver; no que diz respeito à pluralidade econômica, social, jurídica, política e cultural dos habitantes desta terra; na convivência coletiva com acesso à água, trabalho, educação, saúde e moradia para todos - CONSTITUCIÓN, 2009.

os valores, experiências e práticas do BV continuam presentes nos povos indígenas latino-americanos, mesmo com toda a influência externa, como tem sido demonstrado ao longo de cinco séculos de colonização constante. É necessário que mais pessoas conheçam e entendam sobre o modo de vida desses povos, valorizando como uma identidade originária local e incorporando aos poucos esses recursos em suas vidas como elementos de transformação da sociedade (ACOSTA, 2016).

As culturas indígenas, muito diversificadas, compunham um arcabouço de tradições, línguas e princípios que foram sistematicamente desprezados durante séculos, eis que caracterizadas como culturas atrasadas, bárbaras, exóticas e com um olhar ingênuo sobre as coisas do mundo. Após serem muito estudadas, essas culturas, já não são mais observadas como ingênuas, mas portadoras de complexidade, sofisticação e com princípios extremamente importantes para o mundo atual, tais como o respeito pela preservação do meio ambiente e a sustentabilidade (BORTMAN, 2018, p. 286).

O modo de vida baseado na individualização e homogeneização dos seres, gerado pelo capitalismo, está em crise e caminhando para uma direção oposta a partir de experiências coletivas (PIRES, 2018). O BV acolhe a diversidade cultural e a interculturalidade e se faz necessário melhorar o diálogo entre passado, presente e futuro, um caminho longo de sair do idealismo e superar as visões dominantes para uma vida em equilíbrio na terra. Construir uma aliança de povos, organizações e territórios para aprender simultaneamente como uma oportunidade de construção coletiva de uma nova forma de vida. Sendo assim, a vida em comunidade, baseada no BV, é uma alternativa ao sistema individualista, onde, para viver em harmonia requer igualdade, reconhecimento, produção e gastos compatíveis com a natureza, onde a “simplicidade questiona o paradigma do crescimento que produz o desnecessário e o consumismo em tempo cada vez mais acelerado; e a ruptura pode ser interpretada como conversão estrutural ou como abolição do sistema capitalista” (CIMI, 2015, p. 2).

A crise de ordem sistêmica e civilizatória que vivemos com a pandemia de covid-19 requer uma reflexão sobre o sentido de BV, como uma importante contribuição dos povos indígenas à sociedade como um todo, pois tem relação com a qualidade de vida e está ligada às questões como espiritualidade, visão de mundo, modo de vida, política, ética e natureza. Nessa perspectiva, há necessidade de amadurecer o diálogo sobre o tema BV como uma proposta alternativa de

desenvolvimento, quando se pensa na relação sociedade e natureza, pois trata de algo maior do que a condição material, ou do acesso à educação e à saúde, já que envolve o estado de espírito de felicidade, de diferentes padrões de cultura. Não é correto considerar que a falta de escolaridade formal seja um obstáculo à felicidade, logo, é possível aprender no contato com os saberes tradicionais e as tecnologias próprias de diferentes povos (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017; ALCÂNTARA; GRIMM; SAMPAIO, 2018).

O BV é como uma resistência e crítica ao mundo globalizado, com suas ideologias e alienações. Trazendo a discussão para o cenário mais complexo no período mais crítico de pandemia, a internet e o uso das redes sociais, por exemplo, foram fundamentais na comunicação entre as pessoas, trazendo benefícios nas relações pessoais, escolares, profissionais nos trabalhos *home office* e na criação de novas estratégias de comércio e até usufruir de momentos do lazer e cultura. Embora tenha papel fundamental para muitos nesse momento de confinamento, contribuiu também como uma fonte de ansiedade e depressão, devido à grande carga de informações e volume de atividades oferecidas, de discussões pesadas de pensamentos polarizados, e de frustração, por estar vivendo somente a realidade social através do universo virtual das redes sociais. Muitos se frustram na comparação com a vida dos outros, que nem sempre a realidade é o que está sendo mostrada. É provável que leve um tempo para ocorrer um “desmame” dos que ficaram mais aficionados à internet e redes sociais nesse momento, mas é certo que o contato pessoal, o toque, o abraço, a vinculação das corporalidades, presentes em nossa existência continuarão necessários e essenciais na vida comum (MALAVÉ, 2020).

E ainda que diversas ações solidárias tenham surgido durante essa grave crise, que no Brasil é intensificada também pela crise política atual, a indiferença social atingiu moralmente grande parcela da população, refletindo, em muitos casos, na perda do sentido de responsabilidade social e com o mundo. As mudanças climáticas, as crises hídricas e a própria pandemia nos convidam a rever a economia e a reposicioná-la no sentido de reconstruir a vida em sociedade e a relação com a natureza, com princípios baseados no BV, incluindo os povos marginalizados pela história, de forma a valorizar as ancestralidades, a diversidade e promover a igualdade de gênero. O que o mundo viveu nos últimos tempos e todas as mazelas

geradas não podem ser ignorados, nem naturalizados, é preciso alternativas para a transformação da sociedade (FREITAS, 2021).

Sendo assim, o BV é um processo que tem origem na forma de vida comunitária, de povos que vivem em equilíbrio com a natureza. Os indígenas, através de seus valores e modo de vida, demonstram a sua capacidade de viver frente à modernidade colonial, trazendo propostas que são debatidas globalmente para um futuro comum. A base do pensamento dos povos indígenas é ligada diretamente às necessidades humanas e ao respeito à natureza, existindo um equilíbrio nessa condição, considerada sagrada por esses povos (BORTMAN, 2018; ACOSTA, 2016, p. 25).

Como exemplo de outras iniciativas espalhadas pelo mundo que se assemelham aos princípios de BV, vale ressaltar a experiência proposta pelo Rei Jugme Singye Wangchuck, em 1972, no Butão, que consiste em não avaliar o desenvolvimento do país pelos indicadores do Produto Interno Bruto (PIB), mas se basear nos indicadores sistemáticos e subjetivos de Felicidade Interna Bruta (FIB), considerando, de modo geral, a felicidade associada ao “sentir-se bem”. Sendo assim, são estabelecidas nove dimensões e indicadores para medir o FIB, permitindo uma leitura da realidade e do desenvolvimento sob uma economia planejada, organizada e voltada aos objetivos sociais e humanos, considerando as especificidades de cada cultura (JOCHER; PELLIN, 2019), logo,

[...] bem-estar psicológico (grau de satisfação e otimismo na vida individual), saúde (eficácia nas políticas de saúde), uso do tempo (estudo da gestão do tempo), vitalidade comunitária (analisa as relações e interações nas comunidades por meio da confiança, pertencimento, segurança), educação (educação das crianças e educação ambiental, entre outras), cultura (tradições locais), meio ambiente - mede a percepção dos cidadãos sobre a qualidade da água, ar, solo e biodiversidade), governo (percepção da comunidade em relação ao governo, sistema judicial), e qualidade de vida (renda familiar, dívidas contraídas, segurança no emprego) (ALAMINOS; LÓPEZ, 2009, *apud*, SAMPAIO, 2018, p. 83; 84).

Voltando para os povos originários latino-americanos, que mantêm seu modo de vida com diferentes características e práticas baseadas no BV, somente no Brasil existem mais de 305 povos indígenas, que somam 896.917 pessoas, não considerando os indígenas isolados. Destes, 572.083 vivem em áreas rurais e 324.834 estão em contexto urbano, o que corresponde a aproximadamente 0,47% da população total do país (IBGE, 2012).

Dentre os povos indígenas que resistem em território brasileiro, trago o exemplo da etnia Guaraní, uma das maiores que ocupam o continente americano, ocupando áreas dos países Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai (FIGURA 1), que abrigam 1.416 áreas entre bairros urbanos, núcleos familiares e TI, totalizando mais de mais de 280.000 pessoas na América do Sul, desde a faixa litorânea do Atlântico até a região pré-andina (ISA, 2016, p. 6). No Brasil, são 85.255 pessoas, espalhadas em onze estados das cinco regiões brasileiras, se dividindo em três subgrupos: *Kaiowá*, *Nhandeva* e *Mbya* (ISA, 2016, p. 32). O povo *Mbya* Guaraní mantém especificidades culturais e linguísticas próprias, preservando uma das línguas Guaraní, pertencente à família Tupi-Guarani, do tronco linguístico Tupi. É o povo que se localiza mais ao leste e também residente do litoral do estado do Paraná, formando o “território Guaraní *Mbya* da serra do Mar”, que inclui várias aldeias desde o Espírito Santo até o Rio Grande do Sul (LADEIRA, 1990, p. 18 e 32). A população Guaraní *Mbya* atual estaria em torno de 27.380 pessoas (ISA, 2018). “Estas são estimativas, pois no caso dos *Mbyá* existe uma rede de parentesco e reciprocidade, que se estende por um amplo território, compreendendo as regiões onde situam as suas comunidades” (SILVA, 2015, p. 9).

O povo *Mbya* Guaraní vive em plenitude no território, nos princípios do *nhandereko*, o BV Guaraní, permanecendo no mundo com vitalidade e mantendo a força na espiritualidade como elemento central ao seu modo da vida. Para eles, o mundo espiritual dos encantados é o que tem maior valor e acreditam que se isso se perder, seu mundo acabará. A vida coletiva é a base da comunidade e a relação com os encantados, a religiosidade é vivida com muita intensidade, de forma que preservam suas rezas tradicionais e mantêm em segredo boa parte do sagrado para proteger seu povo, sua terra e para dar força para seu espírito de resistência. Para eles, a floresta é um ser vivo que condiciona a sua sobrevivência, vivendo em harmonia com a natureza. A agricultura é uma atividade ancestral e estrutural da vida comunitária Guaraní, não vivem somente dela, mas não vivem sem ela, inclusive na preservação e consumo de seus alimentos tradicionais. Sendo assim, para eles, a agricultura faz parte da organização social, princípios éticos e simbólicos que envolvem os princípios do *nhandereko* e sua realização: organização interna, reciprocidade, troca de sementes nativas entre aldeias, rituais, renovação de ciclos etc. (CLASTRES, 1990; SILVA, 2010; VEIGA, 2013).

O nosso planeta é um grande jardim de *Nhanderu*. Devemos cuidar dele, não o destruir, para que nosso futuro possa ser maravilhoso, sem preconceitos, sem covardia, somente amor e fraternidade. *Nhanderu* criou o grande *tekoa* onde acontece nosso modo de vida humana. Vidas tem essência, palavras têm donos, e devemos ser solidários uns com os outros. Assim podemos viver plenamente no jardim de *Nhanderu*, pois somos simplesmente transitórios. Precisamos deixar esse legado aos n - ossos filhos e netos, para que seja o mundo cheio de paz e harmonia entre todos os povos. Os *Guarani Mbya* descobriram este lugar há milhares de anos atrás. Todo este território pertence ao povo *Guarani Mbya*. Nossa cosmovisão reafirma esse fato. Portanto, queremos que nosso direito de ser e viver nesta Terra, de acordo com nossos costumes, princípios e tradições seja respeitado pela sociedade não indígena (POPYGUÁ, 2017, p. 60).

Para complementar, dentro do pensamento indígena, Davi Kopenawa (2010), importante liderança indígena da Amazônia, com visibilidade internacional, afirma em uma fala sobre o BV que o mundo precisa ter o xamanismo como um curandeiro para curar a doença das florestas e as epidemias que pegam a nossa alma. As realidades urbanas e a poluição são como doenças para os povos indígenas e cita ainda que os homens da cidade precisam aprender a respeitar a vida da natureza, que traz saúde, alegria, e tudo que precisamos para viver bem, em harmonia e sem doenças. Sente o fato sobre o não indígena não entender e aceitar seu modo vida e que esse desrespeito e preconceito com a cultura indígena resultam em muitos indígenas não quererem mais viver dentro da sua tradição (ANEXO 1).

Soluções para problemas de uma sociedade, de modo geral, não devem ser vistas de forma isolada, nem ser uma discussão restrita à determinada área do conhecimento. Deve haver um olhar transdisciplinar, com ações inter-relacionadas, pois um problema pode ser constituído de muitas facetas, como político, econômico, social e ambiental, por exemplo (PETRAGLIA; DIAS; ALMEIDA, 2020). Nesse sentido, dentro da educação e pedagogia, como importante agente transformador social, Paulo Freire esclarece:

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mas se “des-vela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens (FREIRE, 1980, p. 26)

Freire (1983, p. 61) aborda que o homem é capaz de produzir cultura, escrevendo sua história e transformando a realidade. Que “nenhuma ação educativa

pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais. Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados. O homem é um ser de raízes espaço-temporais”. É preciso que a educação estimule a curiosidade, a criticidade, a curiosidade, a criatividade e a insubmissão nas escolas, sendo direcionada com o oprimido, e não para ele, formando atores sociais capazes de transformar o mundo, derrubando preconceitos, também com uma postura epistêmica. Uma pedagogia que “faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por uma libertação, em que está pedagogia se fará e se refará” (FREIRE, 1987, p. 32; FREIRE, 1980)

Percebe-se que, em períodos mais recentes da história, a educação escolar indígena teve muitos avanços, no sentido do pensamento decolonial, evidenciando fortalecendo a cultura de cada povo. Este foi um direito adquirido desde a Constituição Federal de 1988, que garantiu a educação escolar indígena diferenciada, com autonomia para ensinarem a cultura e a língua materna de cada povo, mantendo a cultura viva (NHANDEWA, 2021). Tiago Nhandewa, pesquisador e liderança indígena do povo Nhandewa do estado do Paraná, apresenta, em sua dissertação de mestrado, do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (USP), um estudo sobre a formação intercultural de professores indígenas, sob a perspectiva do povo Guarani Nhandewa, que, de acordo com o BV, envolve a ancestralidade, espiritualidade, cosmologia e línguas indígenas. O autor aborda que “a escola indígena atual tem como um dos seus objetivos principais o fortalecimento da cultura indígena, especificamente a cultura daquela etnia no qual ela está inserida” (NHANDEWA, 2021, p. 55).

A educação popular é um meio de ressignificação dentro dos movimentos indígenas na perspectiva da interculturalidade crítica e respeitando o BV. A escola e a educação são como espaços de diálogo e vivências dos saberes indígenas, como uma forma de empoderamento de cada povo, através da valorização de cada cultura, com práticas educativas pedagógicas voltadas ao modo de vida, à interculturalidade, preservando a língua materna, a memória da cultura, o protagonismo e o BV dos povos. Outro fator considerável de empoderamento através da educação está no trabalho que muitos povos fazem pelo Brasil ao levarem a educação indígena em escolas não indígenas, fora das aldeias, realizando apresentações culturais e rodas de conversa, aproximando e ensinado

sobre o BV, quebrando o preconceito no contato com crianças e adolescentes através das escolas não indígenas (Ferreira; Zitkoski, 2017). A carta da Articulação dos Povos Indígenas (APIB), originada na última Conferência do Clima (COP26), evento mundial ambientalista no ano de 2021, em Glasgow, na Escócia, apresenta uma explicação mais recente sobre o trabalho de empoderamento e conscientização realizado pelos povos indígenas em diferentes meios:

A pedagogia indígena que nos faz compreender os sinais da Mãe Terra também nos dá uma visão holística em que rios, lagos, animais, florestas e seres encantados que ali habitam são sujeitos de direitos como nós, seres humanos, e devem ser respeitados. Por isso, falar em impactos das mudanças climáticas requer necessariamente reconhecer a importância dos territórios tradicionais, especialmente as Terras Indígenas. Estes espaços cumprem um papel fundamental no equilíbrio climático, beneficiando, assim, toda a Humanidade. Mas para que eles sejam mantidos é preciso preservar também o modo de vida dos povos originários. Com o seu próprio meio de vida, os indígenas garantem essa harmonia e o bem-estar para além de suas terras (APIB, 2021).

Vale ressaltar o olhar de esperança do verbo “esperançar” de Paulo Freire (1992, p. 45) na pedagogia, quando fala que, no processo de construção da história, “mulheres e homens virando seres da inserção no mundo e não da pura adaptação ao mundo, terminaram por ter no sonho também o motor da história. Não há mudança sem sonho como não há ações sem esperança.” O autor reforça o conceito de uma “Pedagogia da Esperança”, como prática progressista e subversiva de educação, a esperança como uma necessidade ontológica. Freire já afirmava que um dos caminhos para um mundo novo está na educação e na linguagem, baseada na realidade social, voltada para a cidadania, para o desenvolvimento de sujeitos transformadores da realidade, em oposição à relação de opressão e medo, originada nas relações de poder, verticalizadas e colonizadas (PETRAGLIA; DIAS; ALMEIDA, 2020; FREIRE, 1992).

Nesse sentido, é interessante pensar no que traz Davi Kopenawa (2010) sobre o caos urbano, a mais de dez anos atrás, com toda a crítica e olhar justos de seu lugar de fala. Nunes (2021) enfatiza que, nessa crise política e sanitária que o Brasil se encontra, não se pode esperar por soluções do poder público, os efeitos socioeconômicos da proliferação da covid-19 receberam apoio em práticas coletivas pautadas em valores e saberes ancestrais, como a amizade, a reciprocidade e o apoio mútuo. Práticas atuais de esperança foram observadas durante esse momento de pandemia e a importância do resgate do conceito do BV em muitas ações

coletivas de educação, alimentação e cuidado em todo o país. Essas práticas garantiram serviços essenciais, tanto materiais, como físicos e mentais a uma parcela da população que sobreviveu através de uma espécie de vacina contra o descaso governamental, a ajuda mútua, a assistência entre os povos, a reciprocidade, o trabalho coletivo, algumas das bases do BV dos povos originários.

A humanidade é capaz de construir espaços sustentáveis numa relação de envolvimento com outras formas de vida, trazendo novas perspectivas frente à crise resultante da pandemia. O conhecimento sobre comunidades sustentáveis existentes, como a proposta do BV indígena e a vida em plenitude com a natureza, pode ampliar sobre a Terra um olhar de afetividade e de pertencimento aos seres humanos e às relações com a diversidade de elementos que a compõem. Reconhecendo o BV como um modo de vida e de envolvimento com o ambiente, que representa culturas que sobreviveram ao genocídio de povos originários da América Latina (VIEIRA, 2020). Reforçando as “ideias para adiar do fim do mundo”, trazidas por Krenak (2019), aprofundando o conhecimento como possibilidade de reproduzir uma forma de vida baseada no BV em diferentes lugares, respeitando as singularidades de cada espaço, como prática de esperança para a vida na terra.

É preciso amadurecer sobre o sentido de BV como uma proposta, considerando a relação sociedade e natureza, pois, como citado, se relaciona diretamente com a qualidade, a natureza, os modos de vida e os hábitos de consumo, a política, a ética e a espiritualidade (ALCANTARA; SAMPAIO, 2017). Logo, a pesquisa segue com a referência do BV e suas possibilidades, com vistas para o turismo de base comunitária em terras indígenas como atividade de referência e alternativa de etnodesenvolvimento.

3. ETNODESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento, muitas vezes, é comumente entendido como crescimento, evolução, mudança, e devemos sempre questionar de onde e para onde é pensado esse desenvolvimento, ou seja, “de quê para quê?; de pequeno a grande?; de atrasado a adiantado?; de simples a complexo?; de jovem a velho?; de estático a dinâmico?; de tradicional a moderno?; de pobre a rico?; de inferior a superior?” (STAVENHAGEN, 1985, p. 12).

Os processos de desenvolvimento expressam sistemas de relações sociais, muitas vezes conflitantes, que se consolidam em ordens econômicas e políticas mais ou menos duradouras, consagradas, protegidas e reproduzidas a partir do Estado ou com forte influência deste (FLORIT, 2016, p. 257).

Durante muito tempo, o desenvolvimento era visto sob a ótica do grau de evolução tecnológica e de industrialização de uma sociedade. Porém, de modo geral, essa visão de mundo trouxe desigualdade social e degradação ambiental a fim de gerar produtos e riquezas que impõem necessidades e bens de consumo para a população (AZANHA, 2002, p. 29). Necessidades bem exemplificadas nas palavras de Krenak (2020, p. 61; 62), quando trata sobre o poder que o sistema capitalista tem de criar produtos que se transformam em mania imediatamente, se tornado a realidade atual de grande parte da população mundial:

Estamos, todos nós, viciados no novo: um carro novo, uma máquina nova, uma roupa nova, alguma coisa nova. Já disseram: “Ah, mas a gente pode fazer um automóvel elétrico, sem gasolina, não será poluente”. Mas será tão caro, tão sofisticado, que se tornará um novo objeto de desejo. Nós sabemos que precisamos renunciar às coisas que estão estragando a nossa vida no planeta, o problema é que as pessoas querem renunciar a elas por outras coisas mais novas e mais bonitas.

Azanha (2002, p. 30) aborda que, na história da humanidade, a noção de progresso está ligada, em geral, à ideia de “riqueza e modernidade”, que se opõe à “pobreza e atraso”, dentro dos parâmetros de bem-estar social que medem a sociedade, como o “crescimento populacional, aumento da renda per capita, padrão alimentar medido pelo consumo de proteínas, nível de escolarização e, sobretudo, elevado padrão de consumo”. Nesses moldes, o crescimento econômico seria visto naturalmente como a solução para o que é considerado atraso e baixo padrão de vida. A única solução para os países conhecidos como subdesenvolvidos seria reproduzir o modelo do mundo desenvolvido e industrializado, com uma mudança cultural dirigida à padronização e mais uma forma de colonizar esses países (STAVENHAGEN, 1985, p. 13 e 14). E nesse sentido,

A ideia de progresso/desenvolvimento foi uma criação política-ideológica-epistêmica para ocultar institucionalmente o capitalismo e a dicotomia superior-inferior (civiliza-dos-primitivos, desenvolvidos-subdesenvolvidos) que viabiliza sua expansão incontrolável. Com seu objetivo insano de produção infinita de riqueza material, em um Planeta finito, sob o critério de lucro máximo no curto prazo e a qualquer custo, seguindo a lógica inexorável da acumulação com concentração e por despossessão, criando violências, desigualdades e injustiças, o sistema capitalista é tão injusto que poderia não ser adotado na África, América Latina e Ásia (SILVA, 2018, p. 2).

No início do século XXI, a exploração sustentável de recursos naturais no Brasil era um conceito mais discutido do que implementado com resultados satisfatórios. Exploração sustentável como um princípio ético e de gestão, que mantenha a sustentabilidade de um território, focando em cuidar das florestas de forma a prover as necessidades para o povo, preservando e mantendo a biodiversidade e garantindo as florestas em pé, inclusive para as futuras gerações (Giannini, 2002; GRÜNEWALD, 2003).

Nas décadas de 1970 –80 começam as críticas e preocupações a esse modelo e surgem as discussões da necessidade por nova visão sobre a economia, formas de consumo e desenvolvimento social. Estratégias para suprir as necessidades básicas e fundamentais da população, elevando o padrão de vida das populações mais pobres, mais do que se preocupar somente com o crescimento econômico, “antes de imitar padrões de consumo e produção das nações industrializadas” (STAVENHAGEN, 1985, p. 18).

Com a proposta apresentada em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Relatório de Brundtland, documento conhecido como Nosso Futuro Comum, o termo desenvolvimento sustentável é concebido como uma esperança de reverter os processos predominantes da industrialização capitalista, de objetivação e domínio da natureza, reduzindo danos ambientais através de taxas específicas pelo mau uso e pela reposição dos recursos naturais. A ideia de desenvolvimento baseado na sustentabilidade e as consequências dos impactos gerados no planeta se tornaram um tema bastante discutido e necessário nas últimas décadas, devido às transformações ambientais oriundas da intensa revolução industrial na história da humanidade, trazendo possíveis soluções (AZANHA, 2002; TIRADENTES, 2021).

A Conferência de Estocolmo em 1972, o supracitado Nosso Futuro Comum, a Eco 92 e o lançamento da Agenda 21 e a Carta da Terra no Rio de

Janeiro em 1992, o Protocolo de Kyoto em 1997, o Acordo de Paris e a Agenda 2030 na 21ª Conferência das Partes (COP21) em 2015 e, mais recente, a COP26 em Glasgow, com o lançamento da Carta da APIB pelos povos indígenas brasileiros são alguns dos eventos mundiais para tratar sobre as questões ambientais e definir objetivos e metas a serem cumpridas nas ações governamentais dos países, ainda que muitos governantes sejam omissos ou as ignorem (APIB, 2021; TIRADENTES, 2021; BRUNACCI; PHILIPPI JR, 2014).

Em 2015, com o lançamento da Agenda 2030 pela Organização das Nações Unidas (ONU), os países assumem o compromisso de se desenvolverem com o propósito de:

[...] acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares; combater as desigualdades dentro e entre os países; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas; e assegurar a proteção duradoura do planeta e seus recursos naturais. Resolvemos também criar condições para um crescimento sustentável, inclusivo e economicamente sustentado, prosperidade compartilhada e trabalho decente para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades nacionais (ONU, 2015, p. 3).

Vale ressaltar que, em muitos casos, os termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade foram comumente utilizados para mascarar erros ambientais e sociais e para reduzir as críticas à indústria, ponto importante a ser observado até hoje, em qualquer proposta que apresenta o conceito dentro de seu marketing de negócios. Para tanto, o modo de vida dos povos indígenas se transforma em exemplos de postura ética, de resistência e fonte de conceitos para um novo pensamento de uma sociedade alternativa contra o desenvolvimento capitalista (APIB, 2021; AZANHA, 2002). Como afirma Krenak (2020, p. 24), é preciso “pararmos de nos desenvolver e começar a nos envolver”:

Como o mundo é todo desigual, acabou ficando gente de fora desse balaio civilizatório, pessoas que não estão engajadas no consumo planetário. Não se tornaram consumidoras no sentido de clientela, eventualmente consomem alguma coisa no mundo industrial, mas não são dependentes disso para continuar existindo. Ainda há ilhas no planeta que se lembram o que estão fazendo aqui. Estão protegidas por nossa memória de outras perspectivas de mundo. Essa gente é a cura para a febre do planeta, e acredito que podem nos contagiar positivamente com uma percepção diferente da vida. Ou você ouve a voz de todos os outros seres que habitam o planeta junto com você, ou faz guerra contra a vida na Terra (KRENAK, 2020, p. 73).

Mobilizações sociais de diferentes atores sociais, como o caso dos povos indígenas, vêm questionando o desenvolvimento e suas ideias vinculadas, como os moldes já citados de progresso, aumento excessivo de consumo material individual, extrativismo, entre outros. Com base nos saberes e nas ações dos povos indígenas, esses movimentos e mobilizações, chamados também de luta indígena, seguem como crítica à modernidade baseada nos moldes europeus que se apresentam no mundo e suas consequências, apresentando e construindo alternativas para o desenvolvimento com base no pensamento decolonial e no Bem Viver (Escobar, 2014).

A COP26, por exemplo, foi a maior mobilização indígena brasileira da história nesses espaços de discussão mundial sobre o meio ambiente, momento em que tiveram a oportunidade de pautar soluções sobre a crise climática para as lideranças mundiais sob a visão dos povos indígenas. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) reuniu mais de 40 representantes dos povos originários de todo país, que alertaram o mundo sobre a necessidade de demarcar as Terras Indígenas para proteger os povos originários, assim preservando as florestas e o futuro do planeta. E nesse momento declararam:

Terra Indígena é garantia de futuro para toda a humanidade. Nossa relação com o território não é de propriedade, exploração, expropriação ou apropriação, mas de respeito e manejo de um bem comum, que serve a toda humanidade como polos de contenção das dinâmicas extrativistas que provocam a crise climática. Até hoje - e isso não dizemos nós, mas a ONU e diversos institutos de pesquisa com a reputação mais elevada que a ciência ocidental pode demandar -, somos nós, Povos Indígenas, os maiores responsáveis pela preservação dos biomas do planeta (APIB, 2021, p. 2).

Nesse sentido, resgatando uma das primeiras definições de etnodesenvolvimento trazida por Stavenhagen (1985, p. 37), aponta-se que a identidade étnica é como uma força motivadora para o mundo e está ligada às questões básicas de direitos humanos, guerra e paz, luta civil e harmonia social, conflito e estabilidade política. Naquele momento, o autor abordou questionamentos básicos que norteavam o pensamento: “Quais são as bases da mobilização étnica em nossos dias? É possível distinguir as reivindicações étnicas de outros tipos de reivindicações no sistema político? De que forma a etnicidade se articula ao processo de desenvolvimento?” Afirma ainda que o sentimento de pertencimento de um indivíduo ao seu grupo étnico e os laços existentes entre o grupo não são uma barreira contra o desenvolvimento, mas, sim, um vínculo essencial e primordial que não impede o desenvolvimento político e socioeconômico e podem coexistir

harmonicamente com uma nação. Seria um erro negar a identidade étnica tanto por motivos analíticos, como consequências políticas.

A ideia de etnodesenvolvimento das populações indígenas aconteceria com uma revisão integral das políticas públicas indigenistas, defendidas até aquele momento da história pela maioria dos governos, trazendo a visão de desenvolvimento com respeito aos povos, preservando a etnicidade e o diferencial sociocultural de uma população, o controle sobre suas próprias terras, recursos, organização social, cultura, e livres para negociar com o Estado segundo seus interesses. Há uma disposição nos dias atuais para o uso e para o consumo identitário de produtos e serviços habituais, onde se leva em conta as referências culturais dos países e locais de origem, apreciando a diversidade, história, riqueza e recursos cultural, ambiental e estético, que fortalecem e dão visibilidade a essas identidades. Nesse sentido, há um aumento significativo no interesse pelo consumo de produtos e serviços de diferentes grupos étnicos, sociais, ambientais e políticos não só pelos membros desses grupos, como de apoiadores e sensíveis às causas com a etnicidade cultura e luta indígena, por exemplo, como meio de promover o etnodesenvolvimento (LOMELÍ *et al.* 2021; STAVENHAGEN, 1985).

Em termos gerais, os princípios básicos para o etnodesenvolvimento seriam: objetivar a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas em vez de priorizar o crescimento econômico; embutir-se de visão endógena, ou seja, dar resposta prioritária à resolução dos problemas e necessidades locais; valorizar e utilizar conhecimento e tradição locais na busca da solução dos problemas; preocupar-se em manter relação equilibrada com o meio ambiente, e visar a auto sustentação e a independência de recursos técnicos e de pessoal e proceder a uma ação integral de base, [com] atividades mais participativas (AZANHA, 2002, p. 31).

Azanha (2002, p. 33 e 34) fala sobre as urgências criadas nas populações indígenas, que surgiram das necessidades de consumo de recursos naturais pelo “mundo dos brancos” desde os primeiros contatos, através das relações de escambo nas trocas de mercadorias. Aos indígenas, caberia fornecer matéria-prima como a mandioca, castanha, por exemplo, mão de obra remunerada, por vezes escravizada, em troca de sal, ferramentas, armas de fogo, querosene, anzóis, entre outros, que ao longo do tempo se impuseram como necessidades básicas que fizeram acreditar na importância dessas trocas com os não indígenas. Com o tempo, essas relações

foram se intensificando, em muitos casos, colocaram os indígenas numa situação de exploração excessiva dos recursos naturais.

Ao mesmo tempo em que o mundo se voltava para as discussões e urgências ambientais, a partir da década de 1980, as populações indígenas se voltaram para a produção de bens de consumo que serviam as suas atividades cotidianas e rituais, como um resgate à cultura ancestral, iniciando o processo que hoje se entende por decolonização. Em iniciativas mais recentes que buscam reverter esse quadro, em geral, apoiadas por investimentos e instituições internacionais, há um trabalho de fomento de produtos indígenas para certo nicho de mercado, como o caso do artesanato sofisticado ou o turismo voltado a um público disposto a pagar alto valor por serem de produção indígena e por apoiarem a causa. Importante observar que todas essas experiências se baseiam na vocação cultural e histórica “específica da sociedade indígena e do controle interno do tempo para a produção para o mercado, possibilitando-lhes o domínio sobre os limites da produção e, por conseguinte, das necessidades externas” (AZANHA, 2002, p. 34 e 35).

Trazendo a perspectiva de etnodesenvolvimento exposta por Lima e Barroso-Hoffmann (2002), os trabalhos devem garantir a autonomia e a especificidade dos povos indígenas diante da sociedade em geral, padrões éticos e morais sobre o modo que os ‘não indígenas’ devem se posicionar perante essas comunidades e os tipos de aliança e formatos jurídicos com órgãos governamentais e do terceiro setor. Sendo assim,

Além da dimensão política local, é necessário também pensar modelos de etnodesenvolvimento para as populações indígenas considerando-se vários elementos: história, cultura, religião, economia, políticas públicas, relações interétnicas, fluxos culturais globais, além dos aspectos propriamente científicos e tecnológicos. Os componentes histórico, legal, cultural, espiritual, ético, político, tecnológico/científico e econômico devem ser estudados interrelacionadamente para pensar a sustentabilidade dos povos indígenas do sertão. Além disso, esses aspectos existem como fluxos no tempo antes que como elementos estáticos. Discussões de sustentabilidade e etnodesenvolvimento devem tratar com o tempo. Cada um desses oito aspectos está em um constante estado de mudança. Qualquer estrutura implantada para manter sustentabilidade por longos períodos de tempo deve ser flexível o bastante para acomodar mudanças (GRÜNEWALD, 2003, p. 66 e 67).

Para que haja o efetivo etnodesenvolvimento, as comunidades precisam ser protagonistas de seu próprio desenvolvimento e, quando necessário e acharem pertinente, seguro e positivo para suas comunidades, são livres para formarem

grupos de trabalho e parcerias técnicas com profissionais não indígenas de diferentes áreas na intenção de formalizar projetos e documentos que lhes assegure autoridade sobre seus territórios e o uso sustentável dos recursos naturais, capacitação e autonomia para desenvolver seus próprios projetos dentro das realidades das comunidades (BATALLA, 1982).

O desejo para o etnodesenvolvimento deve ser dos povos indígenas, que, a partir daí, envolvem outras pessoas e órgãos indigenistas para a execução de um planejamento de desenvolvimento sustentável, que, em geral, é um processo complexo e precisa ser flexível, de forma que se adapte a possíveis mudanças sobre o ambiente e a comunidade, gerando condições materiais sem comprometer o que é imutável dentro da sociedade indígena. Eles sabem o que é legítimo e o que querem para a sua comunidade, além disso, ética, espiritualidade, cultura e natureza são parte fundamental para a identidade e sustentabilidade indígena. Essas populações querem, nessas relações, existir com dignidade e viver sem mudar seu modo de vida, sustentando a floresta e unindo emoção com ciência e tecnologia (GRÜNEWALD, 2003, p. 67; 68).

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), devido à diversidade de povos indígenas em diferentes regiões do país, são necessárias estratégias específicas e contextualizadas à realidade dessas populações, ao invés da utilização de padrões culturais de outras realidades e países, respeitando a história, a crença, a cultura e o modo de vida de cada uma delas (FUNAI, 2020). Em vista disso, para um processo de etnodesenvolvimento participativo e efetivo, são considerados os seguintes fatores:

Estratégias voltadas para as necessidades básicas, ou seja, uma estratégia destinada a satisfazer as necessidades fundamentais de um grande número de pessoas, mais do que crescimento econômico por si mesmo. Isto significa que o país deve concentrar seus recursos e esforços no sentido de produzir os bens essenciais; Fortalecer visão interna, ou endógena, e não uma visão externa e orientada para as exportações e importações; Usar e aproveitar as tradições culturais existentes e não rejeitá-las a priori como obstáculos ao desenvolvimento e, ainda, basear as ações de desenvolvimento no uso dos recursos locais quer sejam naturais, técnicos e humanos; Respeitar, e não destruir, o meio ambiente, ou seja, é válida do ponto de vista ecológico", orientando-se "para a auto sustentação nos níveis local, nacional e regional; Ser mais participativa do que tecnocrática" (FUNAI, 2020, s/p).

Dentro desse contexto, a FUNAI possui a Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento (CGETNO), direcionada para ações de

etnodesenvolvimento, voltadas para promoção da agrobiodiversidade, da valorização da diversidade biológica, dos sistemas agrícolas tradicionais e do manejo dos recursos de acordo com os saberes tradicionais e agricultores familiares, estimulando, assim, a transmissão dos conhecimentos tradicionais e o intercâmbio entre as diferentes etnias (FUNAI, 2020).

O Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, do Governo Federal, institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), que será mais bem detalhada no capítulo 5.1 desta pesquisa. Quanto à geração de renda e entrada dos recursos financeiros para as TI, facilita-se o acesso a produtos e serviços da sociedade não indígena, que já fazem parte do cotidiano dessas comunidades (AZANHA, 2002, p. 33) e, partindo dos objetivos apresentados no PNGATI, a FUNAI (2020) apoia projetos de uso sustentável dos recursos naturais e iniciativas de produção indígena. As ações devem ser feitas através de planejamento participativo, apresentado as Coordenações Regionais da FUNAI, fomento de produtos das comunidades ao mercado diferenciado que valorize a diversidade cultural, as boas práticas ambientais e os direitos dos povos indígenas em parceria com outras instituições.

Das ações de geração de renda previstas pela FUNAI, estão: o acesso aos mercados institucionais no fornecimento de alimentos produzidos nas TI; o Selo Indígenas do Brasil, que garante a origem de produtos de Terra Indígena (TI); apoio à certificação participativa da conformidade da produção orgânica, e a visitação para fins turísticos em TI, com base na Instrução Normativa (IN) nº 3/2015, o Etnoturismo e Ecoturismo são permitidos desde que realizados dentro dos princípios do TBC e sustentável (FUNAI, 2020).

Em oposição à política oficial indigenista de proteção tutelar e assistencialismo, proposta e praticada pela FUNAI, o indigenismo, comprometido com a necessidade de autonomia econômica e política dos povos indígenas, trabalha com o estímulo à geração de alternativas econômicas, com vistas para o desenvolvimento sustentável e protagonismo das comunidades (ISA, 2018).

Sendo assim, vem crescendo o trabalho da sociedade civil organizada, através de organizações indígenas e ONGs, incluindo as de apoio internacional, com projetos trazendo diferentes temáticas e desenvolvidos de forma participativa e com protagonismo das comunidades indígenas (SOUSA, *et al*, 2007, p. 8). As ONGs atuam numa rede indigenista, em múltiplas direções, incluindo o apoio à formulação

de políticas públicas, com projetos voltados para a formação de professores indígenas para recuperação e valorização da cultura, capacitação técnica, geração de renda e autonomia das comunidades na demarcação de terras, entre outras ações (ISA, 2018).

Com o aumento das discussões sobre desenvolvimento sustentável, cresce a visibilidade para a luta indígena por direitos e relações mais justas, incluindo a visibilidade internacional. Os povos originários deixam de ser vistos somente como paradigmas de subdesenvolvimento e se tornam importantes parceiros e protagonistas em estratégias de desenvolvimento sustentável na formulação de projetos que promovam as atividades de subsistência tradicionais, em conjunto com novas atividades econômicas que promovam a proteção ambiental e garantam o usufruto exclusivo das comunidades das riquezas existentes em seus territórios (ISA, 2018).

A Associação Brasileira de ONGs (ABONG), fundada em 1991, é uma associação nacional formada com o “objetivo de fortalecer as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) brasileira que trabalham na defesa e promoção dos direitos e bens comuns” (ABONG, 2021), sem fins lucrativos, pluralista, democrática, antirracista e antissexista, que reúne mais de 200 organizações que estão nas “lutas contra todas as formas de discriminação, de desigualdades, pela construção de modos sustentáveis de vida e pela radicalização da democracia” (ISA, 2018).

Com base na orientação constitucional da FUNAI (2020), o uso das TI deve ser coletivo e as ações devem ser pensadas para facilitar a independência econômica, com atividades mais sustentáveis que beneficiem toda a comunidade indígena e “a definição de normas e regras é fundamental para organizar o etnodesenvolvimento da população envolvida, mesmo que hajam alterações com o tempo” (GRÜNEWALD, 2003, p. 69).

Em abril de 2021, a FUNAI promoveu o 1º Seminário Povos Indígenas: Etnodesenvolvimento e Sustentabilidade, com a presença de representantes dos povos indígenas, iniciativas privadas e das diferentes esferas do governo, com o objetivo de promover o diálogo sobre perspectivas, instrumentos e ferramentas para o etnodesenvolvimento, numa abordagem econômica e da “sustentabilidade socioambiental”. O evento abordou alguns dos assuntos já citados nessa pesquisa e, dentre estes, abordaram sobre o Turismo em Terras Indígenas, levantado pontos históricos sobre o turismo até o momento atual, como a pandemia impactou o setor

do turismo, e apresentando possibilidades sobre como será o retorno para o momento pós-pandemia e possíveis ferramentas do Turismo de Base Comunitária, como uma alternativa de turismo responsável para o retorno e desenvolvimento de novos projetos de vivências em terras indígenas (CORBARI; STORNILO, 2021), como os conceitos que serão apresentados na sequência da presente pesquisa.

4. TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O Turismo de Base Comunitária (TBC) deve ser associado à forma de trabalho e de comunicação social que visa contribuir para a qualidade de vida das comunidades e conservar os modos de vida das populações tradicionais. Populações, em boa parte, carentes de recursos básicos e de diversos tipos, em geral, localizadas em territórios vulneráveis, passando por conflitos e lutas por terras ou em sobreposição a Unidades de Conservação. É uma abordagem diferente do turismo, um modelo que implica o desenvolvimento local, norteada por princípios do associativismo, valorização da cultura local, economia solidária, e protagonizado pelas comunidades locais, que se apropriam dos benefícios sobrevividos da atividade turística. Proporciona um intercâmbio de relações entre o visitante com a população local, que apresenta, em seus produtos e serviços, o olhar sobre a natureza simbólica da atividade, antes de ser monetária, como uma harmonização ética entre economia, cultura e meio ambiente (SAMPAIO *et al.* 2014; SILVA *et al.* 2012; ZAOUAL, 2009).

Dentro desta “nova mentalidade”, há uma tendência pela necessidade de pertencimento, das pessoas buscarem o sentido de sua existência, que pode refletir na escolha por um “turismo de profundidade”, um destino que proporcione relações com novas culturas e com a natureza, onde os turistas passam a ser atores solidários e responsáveis nas trocas e intercâmbios com

“outros mundos”. Para ser de qualidade, uma proposta de TBC deve promover uma experiência de aprendizado e de diálogo entre os grupos envolvidos, proporcionando interações e mudanças que beneficiem as comunidades e visitantes, ou seja, uma experiência capaz de gerar mudanças benéficas para visitantes e comunidades, oferecendo registros marcantes que ficam guardados na memória (ICMBIO, 2019; ZAOAL, 2009).

O TBC consiste em uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o mercado turístico, baseado em premissas teóricas claras e diferenciadas da prática convencional, situando essa nova abordagem, em tese, como uma alternativa que atende às premissas do turismo pós-moderno. Ocorre em espaços rural e urbano, onde os visitantes buscam conhecer e interagir com a maneira simples de se viver, modo de ser, história local, cultura, organização social das comunidades e o contato com a natureza do local visitado (SILVA *et al*, 2012).

4.1. Definições e Breve Histórico

O turismo convencional é compreendido como uma atividade predominantemente capitalista, pelo viés do pensamento ocidental de progresso e desenvolvimento socioeconômico, sendo um dos setores que atuam de forma direta e indireta nos campos do comércio, prestação de serviços, agricultura e indústria, fortalecendo a economia dos países em desenvolvimento. Vem sendo tratado com ênfase excessiva sob a ótica do crescimento econômico e acumulação de capital, com uma tendência a ignorar a preservação dos meios socioculturais e os custos ambientais presentes e futuros (VILAS BÔAS, SILVA, 2013; UNCTAD, 2010).

Como citado no capítulo 3 desta pesquisa, a ONU lançou, em setembro de 2015, o documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, propondo os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS tratam dos desafios básicos de desenvolvimento, um chamado de ação global para que países envolvidos trabalhem juntos por uma meta comum de promover o desenvolvimento sustentável, erradicar a pobreza, preservar o clima e o meio ambiente, assegurando que toda a população mundial tenha uma vida digna, em paz e num ciclo de prosperidade até o ano de 2030. O documento traz o reconhecimento de que o desenvolvimento socioeconômico está ligado à “gestão sustentável dos recursos naturais” e que estão determinados a trabalhar pela conservação da natureza, fazendo uso das florestas, montanhas, oceanos, recursos hídricos e demais ecossistemas de forma sustentável, protegendo os biomas e sua biodiversidade (ONU, 2015). Declaram que:

Nós também estamos determinados a promover o turismo sustentável, combater a escassez de água e a poluição da água, fortalecer a cooperação sobre a desertificação, as tempestades de poeira, a degradação dos solos e a seca e a promover a resiliência e a redução do risco de desastres (ONU, 2015, p. 9).

A Agenda 2030 propõe o turismo como meta nos objetivos 8, 12 e 14, como descritos, respectivamente: Trabalho decente e crescimento econômico: de forma a “conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais”; Consumo e produção responsáveis: desenvolvendo e implementando “ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais”; Vida na água: na intenção de “aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo” (ONU, 2015, p. 22; 26; 28).

Sendo assim, o turismo tem uma importância significativa para o alcance dos ODS, apresentando soluções sustentáveis para as pessoas e o planeta. De acordo com Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo pode ter um papel fundamental, direta ou indiretamente, em todos os ODS, além dos três citados anteriormente (NASCIMENTO, 2018).

Nesse sentido, o turismo não pode ser entendido apenas pelo viés econômico, embora tenha a sua importância no desenvolvimento da economia, e na geração de empregos pelo mundo. É uma atividade de muitos significados e com forte expressão nas resistências dos valores sociais. É responsável por impactos positivos, mas, quando mal conduzido, sem estratégias políticas e regulamentos de planejamento, implementação e fiscalização, pode gerar impactos socioambientais negativos, já entendidos no modelo de turismo de massa, tais como: deslocamento de comunidades de seus territórios; promover condições precárias de trabalho; crescimento da especulação imobiliária para atender a demanda turística; degradação ambiental; aumento na geração de resíduos da indústria, dos serviços e dos próprios turistas, e uso excessivo dos recursos naturais, hídricos e energéticos, que ultrapassam a capacidade de carga do local. Muitos países em desenvolvimento, com forte atividade turística, sofrem com o turismo massivo e em grande escala, aumentando a degradação dos recursos naturais e gerando efeitos negativos irreversíveis em ecossistemas mais frágeis (PORTUGUEZ, 2012; UNCTAD, 2010).

A falta de planejamento e gestão turística, nesse modelo de turismo, em geral, não contempla a integração das etnias à atividade turística, gerando impacto nas comunidades, que viviam de atividades econômicas artesanais, como a agricultura e a pesca, abandonando os elementos de sua cultura para empreender novos negócios que somente atendem à demanda turística (SOUZA, 2018).

Em contraponto a essa economia massificada, podemos trazer o conceito de economia de dádivas, onde dádiva consiste em pertencer a uma comunidade que não limita seus indivíduos, expandindo o pensamento para a bem comum e objetiva desenvolver a comunidade para que prospere coletivamente, numa experiência social comunitária (DONATI, 1998). Nesse caminho, o trabalho visa o bem estar coletivo e é protagonizado pela comunidade, que evidencia suas habilidades tradicionais como ferramenta para o desenvolvimento de uma economia voltada para a troca de saberes, experiências e serviços (SALES; SALLES, 2010).

A economia de dádivas é entendida nas Ciências Sociais como uma forma de organização onde os membros doam bens e serviços entre si, gerando reciprocidade numa corrente contínua de doações, formando alianças e relações de respeito, inclusive na relação entre comunidade e visitantes, no caso do turismo. Sendo assim, trazendo brevemente o conceito de dádiva, é possível compreender que esse modo de economia pode fazer referência à forma de organização do TBC, como uma alternativa que se contrapõe ao modelo de turismo de massa e centrado no mercantilismo (SALES; SALLES, 2010; EMMENDOERFER; MORAES, 2014).

O TBC surge como uma alternativa de turismo protagonizado pela comunidade, como um caminho para o desenvolvimento de localidades com populações vulnerabilizadas pelo baixo desenvolvimento econômico. Tem potencial para reduzir as desigualdades, dar acesso a serviços básicos, garantir a subsistência e melhorar a qualidade de vida de boa parcela da população. Possibilita o encontro social adotando um modelo de desenvolvimento sustentável com ações em prol da coletividade, gerando renda e proporcionando benefícios sociais e ambientais (GRIMM; SAMPAIO; GARCIA, 2017; GOMEZ *et al*, 2015).

A comunidade detém o controle efetivo do desenvolvimento sobre seu território, a partir de um modelo de planejamento e gestão participativos, que se distingue da ideia de desumanização e “objetificação” das pessoas e das políticas de dominação na produção de espaços. As comunidades deixam de ser objeto e passam a ser o sujeito protagonista do projeto, com a participação das mesmas na

tomada de decisão do planejamento dos princípios e práticas, que orientam a proposta de desenvolvimento da atividade, gerando benefícios focados nas comunidades. A atividade é baseada especialmente nos patrimônios culturais e naturais do local e oferece produtos e serviços que representem o modo de vida da comunidade, formadas por populações tradicionais em boa parte dos projetos existentes. O TBC não se trata de um segmento turístico, é um tipo de turismo que já é realidade na América Latina e no Brasil, com destaque para as atividades desenvolvidas em comunidades tradicionais presentes em Unidades de Conservação, em especial nas Unidades de Uso Sustentável (MORAES *et al*, 2013; HALLACK *et a*, 2011).

A América Latina apresenta uma imensa riqueza natural de paisagens contrastantes e uma diversidade cultural que possibilita vivenciar diferentes experiências. Com a crescente demanda internacional por experiências autênticas, significativas e enriquecedoras, surge, em 1980, na América Latina, o Turismo Rural Comunitário (TRC). Voltando a atenção para o Brasil, as discussões sobre TBC mantiveram-se distantes da realidade e das políticas públicas, se fortalecendo, no final da década de 1990, com a reunião de pesquisadores que levaram o tema para o Encontro de Turismo de Base Local (ENTBL) (GRIMM, 2016; IRVING, 2009; SOUZA, 2018).

O ENTBL surge com o propósito de debater e refletir sobre a atividade turística no país, trazendo a urgência de discutir sobre os variados temas que envolvem o TBC no Brasil e na América do Sul. Evento acadêmico de

referência na área, aborda “discussões sobre o território, a prática turística, a transformação dos espaços e da cultura, agregando pesquisadores oriundos das mais diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” (ENTBL, 2020). É a partir desse momento que se formam redes de pesquisa que possibilitaram o desenvolvimento de projetos e pesquisas, gerando publicações abordando o tema e que deram maior visibilidade para o TBC (IRVING, 2009). A produção acadêmica sobre TBC fica restrita aos bastidores, “até quando o turismo passou a ser interpretado, no país, como alternativa possível para inclusão social, e a discussão sobre participação social e governança democrática se tornou prioritária no âmbito internacional” (IRVING, 2009, p. 109).

Em 2003, é criado o Ministério do Turismo (MTUR), firmando a importância do turismo no desenvolvimento do Brasil, na visão do Governo Federal. É lançado o

Plano Nacional do Turismo - Uma Viagem de inclusão (2007-2010), documento oficial de política pública voltada para o desenvolvimento de um produto turístico de qualidade para o país, valorizando as diversidades regionais, culturais e naturais, promovendo o turismo como fator de inclusão social, geração de emprego e renda, além de “fomentar a competitividade do produto turístico nos mercados nacional e internacional” (SILVA, *et al*, 2009, p. 359-360).

Na atual gestão do Governo Federal, está em vigor o Plano Nacional de Turismo 2018-2022 (PNT), com o objetivo de coordenar e orientar as ações do setor público no desenvolvimento do turismo como estratégia para o desenvolvimento socioeconômico do país (BRASIL, 2018, p. 15). O documento faz uma breve referência que aproxima ao tema e apresenta como iniciativa: “Promover a integração da produção local à cadeia produtiva do turismo e o desenvolvimento do Turismo de Base Local”. Propõe como estratégias: “Estimular o desenvolvimento de novas atividades turísticas que incorporem aspectos da produção local, da cultura e da culinária regional”; e também “apoiar e articular ações para promover e ampliar os canais de comercialização dos produtos associados ao turismo e das iniciativas de Turismo de Base Local” (BRASIL, 2018, p. 123-125).

Retomando parte da história do TBC no Brasil, um importante marco das primeiras atuações do poder público federal em apoio ao TBC foi em 2008, quando o MTUR lança o edital 01/2008, propondo financiamento de projetos ligados ao TBC durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, em Fortaleza, no estado do Ceará (BARTHOLO, SANSOLO e BURSZTYN, 2009, p. 15). O edital teve como objeto “selecionar projetos de fomento a iniciativas de TBC e que promovam a inserção destas na economia de mercado, com base nos princípios de economia solidária” (BRASIL, 2008). Essa chamada recebeu em torno de quinhentas inscrições vindas de todo o país (BARTHOLO, SANSOLO e BURSZTYN, 2009, p.21), sendo selecionados cinquenta projetos, com base na definição abaixo:

O turismo de base comunitária, turismo comunitário, solidário, de conservação, entre outras denominações, possui elementos comuns a tais iniciativas e busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (BRASIL, 2008).

Partindo deste marco, surge a obra “Turismo de Base Comunitária – Diversidade de olhares e experiências brasileiras”, organizada por Bartholo, Sanzolo e Bursztyn (2009), já citada anteriormente, que reúne estudos de pesquisadores sobre o tema e os cinquenta projetos aprovados no edital do MTUR. O livro é uma referência em boa parte das pesquisas nessa área, incluindo a presente pesquisa. Espera-se, então, que

[...] o leitor possa se inspirar e perceber que o turismo de base comunitária é antes de tudo, uma expressão do mundo contemporâneo, onde as pessoas não se contentam mais em comprar, em vender. Vive-se um período em que produzir simulacros de relações, da espetacularização da natureza e da cultura com intuito de mercantilização começa a ser questionado. O que o ser humano tem de mais rico é a sua possibilidade de relação direta com o outro e com o diverso (BARTHOLO, SANZOLO e BURSZTYN, 2009, p. 21).

Com o objetivo de fortalecer o TBC no Brasil, outro ponto importante na história é a criação, em 2003, da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Rede Turisol), de maneira informal, nesse primeiro momento, e se consolidando ao longo do tempo. Alguns de seus projetos foram aprovados no edital MTUR 01/2008 e hoje são referência na pesquisa em TBC e no trabalho com comunidades pelo Brasil. Composta por 23 iniciativas em 10 estados brasileiros, abrangendo mais de 100 municípios, a Rede Turisol trabalha nas seguintes linhas: Comercialização; Comunicação; Impactos em Políticas Públicas; Capacitação e intercâmbios; Universidade e Turismo Comunitário; Juventude e Turismo Comunitário (PROJETO BAGAGEM, 2010, p. 3).

Duas instituições reconhecidas, inclusive pelo MTUR (2010, p. 15), são a WWF Brasil, que lançou em 2003 o “Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável”, e o Projeto Bagagem, a ONG nasce em 2002, com a estratégia de associar-se a instituições locais para apoiar a criação de roteiros turísticos que beneficiam prioritariamente as comunidades visitadas, por meio da geração de renda e da participação direta da população local. Dessa forma:

O Projeto Bagagem é uma iniciativa sem fins lucrativos que promove o turismo comunitário em regiões do Brasil que apresentam um grau significativo de organização comunitária. Por meio de viagens, o projeto leva um grupo de pessoas interessadas em conhecer melhor o país, para conviverem de maneira direta com a população local. Mais do que visitar atrações turísticas, a ideia é dar aos visitantes a oportunidade de experimentarem a vida nas comunidades como ela realmente é, em um

processo de aprendizagem e intercâmbio cultural, onde participante e membros das comunidades saem ganhando. A viagem é também uma oportunidade de conhecer o trabalho da ONG parceira e fonte de renda para as comunidades (PROJETO BAGAGEM, 2010, p. 21).

Neste período de pandemia, o Projeto Bagagem se reinventa, criando um espaço de compartilhamento das histórias de seus projetos, experiências, conteúdo e conhecimentos gerados sobre o TBC, envolvendo diferentes atores ao longo de quase 20 anos de existência. “Nosso novo objetivo é estimular a inteligência coletiva no TBC brasileiro, integrando-o com o que há de melhor em outras iniciativas e grupos pelo mundo” (PROJETO BAGAGEM, 2020).

Outra referência do TBC é a Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum), que reúne grupos de comunidades indígenas, assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), colônias de pescadores, moradores de manguezais, entre outras comunidades da zona costeira do estado do Ceará, organizando o TBC para fortalecer a relação entre sociedade, cultura e natureza, com justiça ambiental. Acreditam que, no TBC, a população local deve ser a protagonista do seu desenvolvimento, fazendo o planejamento das atividades e a gestão das infraestruturas e serviços turísticos, orientadas por princípios que garantam a sustentabilidade socioambiental, numa relação ética e solidária entre comunidades e visitantes. Visa a preservação ambiental e valorização da produção, da cultura e das identidades locais, além da geração e distribuição igualitária de renda. Trazem como estratégias prioritárias a elaboração de roteiros que contemplam momentos de vivências nas comunidades, trocas culturais e as trilhas de interpretação ambiental (REDE TUCUM, 2017).

O Instituto Socioambiental (ISA) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), fundada em 1994, com a missão de “construir soluções sustentáveis que garantam os direitos coletivos e difusos e valorizem a diversidade socioambiental”, com destaque para as ações de desenvolvimento de TBC em terras quilombolas e indígenas (ISA, 2020).

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), integrando o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). E tem a missão de “formular e implementar políticas públicas ambientais visando proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável”, realizando “gestão de unidades de

conservação federais (UC), da promoção do desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais nas UC de uso sustentável, da pesquisa e gestão do conhecimento, da educação ambiental e do fomento ao manejo ecológico”, com destaque para o trabalho voltado à visitação nas UC, com publicações significativas sobre o TBC em UC (ICMBio, 2020).

As novas tendências de mercado e o interesse dos consumidores por produtos que tenham responsabilidade socioambiental e tragam significados e valores para suas vidas contribuíram para dar um novo sentido ao turismo. Projetos internacionais passaram a propor iniciativas de capital social com engajamento participativo, valorizando culturas e tradições, promovendo a horizontalidade de poder, bem como as Organizações Não Governamentais (ONGs) internacionais, que incluíram o turismo em suas discussões e trabalhos nas temáticas sociais e ambientais. Todo esse movimento influencia também o trabalho de operadoras e agências de turismo, que objetivaram tornarem visíveis “destinos turísticos menos convencionais, mas capazes de viabilizar novas experiências e descobertas para um cidadão global, em busca de oportunidades de vivências e aprendizagens, para além do cardápio de opções disponíveis” (IRVING, 2009, p. 109).

Zaoual (2009) aborda que era perceptível a queda do antigo quadro de crescimento embasado no capitalismo industrial e de uma economia baseada em acúmulo de capital, que consome sem limites os recursos naturais, destrói o meio ambiente e marginaliza a população mais vulnerável. Em contrapartida, ao longo dos últimos anos no Brasil, houve “um rápido aumento nos índices de pobreza, uma degradação da posição das classes trabalhadoras e dos grupos marginalizados, numa sociedade profundamente dividida e polarizada” (LEBARON, 2018, p. 535).

Um estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) destacou o Brasil como o sétimo país mais desigual do mundo, atrás apenas de países da África, com 51,7 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza, de acordo com o Banco Mundial. A pandemia agravou o cenário e, no segundo trimestre de 2020, na desigualdade de renda bateu recorde no Brasil, como apontou estudo do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), “Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro”. Utilizando índice de Gini, “que monitora a desigualdade de renda em uma escala de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade. O do Brasil ficou em 0,6257 em março” (GEMAQUE, 2021).

Os reflexos trazidos pela pandemia do coronavírus (covid-19), impactam também na queda brusca e na redução, incluindo a interrupção de fluxos turísticos, devido às medidas de confinamento (*lockdown*) implementadas para controle de circulação do vírus. Situações de fechamento das fronteiras, barreiras sanitárias e interrupção dos fluxos de transporte, medidas necessárias e urgentes para ocasião resultaram numa grande demanda de cancelamentos de viagens. Um cenário complexo e inusitado, que trouxe dificuldades até para as reflexões e as pesquisas sobre realidades mais recentes, uma vez que houve um abalo a nível mundial e em diversas esferas. Porém, as discussões se fazem necessárias, pensar na realidade pós-pandemia, sem ofuscar os acontecimentos presentes, de forma a contribuir para a formulação de estratégias para reconstrução futura (CARNEIRO, 2021).

Considerando que a economia brasileira aos poucos está retomando suas atividades, a tendência é que a produção das atividades de turismo volte gradativamente aos patamares de 2019. Não obstante, novas características de comportamento social serão impostas à sociedade no período pós-pandemia, que promoverão mudanças em vários modelos de negócios e nos postos de trabalho (FGV, 2020, p. 11).

O Ministério do Turismo (MTUR) lança, em 2020, uma cartilha que aponta que a tendência para a retomada do turismo no país está na valorização de destinos não massificados, de menor porte e mais exclusivos. Que nesse período de pandemia, os gestores e visitantes deram mais atenção às experiências em destinos e produtos locais e artesanais. “Nesse sentido, o Turismo de Bem-Estar, o Turismo Gastronômico e o Turismo de Base Comunitária também têm sido apontados como tendências para este momento” (MTUR, 2020, p. 18).

Para Sansolo e Bursztyn (2009), o turismo comunitário não é mais um segmento do mercado, mas uma possibilidade de um novo paradigma para o turismo. Vale retomar a ideia de que o TBC faz repensar as práticas de ecoturismo, turismo cultural, turismo rural e etnoturismo, pois não se trata apenas de uma observação e interpretação de uma visão estereotipada que recebe visitantes que anseiam pelo “exotismo em seu convívio cotidiano, para o aumento de sua renda e melhoria social, mas, antes de tudo, significa encontro e oportunidade de experiência compartilhada” (IRVING, 2016; IRVING, 2009, p. 111). Há um potencial para o crescimento desse tipo de turismo, intensificado pela demanda por lugares tranquilos e sem aglomerações, “como forma escapar do estresse provocado pelo

distanciamento social em tempos pandêmicos” resultando no aumento da procura pelo ecoturismo e TBC nos últimos tempos (FIDELES, 2021).

Nesse sentido, reforça a definição trazida por Grimm e Sampaio (2011), sobre a nova demanda turística, formada por consumidores mais informados, conscientes sobre as questões ambientais e a conservação das relações humanas, valorizando experiências de imersão e a autenticidade cultural das comunidades tradicionais, diferentes do comportamento observado nas décadas passadas. Ou seja, cresce a demanda por destinos que priorizem o modelo de turismo com enfoque na visão humana e no contato com a natureza, como aspectos motivadores para decisão de viagem. Estas iniciativas ocorrem em pequena escala, favorecendo a interação entre comunidade e visitantes, geralmente em “áreas marginalizadas dos grandes centros urbanos ou em áreas litorâneas, áreas rurais, comunidades tradicionais como as indígenas, quilombolas, ribeirinhas” (SILVA, 2021, p. 14).

4.2. Diretrizes e Princípios do Turismo de Base Comunitária

Como visto, o TBC é aquele modelo de turismo que tende a gerar uma conexão harmônica e laços sociais entre visitante e população local, dando um sentido de vida coletiva em sociedade. Além disso, gera inclusão socioeconômica, promove a qualidade de vida e valoriza a cultura local favorecendo o protagonismo e o sentimento de pertencimento da comunidade (IRVING, 2009). Anfitriões e visitantes interagem em seus respectivos desejos, necessidades, expectativas, culturas e tradições, a experiência resulta no processo de relacionamento estabelecido neste encontro (IRVING, 2009).

Turismo de base comunitária, segundo esta percepção, implica não apenas a interpretação simplista e estereotipada de um grupo social desfavorecido que recebe “outsiders” curiosos e ávidos pelo exotismo em seu convívio cotidiano, para o aumento de sua renda e melhoria social, mas, antes de tudo, significa encontro e oportunidade de experiência compartilhada. Para Jovchelovitch (1998) é no encontro que saberes sociais se produzem e são renovados laços de diferença e solidariedade, que envolvem o sentido de comunidade e pertencimento (IRVING, 2009, P. 111).

Uma característica distinta do TBC é a “dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida” (MALDONADO, 2009, p. 31). O

visitante interage diretamente com o ambiente natural, realizando desde atividades contemplativas, como observação de fauna e flora, até atividades de maior interação e esforço físico como caminhada e outras práticas de esportes, pesca, entre outras. Essa interação e troca entre os visitantes, com a cultura e com a natureza local, é a base do TBC (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

E quanto à valorização da cultura e ao empoderamento da comunidade, podemos trazer o depoimento de uma das representantes da Regional Sul do Projeto Bagagem:

[...] ao valorizar a riqueza das culturas das comunidades, contribui para que comunitários concebam as práticas e saberes que fazem parte do seu cotidiano de forma diferenciada. Ao valorizarem sua cultura, percebi que gradativamente as pessoas passam a perceber o significado do turismo comunitário e mais do que isto, passam a se colocar e se organizar para gerir esta atividade. [...] faz com que as pessoas descubram vocações, fortaleçam as relações comunitárias, aprimorem conhecimentos e habilidade para o turismo e cuidem do lugar onde vivem (PROJETO BAGAGEM, 2010, p. 26).

Nessa troca intercultural, as comunidades se abrem para compartilhar parte de sua cultura aos visitantes, que chegam em busca de conhecer e aprender sobre a realidade distinta do local. A comunidade apresenta museus, centros culturais e de convivência, quando existentes, casas, restaurantes e demais patrimônios arquitetônicos da comunidade. Em muitos casos, os visitantes são convidados também a vivenciar ritos sagrados, festas religiosas, participam do feitiço de alimentos de receitas tradicionais, apreciam o artesanato e, em alguns momentos, podem aprender a fazer, ouvem histórias e lendas, e aprendem sobre o uso das ervas e a medicina tradicional (SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p. 154).

Sendo assim, reunindo os conceitos de TBC trazidos até o momento, ainda que cada citação, embora próximas, tragam seus traços distintos, e alinhando com conceitos trazidos também pelo documento do MTUR, podemos entender como princípios comuns da atividade: interação mais profunda entre visitante e comunidade; valorização da cultura local; pertencimento, empoderamento e protagonismo das comunidades locais; autogestão; centralidade da colaboração, parcerias e participação; associativismo e cooperativismo; democratização de oportunidades; geração de renda; autogestão dos recursos; distribuição de benefícios; qualidade de vida; inclusão, e conservação da natureza (Brasil, 2010, p. 16; 17).

Quanto ao desenvolvimento do TBC em Unidades de Conservação (UC) e os inúmeros casos de conflitos de sobreposição de TIs nas UC, há uma crescente demanda para o desenvolvimento do turismo e o envolvimento participativo e efetivo das comunidades se tornou um importante caminho de fortalecimento e gestão de programas de visitação. O TBC nessas áreas segue com vistas a “diversificar as atividades desenvolvidas e agregar valor à experiência dos visitantes, bem como incrementar a renda desses moradores e aproximá-los positivamente da gestão das UC, aumentando, assim, o apoio local a estas áreas protegidas” (ICMBio, 2018, p. 8). Sendo assim, o documento tem como objetivo:

Estabelecer um marco referencial para o Turismo de Base Comunitária nas Unidades de Conservação federais, direcionado principalmente para seus gestores, buscando orientar sua implantação, de acordo com princípios e diretrizes compatíveis com a conservação da biodiversidade, com a salvaguarda da história e cultura das comunidades locais e com o protagonismo comunitário no desenvolvimento da atividade, contribuindo para o alcance dos objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), para a integração com as demais áreas protegidas e a inserção no contexto do desenvolvimento local.

Nesse sentido, os princípios definidos pelo ICMBio para o desenvolvimento do TBC devem contemplar: a conservação da sociobiodiversidade; a valorização da história e da cultura; o protagonismo comunitário; a equidade social; o bem comum; a transparência; a partilha cultural; atividade complementar; educação; dinamismo cultural, e continuidade; apresentados no Quadro 1 abaixo:

QUADRO 1 – Princípios do TBC de acordo com ICMBio

PRINCÍPIO	DESCRIÇÃO
Conservação da sociobiodiversidade	A conservação da natureza e a salvaguarda do patrimônio cultural local devem nortear as propostas de TBC.
Valorização da história e da cultura	O TBC deve ser capaz de desencadear um processo de reconhecimento, divulgação e valorização cultural dos povos e comunidades locais e, quando necessário, envolver e estimular esses atores a compartilhar e a aprofundar o conhecimento sobre aspectos de sua história e memória coletiva.
Protagonismo comunitário	O TBC deve ser um modelo de desenvolvimento turístico com protagonismo comunitário no desenvolvimento das atividades e na tomada de decisões em todas as etapas do processo.
Equidade social	A partilha dos benefícios deverá ser feita de forma justa entre os atores envolvidos com a atividade, beneficiando, sempre que possível, a comunidade como um todo.
Bem comum	A solidariedade e a cooperação devem se sobrepor aos interesses pessoais.
Transparência	As informações ambientais, sociais e financeiras relacionadas ao TBC devem estar à disposição dos diferentes atores envolvidos com a atividade.
Partilha cultural	O TBC deve proporcionar oportunidades de trocas de experiências, saberes e conhecimentos entre diferentes culturas e modos de vida.
Atividade complementar	O TBC deve ser complementar às demais atividades desenvolvidas pela comunidade, de forma a contribuir para a geração de renda e para o fortalecimento e valorização dos ofícios e modos de vida local.
Educação	O TBC deve ser concebido enquanto processo educativo para todos os envolvidos. As atividades oferecidas devem buscar proporcionar, tanto para o visitante quanto para as comunidades, experiências que estimulem os sentidos e a reflexão, contribuindo para o aprendizado e para o conhecimento do patrimônio das UC e influenciando positivamente experiências futuras.
Dinamismo cultural	Os projetos de TBC devem buscar valorizar as culturas em sua dinâmica própria.
Continuidade	O TBC deve ser entendido como um processo contínuo que se adapte à transformação da realidade das comunidades, das UC e do mercado.

Fonte: Adaptado do ICMBIO (2019, P. 21)

As diretrizes institucionais para a implantação de projetos de TBC em UC, definidas pelo ICMBio (2019), são voltadas para garantir o protagonismo comunitário e participação social para qualificar a experiência das comunidades e dos visitantes e para contribuir com a gestão e os objetivos de criação das UC. Contemplam as diretrizes para garantir o protagonismo comunitário e a participação social,

qualificando a experiência das comunidades e dos visitantes e contribuindo com a gestão e os objetivos de criação das UC, conforme apresenta o Quadro 2 abaixo:

QUADRO 2 – Diretrizes do TBC

DIRETRIZ	DESCRIÇÃO
Diretrizes para garantir o protagonismo comunitário e a participação social	<ol style="list-style-type: none"> 1. Considerar a manifestação de interesse das comunidades como fator precedente para a construção das iniciativas de TBC. 2. Avaliar o nível de organização social, formal ou informal, das comunidades para definir a estratégia para o estabelecimento das iniciativas de TBC. 3. Garantir condições apropriadas para que as comunidades sejam protagonistas na gestão do TBC, participando efetivamente da concepção, implementação, monitoramento e avaliação da atividade. 4. Considerar como será a gestão comunitária da iniciativa, a repartição dos benefícios, o tipo e a intensidade de interação que se deseja com os visitantes e os possíveis impactos, positivos e negativos, da atividade aos seus modos de vida. 5. Garantir espaços e condições adequadas para a participação do conselho gestor da UC durante o processo de concepção, implementação, monitoramento e avaliação da iniciativa de TBC. 6. Incentivar o serviço voluntário nas UC, visando a contribuição e participação da sociedade nas atividades de TBC. 7. Buscar parcerias com instituições públicas, privadas, da sociedade civil organizada, e de ensino e pesquisa para promover a implementação e manutenção das iniciativas de TBC.
Diretrizes para qualificar a experiência das comunidades e dos visitantes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Integrar as ações propostas para a iniciativa de TBC com as demais atividades econômicas, modos de vida, saberes e cultura dos povos e comunidades locais envolvidos, bem como com a realidade socioeconômica do entorno. 2. Incentivar programas de formação e educação continuada voltados para os povos e comunidades locais, servidores do Instituto Chico Mendes, parceiros e demais atores envolvidos com a iniciativa de TBC. 3. Integrar as ações educativas e de formação previstas no TBC com os conteúdos dos Programas de Educação Ambiental e de Pesquisa da UC. 4. Privilegiar a aprendizagem vivencial na construção da iniciativa de TBC, valorizando o aprender-fazendo. 5. Adotar mecanismos para o monitoramento de impactos da visitação, incluindo ferramentas que permitam avaliar a gestão socioambiental da iniciativa de TBC, a satisfação do visitante e das comunidades receptoras, buscando o compartilhamento dos resultados com todos os atores envolvidos. 6. Buscar metodologias que tenham por objetivo a diversificação de espaços, paisagens e propostas interpretativas, no intuito de enriquecer a experiência do visitante e das comunidades locais.

<p>Diretrizes para contribuir com a gestão e os objetivos de criação das UC</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Planejar e gerir a iniciativa de TBC em consonância com os objetivos de criação das UCs, com os instrumentos de gestão previstos para cada categoria e programas de manejo existentes, bem como com as demais normatizações vigentes. 2. Respeitar o zoneamento da UC e considerar os diagnósticos, as pesquisas científicas e os saberes locais para a identificação das potencialidades e fragilidades para a implementação das iniciativas de TBC, bem como para a definição de normas para a visitação. 3. As iniciativas de TBC nas áreas em sobreposição com TIs e territórios tradicionais de povos remanescentes de quilombos e outras comunidades tradicionais deverão reconhecer e considerar os instrumentos de gestão territorial e ambiental próprios dessas áreas protegidas, garantindo a consulta prévia, livre e informada a esses povos. 4. As iniciativas de TBC devem favorecer o estabelecimento de um compromisso com a conservação socioambiental e proteção da UC como um todo e não apenas das áreas diretamente visitadas, buscando, sempre que possível, envolver as comunidades locais na gestão das áreas protegidas.
---	--

Fonte: Adaptado do ICMBIO (2019, P. 22-23).

O TBC pode resultar em impactos positivos e negativos para as comunidades e o meio ambiente. Os princípios e diretrizes são pontos a serem trabalhados constantemente pelas comunidades, parceiros e todos os atores envolvidos no desenvolvimento dos projetos, visando o potencial das experiências, o protagonismo e o controle comunitário sobre os processos dentro de seu território, como principal diretriz a ser alcançada. Tais iniciativas devem partir inicialmente do interesse das comunidades em desenvolver o turismo e que haja o envolvimento de lideranças engajadas em todo o processo. Importante também respeitar que as comunidades levam certo tempo para consolidar os projetos de TBC em seus territórios (ICMBIO, 2019).

Quando falamos da colaboração do TBC para a melhoria da qualidade de vida das comunidades nas UC, não estamos nos limitando ao potencial da atividade em complementar a renda das famílias. Abrir caminhos efetivos para a comercialização dos roteiros é essencial, mas a atividade pode promover a qualidade de vida ao dar voz às comunidades para contarem a sua própria história, ao ajudar a fortalecer a organização social, ao incentivar a partilha de saberes e histórias dentro da própria comunidade, ao permitir a vivência entre diferentes gerações, culturas e realidades. Trabalhar com o TBC de forma a transformar efetivamente realidades é, portanto, atrelar o potencial econômico da atividade à dimensão da educação, da política, da cultura e da conservação da natureza (ICMBIO, 2019, p. 26).

O estudo de Fabrino (*et al*, 2016) apresenta um levantamento bibliográfico sobre os princípios e objetivos e componentes do TBC encontrados na literatura, como base para analisar projetos de TBC aplicados para estudo de iniciativas

integrantes da Rede Tucum, definindo como elementos-chaves de análise os aspectos de: dominialidade; organização comunitária; democratização de oportunidades e repartição de benefícios; integração econômica; interculturalidade, e qualidade ambiental, conforme Quadro 3 abaixo:

QUADRO 3 – Referencial de análise para iniciativas de TBC

ELEMENTOS-CHAVES	CRITÉRIOS	OBJETIVOS/SUBCRITÉRIOS
Dominialidade (grau de domínio da comunidade sobre os aspectos de controle, propriedade e gestão da atividade turística)	1. Propriedade	Identificar se a população local é proprietária dos empreendimentos/serviços turísticos ofertados
	2. Gestão	Verificar se a gestão dos empreendimentos/serviços turísticos é realizada pela população local
	3. Mão de obra	Verificar se a mão de obra alocada nos negócios turísticos é oriunda da comunidade
Organização Comunitária (modelo e processo de gestão consolidado em torno do TBC, além de sua interação com o ambiente externo)	1. Organização Interna	Identificar e qualificar as formas de organização interna à comunidade que atuem em prol do turismo comunitário. Se constatada a existência de Organização, levantar: modelo de gestão, formalização e frentes de atuação
	2. Articulação Externa	Verificar a existência de apoio externo técnico e financeiro voltados para o desenvolvimento do turismo comunitário
Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios (existência de mecanismos/acordos que contribuem para a repartição dos benefícios advindos da atividade turística na localidade e para a democratização de oportunidade no acesso de seus membros às atividades relacionadas ao turismo)	1. Mecanismos Financeiros	Verificar a existência de mecanismos financeiros/acordos comunitários que contribuam para a repartição dos benefícios advindos da atividade turística na localidade e para a democratização de oportunidade no acesso dos membros da comunidade às atividades relacionadas ao turismo
	2. Acordos Comunitários	(nada consta)
Integração Econômica (integração do turismo com as outras atividades econômicas da localidade, identificando novos arranjos surgidos a partir do seu advento)	1. Fornecimento de Insumos	Identificar se a população local é fornecedora de insumos para a operação dos empreendimentos turísticos da comunidade
	2. Comercialização de Produtos	Identificar se a comunidade comercializa produtos locais para os visitantes

Interculturalidade (intercâmbio cultural e a troca de referências e experiências estabelecidas entre os turistas e a comunidade local)	1. Compartilhamento do Espaço	Verificar se o visitante e a comunidade dividem o mesmo lugar, e este representam um espaço de encontro e convívio
	2. Participação Cultural	Identificar o acesso do visitante ao patrimônio material e imaterial da comunidade
Qualidade Ambiental (condições da comunidade com relação ao saneamento ambiental e, ainda, as formas de manejo dos recursos naturais locais)	1. Saneamento Ambiental	Identificar como se dá a gestão/acesso da comunidade em relação a três aspectos: Resíduos sólidos; Efluentes; Abastecimento de Água
	2. Manejo dos Recursos Naturais	Identificar o manejo dos recursos naturais locais sob duas partes perspectivas: Institucional, refere-se às ações de caráter administrativo, legal e/ou político para salvaguarda dos recursos naturais locais; Técnico, relaciona-se ao manejo específico adotado na gestão dos recursos locais (técnicas, petrechos e ofícios)

Fonte: Adaptado de FABRINO (*et al*, 2016, P. 176 E 177)

A formação de roteiros de TBC deve se basear nos aspectos culturais, históricos, espirituais, ritualísticos, nos saberes dos mais velhos, nas formas de cura, na arte, músicas, danças, brincadeiras, artesanato, cultura alimentar, forma de trabalho, de organização, gestão e mobilização das comunidades, a situação territorial, a relação do cotidiano com a natureza, na geração de energia, produção de alimentos e tratamento de resíduos, entre outros aspectos que podem servir de atrativos, além dos próprios elementos da paisagem. A elaboração das atividades a serem desenvolvidas durante a visita devem ser sugeridas e lideradas pela comunidade, envolvendo práticas que representem sua identidade, seu cotidiano e seu território, além de proporcionar que o visitante seja um agente ativo de atividades como mutirões, pesca, manejo de plantas e confecção de artesanato, através de uma partilha cultural entre visitante e comunidade (PROJETO BAGAGEM, 2010).

O TBC é um modelo baseado na simplicidade e sem luxo, tendo a riqueza de possibilidades no local e na forma de vida da comunidade. Deve ser uma das etapas no processo de desenvolvimento de uma comunidade organizada, que possua histórico de mobilização social, de lutas pelo território, com reconhecimento de sua identidade cultural, ou ainda serem referências em soluções de geração de energia,

e no manejo sustentável dos recursos naturais, servindo também de aprendizagem e modelo sobre a luta de direitos para quem a visita (PROJETO BAGAGEM, 2010).

5. TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM TERRAS INDÍGENAS

Iniciando com a realidade sociopolítica nas aldeias, os povos indígenas sofrem inúmeras pressões e sérios conflitos de interesses políticos e de iniciativas privadas sobre seus territórios ainda como uma “herança” da sombra histórica brasileira, que parte da pressão do domínio, genocídio, escravização e às formas subalternas de trabalho que surgem da “colonização”, ou das missões jesuíticas, entre outros conflitos e guerras históricas do país, até aos atuais problemas enfrentados. A não demarcação de terras, as invasões, as grilagens, os incêndios criminosos, os conflitos com agronegócio, a mineração e os grandes empreendimentos, o preconceito proveniente de racismo estrutural e o com a saúde e educação indígena apontam para o momento histórico desafiador dos povos indígenas na atualidade, resultando em violência, danos ao meio ambiente, evasão das aldeias e, em casos extremos e recorrentes, suicídio de jovens indígenas, que teve um aumento de cerca de 200% de casos no período entre os anos 2000 a 2019, de acordo com estudo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), tendo como caso de maior conflito o povo Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul, povo que vive às margens do agronegócio, com média de 45 suicídios por ano nesse período (CIMI, 2019; OLIVEIRA; BENITES; DE OLIVEIRA NETO, 2015).

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), documento que ampliou o entendimento da sociedade sobre a ação de um Estado repressor na vida dos cidadãos, apresentou apontamentos sobre a violência contra os povos indígenas durante o regime militar, período baseado num desenvolvimento predatório e sem respeito à vida. Os anos entre 1946 e 1988, no Brasil, tiveram o desenvolvimento econômico como principal foco de suas ações, resultando em graves violações de direitos e agressões às aldeias. Nesse período, os povos indígenas estavam subordinados inicialmente ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI), sendo substituído em 1967 pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Essas questões já haviam sido superadas pela Constituição Federal de 1988, documento escrito após o final da ditadura militar, porém, nos últimos anos, revivemos a

retomada de uma visão de mundo de desrespeito aos direitos dos povos indígenas e o meio ambiente, como vistos nos tempos da ditadura (BRASIL, 2014; CIMI, 2019).

Como aborda Cunha (2020, p. 85 e 86), perceber e conhecer os povos indígenas é compreender que existem outros pensamentos e formas de ser e estar no mundo em que vivemos, pois, “os povos indígenas têm um olhar muito diferente do nosso olhar capitalista; eles respeitam e cuidam da terra e do planeta de forma integrada, preservando-os”.

O direito originário (expressão utilizada pela Constituição de 1988) sobre as terras que ocupam está intrinsecamente ligado ao direito de organização social própria, ao direito de se constituírem como sociedades tradicionais autônomas, que não é outra coisa senão o velho indigenato juridicamente muito mais bem composto. Agora, pode-se dizer que são direitos étnicos, reconhecidos internacionalmente” (SILVA; MARÉS FILHO, 2016, p. 58).

Como visto anteriormente, o turismo e as vivências em TIs são alternativas para o etnodesenvolvimento. A existência de uma fronteira étnica dá origem a uma atração turística, porém, é um campo que deve ser tratado de forma ética, com muito cuidado, respeitando os direitos de consulta prévia, livre e informada das comunidades e visando a premissa do protagonismo destas, como foco central do planejamento, desenvolvimento e gestão, como previsto no TBC. É uma atividade estabelecida como realidade em diferentes territórios de povos originários pelo mundo, uma alternativa de geração de renda em muitas TIs, com uma crescente demanda de interesse das comunidades em propor vivências em seu território, como uma alternativa sustentável para o desenvolvimento local e uma forma de aumentar a visibilidade e respeito aos povos e seus territórios (GASPARINETTI; OZORIO, 2019; RIBEIRO, 2017; LEAL, 2009).

Nesse sentido, as vivências em TIs podem contribuir significativamente como instrumento de educação da sociedade não indígena ao apresentar a realidade das aldeias por meio da visita. Além de possibilitar o etnodesenvolvimento local, proporcionando a aproximação entre comunidade e visitantes, as vivências em TIs revelam “formas de aprimorar a capacidade das pessoas se educarem ambientalmente, elevando o nível moral do conhecimento no tempo e ambiente que se encontram” (Oliveira *et al*, 2019, p. 275).

Uma vez que as vivências nas TIs têm como principais funções valorizar e potencializar a cultura, a língua indígena, os modos de produção, a cultura alimentar e os alimentos tradicionais, o artesanato, a pintura corporal, a dança, os cantos, as

rezas, entre outros elementos significativos da vivência real dessas comunidades, podem servir de instrumento de quebra de pré-conceitos estabelecidos historicamente, impactando positivamente nas relações humanas, étnicas e socioambientais (RIBEIRO, 2017; JESUS, 2012).

A visão de mundo dos marginalizados pela história, particularmente dos povos e nacionalidades indígenas, é uma oportunidade para construir outros tipos de sociedades, sustentadas sobre uma convivência harmoniosa entre os seres humanos, consigo mesmos e com a Natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes no planeta. Ou seja, trata-se de bem conviver em comunidade e na Natureza (Acosta, 2016, p. 24-25)

Além de gerar trabalho e renda e contribuir para a educação sociocultural e ambiental, as visitas podem fortalecer a qualidade e o modo de vida das comunidades. É uma alternativa que gera impactos positivos e negativos nas comunidades, que devem ser analisados profundamente quanto aos recursos humanos, ambientais e socioeconômicos necessários e envolvidos no planejamento, execução e manutenção dos projetos (RIBEIRO, 2017; JESUS, 2012).

A etnicidade é um fenômeno social que mostra a tendência de certos indivíduos se identificarem com aspectos da história, cultura, e raça de determinados grupos étnicos (GRÜNEWALD, 2015). Sendo assim, de acordo com Beni (2002, p. 425), o modelo de turismo étnico refere-se:

[...] ao fluxo de turistas nacionais e internacionais que se deslocam centrados na motivação de suas origens étnicas locais e regionais, e também no legado histórico-cultural de sua ascendência comum. Incluem-se aí ainda aqueles que se deslocam com objetivos eminentemente antropológicos para conhecer “in loco” as características étnico-culturais daqueles povos que constituem o interesse de sua observação.

Yázigi (2007) retrata que, em geral, turistas interessados na cultura de povos tradicionais e originários não criam expectativas de encontrarem o que é oferecido comumente pelo turismo mundial, como requinte, conforto ambiental, piscina, gastronomia, entre outros serviços habituais, concluindo que, se esse padrão de mercado fosse reproduzido, propostas de TBC não teriam originalidade e nem função. A OMT (2020, p. 2) ressalta que os povos indígenas são “algumas das expressões culturais mais ricas, singulares e diversas da humanidade que se desenvolveram ao longo de milhares de anos em todo o planeta e estão vinculadas espiritualmente com as terras tradicionais indígenas.” Trata ainda que a ideia de

originalidade desses povos é um fator importante para que mais pessoas tenham interesse em conhecer em termos físicos, intelectuais, emocionais e espirituais, o patrimônio natural e cultural indígena.

Uma preocupação a ser ressaltada é quanto à mudança cultural gerada pelo desenvolvimento da atividade turística. Neves (2016) descreve o processo de mudança cultural pode ocorrer através de duas abordagens críticas trazidas pela Antropologia do Turismo: a mercantilização da cultura e a teoria da aculturação, em que a mudança na cultura é resultado da relação entre a resistência da cultura local e a pressão provocada pelo turismo. A sobreposição e troca de uma cultura pela outra é uma via de mão dupla e as influência e modificações podem se dar nos dois sentidos da relação (NEVES, 2016).

Muitas instituições públicas, privadas e ONGs assumem o papel de encorajar e apoiar essas comunidades a desenvolverem o TBC e receberem visitantes para além de gerar renda, como uma forma de valorizar o território e preservar a cultura, o meio ambiente e a biodiversidade local. Porém, não se pode subestimar a capacidade dos povos indígenas em protagonizar, empreender, fazer o planejamento e conduzir as vivências de turismo para o desenvolvimento de seu território. Desse modo, o envolvimento das ONGs nacionais e internacionais na origem e na indução de experiências turísticas se dá a partir do desejo da comunidade em desenvolver a atividade e posteriormente para dar suporte técnico no planejamento e na estruturação da operação e, em alguns casos, com apoio financeiro para investimento inicial no projeto (LEAL, 2009; MALDONADO, 2002; SANZOLO; BURSZTYN, 2009).

Com os devidos cuidados no planejamento e gestão, buscando a devida redução de impactos negativos, a abordagem do TBC em TIs é significativa na questão da troca e integração cultural, no sentido de permitir que mais pessoas tenham acesso aos conhecimentos ancestrais indígenas e como um dos caminhos para esses povos reafirmarem sua identidade étnica, promovendo, valorizando e resgatando certas tradições e culturas, que se tornam atrativo turístico na perspectiva do desenvolvimento local (LEAL, 2007; DEUS; SILVA, 2015).

Os últimos dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, quanto à população indígena no Brasil, existem 817.963 pessoas de 305 etnias e 274 línguas diferentes. Esses dados apresentam a diversidade de povos indígenas que resistem e a importância da defesa desses

povos para a manutenção da diversidade cultural do país e da biodiversidade presente nos territórios indígenas (IBGE, 2012).

O processo regulamentado pela Instrução Normativa nº 03/2015, que será apresentado a seguir, trouxe um teor de domínio sobre as TIs, bastante burocrático, o que pode dificultar o desenvolvimento do turismo, porém, são normas importantes pensando no cuidado na preservação da comunidade e do território indígena. O Plano de Visitação exigido pela normativa é, desde 2015, um instrumento base para qualquer projeto de etnoturismo. Permite que as comunidades analisem os impactos positivos e negativos, as potencialidades, oportunidades e para que organizem a atividade, deixando a FUNAI ciente das ações de desenvolvimento do turismo nas comunidades (CORBARI; BAHL; SOUZA, 2017, p. 64).

A OMT (2020) aborda em documento recente a importância das visitas em TI para contribuir com a melhora na qualidade de vida das populações indígenas, quando planejado e administrado de maneira responsável e sustentável. É uma das atividades mais prósperas e de economia limpa para as comunidades, que contribui também para o resgate cultural e para que as pessoas mantenham a relação de orgulho e de trabalho com a terra, empoderando e autoestima da comunidade, em especial, as mulheres e os jovens, gerando emprego e renda, reduzindo a pobreza e o índice de marginalização e suicídio nas aldeias.

O 1º Seminário Povos Indígenas – Etnodesenvolvimento e Sustentabilidade, realizado em 2021 e já mencionado no capítulo 3 desta pesquisa, apresentou conceitos de TBC, étnico, sustentável, responsável e ecoturismo, como tendências e oportunidades para o turismo pós-pandemia. O seminário se aprofunda nas questões do turismo em TIs, trazendo como exemplos de atividades e produtos oferecidos pelas comunidades: passeios de barco, contemplação e vivências, artesanato, jogos e festivais de cultura, gastronomia, observação de fauna e flora, pesca esportiva, manifestações e práticas culturais, turismo de aventura, trilhas interpretativas, contação de causos lendas e histórias. Apresentam como benefícios do turismo em TIs: a conservação da sociobiodiversidade, a valorização da história e cultura, a equidade social, o protagonismo comunitário, a salvaguarda das tradições, costumes e saberes e fazeres, a geração e distribuição de renda, a partilha e intercâmbio cultural, a melhoria da qualidade de vida coletiva e a integração de jovens e mulheres (MTUR, 2021).

Ressaltando que o ponto de partida para qualquer projeto de TBC em TI é o interesse da comunidade em desenvolver o turismo, com o devido cuidado para essa mercantilização da cultura, uma vez que o visitante não é recebido primordialmente como um cliente, mas é acolhido como um membro das famílias da comunidade, com momentos de partilha, vivência, interagindo com a rotina e as experiências locais, o que denota outra dimensão para essa proposta de TBC (CORBARI, 2017; GÓMEZ *et al*, 2016).

5.1. Regulamentação do Turismo em Terras Indígenas

No histórico dos marcos legais em defesa e proteção aos povos indígenas no Brasil, podemos trazer inicialmente o Estatuto do Índio, Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que “regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional” (Lei nº 6.001, 1973, s/p).

O principal marco legal nas relações entre os povos indígenas, poder público e a sociedade brasileira é a Constituição Federal de 1988, que trata dos direitos constitucionais dos indígenas e reconhece suas diferenças e a importância de proteger esses povos, garantindo seus territórios e direitos (ISA, 2000). O Capítulo VIII da Constituição, em seus Artigos 231 e 232 voltados aos povos indígenas, aponta que:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. [...] Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo (Constituição Federal, 1988, s/p).

Vale ressaltar que, sobre as demarcações de territórios indígenas, o Estatuto do Índio de 1973 traz, no Art. 65, que “O Poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas”, prazo que não foi respeitado. Nos quinze anos seguintes, a Constituição Federal reafirma o prazo, no Art. 67, onde diz que “a União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”. Passados quase 50 anos, o Estado não cumpre as determinações previstas e muitas TIs ainda não estão

demarcadas. Além disso, surge, em 2009, a tese do marco temporal, a partir do julgamento referente à demarcação da TI Raposa Serra do Sol, em Roraima, estabelecendo diversas condicionantes para o reconhecimento das TIs. A tese restringe o direito às terras tradicionais somente às que ocupavam no dia 5 de outubro 1988, data da Constituição Federal, sendo que muitas dessas terras não estavam ocupadas devido ao processo de “colonização” (ALFINITO; AMADO, 2018; MATOS, 2015).

A questão da demarcação das terras é a principal pauta das lutas dos povos indígenas, uma vez que é um direito originário a ocupação tradicional dos indígenas sobre suas terras, antes mesmo da própria formação do Estado. A tese do marco temporal é mais um retrocesso na história, que tem resultado em impactos graves contra essas populações, na violação de direitos, na manutenção das culturas e nos riscos ao meio ambiente, sendo utilizada em diferentes instâncias no Brasil para suspender e anular processos de demarcação de TIs (ALFINITO; AMADO, 2018; MATOS, 2015). Nesse sentido, para a presente pesquisa, no que se refere à demarcação das TIs, é importante destacar que:

Uma terra indígena não é substituível por outra área, porque é um lugar sagrado, que tem história, onde se cultiva um modo de ser de cada povo. Ela é fundamental para a existência de um povo como coletivo diferenciado. É o que faz dele um povo. Se essa terra se perder, as condições da produção da diferença são atacadas e inviabilizadas. Cultura e vida estão na terra, no modo de viver na terra (MOLINA, 2021).

Voltando aos marcos regulatório, outro documento importante é a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes, um tratado internacional que define a participação e direitos dos povos indígenas de “definir suas próprias prioridades de desenvolvimento na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam ou utilizam” (OIT, 2011, p. 8). A Convenção foi aprovada em 1989, e virou lei no Brasil sob o Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004, reconhecendo que povos indígenas e tribais têm modos próprios de viver e de se organizar. “A Convenção protege o direito a terra, à educação, à saúde e à participação de maneira diferenciada para os povos indígenas” (YAMADA; OLIVEIRA, 2013, p. 6). Quanto ao direito dos povos, o Art. 7º da Convenção define que:

1. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente. 2. A melhoria das condições de vida e de trabalho e do nível de saúde e educação dos povos interessados, com a sua participação e cooperação, deverá ser prioritária nos planos de desenvolvimento econômico global das regiões onde eles moram. Os projetos especiais de desenvolvimento para essas regiões também deverão ser elaborados de forma a promoverem essa melhoria.

Consulta prévia é o processo de diálogo que garante a participação dos povos interessados e diretamente afetados, reconhecendo as razões dos envolvidos, respeitando seus aspectos culturais, modo de vida e planos de futuro, para que os governos tomem decisões dentro de um acordo que considere e respeite a particularidade e diversidade cultural. “Para os indígenas, que historicamente sempre estiveram fora dos processos de tomada de decisão, é uma forma de eles se aproximarem, participarem, influenciarem nas decisões e acompanharem tudo antes que as coisas aconteçam” (YAMADA; OLIVEIRA, 2013, p. 13). E quanto à ação por parte do poder público, o Art. 7º da Convenção nº 169 (1989) segue declarando que:

3. Os governos deverão zelar para que, sempre que for possível, sejam efetuados estudos junto aos povos interessados com o objetivo de se avaliar a incidência social, espiritual e cultural e sobre o meio ambiente que as atividades de desenvolvimento, previstas, possam ter sobre esses povos. Os resultados desses estudos deverão ser considerados como critérios fundamentais para a execução das atividades mencionadas. 4. Os governos deverão adotar medidas em cooperação com os povos interessados para proteger e preservar o meio ambiente dos territórios que eles habitam.

A Convenção reconhece o desejo dos povos indígenas em protagonizar seu desenvolvimento socioeconômico, mantendo e fortalecendo suas identidades, línguas, crenças e modos de vida. O documento alerta também “para as importantes contribuições de povos indígenas e tribais para a diversidade cultural e a harmonia social e ecológica da humanidade e para a cooperação e entendimento internacionais” (OIT, 1989).

Como desdobramento da Convenção nº 169 da OIT, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) é instituída no Brasil pelo Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, e tem como objetivo:

[...] garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente (Decreto nº 7.747, 2012, s/p.)

O PNGATI é um marco importante quanto à legislação referente ao desenvolvimento da visitação turística em TI, pois cita diretamente as iniciativas de etnoturismo e ecoturismo em seus objetivos específicos, dispostos no eixo 5, “uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas”, do Art. 4 a seguir:

a) garantir aos povos indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes em terras indígenas; b) fortalecer e promover as iniciativas produtivas indígenas, com o apoio à utilização e ao desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis; c) promover e apoiar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais usados na cultura indígena, inclusive no artesanato para fins comerciais; d) apoiar a substituição de atividades produtivas não sustentáveis em terras indígenas por atividades sustentáveis; e) apoiar estudos de impacto socioambiental de atividades econômicas e produtivas não tradicionais de iniciativa das comunidades indígenas; [...] g) apoiar iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas, promovendo-se, quando couber, estudos prévios, diagnósticos de impactos socioambientais e a capacitação das comunidades indígenas para a gestão dessas atividades; [...] e j) promover assistência técnica de qualidade, continuada e adequada às especificidades dos povos indígenas e das diferentes regiões e biomas (Decreto nº 7.747, 2012, s/p).

De acordo com Leal (2007, p. 20; 21), estudos antropológicos consideram que as TIs não são apenas “receptoras passivas do fluxo de visitantes, mas também como empreendedoras turísticas coparticipantes da estrutura oficial da atividade”. Para tanto, se fez necessário criar um documento oficial que determina normas e diretrizes para o desenvolvimento do turismo e a visitação em TIs.

O resultado do desdobramento do PNGATI é a Instrução Normativa (IN) nº 03/2015, de 11 de junho de 2015 da FUNAI. A IN supracitada estabelece “as normas para a visitação com fins turísticos em terras indígenas, de base comunitária e sustentável, nos segmentos de Etnoturismo e de Ecoturismo”. E surge pela necessidade de normatizar iniciativas de turismo em TIs já existentes e para a elaboração de novos projetos, a fim de proteger e reduzir “os riscos e situações de

vulnerabilidade enfrentadas pelos indígenas em razão de visitação para fins turísticos em suas terras” (BRASIL, 2015). Sendo assim, a IN nº 03/15 dispõe:

Art. 2º - São objetivos da visitação com fins turísticos em terras indígenas a valorização e a promoção da sociodiversidade e da biodiversidade, por meio da interação com os povos indígenas, suas culturas materiais, imateriais e o meio ambiente, visando à geração de renda, respeitando-se a privacidade e a intimidade dos indivíduos, das famílias e dos povos indígenas, nos termos por eles estabelecidos (Instrução normativa nº 03, 2015, s/p).

O Art. 3º dispõe que a IN se refere às normas de visitação para a categoria de TIs de ocupação tradicional, estabelecidas pela Constituição Federal, delimitadas pela FUNAI no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que trata do procedimento administrativo de demarcação desses territórios e das áreas indígenas reservadas definidas pelo Art. 26º do Estatuto do Índio.

Como principais diretrizes nos processos de autorização de atividades turísticas em TIs, o Art. 4º da IN Nº 03/2015 define:

1 - o respeito e o fortalecimento da identidade, usos, costumes e tradições, bem como da autonomia e das formas de organização próprias dos povos indígenas; II - a proposição de atividades em bases sociais, ambientais e economicamente sustentáveis; III - a promoção do diálogo e da cooperação entre os povos indígenas e a FUNAI para o controle de visitantes em terras indígenas, visando fortalecer as ações de desenvolvimento sustentável, bem como as ações de proteção territorial e ambiental das terras indígenas; IV - a observância do direito de consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas e do direito ao usufruto exclusivo sobre suas terras e riquezas naturais; V - o controle e a fiscalização do ingresso em terras indígenas pela FUNAI (Instrução normativa nº 03, 2015, s/p.)

A normativa determina também que, para o desenvolvimento de atividades com fins turísticos em TIs, as comunidades precisam apresentar um Plano de Visitação que deve ser elaborado coletivamente pelas comunidades indígenas, suas organizações e demais parceiros públicos ou privados, com protagonismo dos indígenas em todas as etapas do projeto. O documento serve como um “marco regulatório para garantir que tais atividades respeitem os direitos territoriais dos povos originários, assim como seus usos, costumes e tradições, conforme dispõe a lei máxima de nosso país, a Constituição Federal” (TENONDÉ PORÃ, 2018, p. 4). De acordo com o Art. 5º da IN, o Plano de Visitação deve conter:

a) objetivos e justificativas da proposta de visitação; b) público alvo, frequência de visitas previstas, quantidade máxima de visitantes por visita e previsão de tempo de duração por visitas; c) distribuição das competências

na comunidade levando em conta aspectos sociais, geracionais e de gênero; d) parceiros envolvidos, responsabilidades e atribuições; e) descrição das atividades propostas aos visitantes; f) delimitação do roteiro objeto das atividades de visitação, constando mapa ou croqui; g) condições de transporte, hospedagem, alimentação e atividades correlatas à visitação oferecidas pelo proponente aos visitantes, assim como quaisquer riscos ou eventualidades inerentes a essas condições; h) plano de negócios simplificado, contendo custos previstos para operação, manutenção e monitoramento da visitação e atividades correlatas, assim como previsão de receita, lucro e investimento, visando à continuidade da atividade; i) estratégia de atendimento de primeiros socorros; j) manual de conduta e boas práticas, para visitantes e para a comunidade; k) estratégia para impedir a entrada de bebidas e drogas nas comunidades indígenas e outros ilícitos; l) estratégia de gestão de resíduos sólidos; m) estratégia de monitoramento da atividade de visitação; n) estratégia de capacitação dos proponentes (Instrução Normativa nº 03, 2015, s/p).

O proponente do projeto deve ser a própria comunidade interessada em desenvolver o turismo. Podem ter parceiros públicos ou privados para a elaboração dos PVs, desde que, conforme inciso 2º do Art. 5º: “respeitada a autonomia e os direitos dos povos indígenas, considerando, ainda, o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam e os recursos naturais nelas existentes.” Os PVs devem “contemplar a participação e o protagonismo das comunidades indígenas na elaboração, execução, percepção dos frutos, monitoramento, avaliação e revisão do plano”, conforme inciso 3º. Em caso de TIs em sobreposição com UC, o Plano de Visitação deverá ser feito em conjunto com o órgão ambiental responsável pela UC, conforme Art. 12º (Instrução Normativa n 03, 2015, s/p). O documento tem validade de três anos após aprovação da FUNAI e, nesse período, compete às comunidades diversas burocracias e apresentação de documentos para FUNAI:

Aos indígenas cabe entre outras; emitir e efetuar o controle de entrega de autorização individual de ingresso, após aprovação do Plano de Visitação pela FUNAI; exigir assinatura do termo de responsabilidade individual dos visitantes e do termo de responsabilidade dos parceiros; esclarecer aos visitantes sobre as regras de condutas na terra indígena e fornecer o roteiro de atividades; monitorar as atividades de visitação para fins turísticos e informar à FUNAI e autoridades competentes sobre a ocorrência de ilícitos, inclusive ambientais, ou quaisquer incidentes provocados pela presença de visitantes. A FUNAI fica responsável por orientar as comunidades indígenas sobre os procedimentos normativos de visitação; receber e analisar os Planos de Visitação; devolver ao proponente o Plano de Visitação que não cumpra os requisitos mínimos exigidos, com as devidas justificativas e recomendações, no prazo de 30 dias; exigir dos visitantes, a qualquer tempo, a apresentação da autorização individual de ingresso para visitação; acompanhar e fiscalizar as atividades de visitação entre outras (FUNAI, 2015, s/p).

Importante observar que ainda existe um reflexo do pensamento de domínio colonialista nessas normas, pois se trata de uma imposição da FUNAI, sem a participação e a opinião das comunidades indígenas para a elaboração do documento, elaborado sem a devida consulta prévia, conflitando em alguns pontos com a Constituição Federal de 1988 e a Convenção nº 169 da OIT (RAMOS; FERKO, 2018, p. 130), incluindo também com dos princípios do TBC, citados anteriormente. Mesmo que a intenção da FUNAI com a normativa seja fomentar a autonomia dos povos indígenas, o Estado ainda exerce controle sobre as TI e as atividades realizadas nas comunidades, ou seja, na prática, a autonomia dos indígenas não acontece (CORBARI; BAHL; SOUZA, 2017, p. 64).

Vale ressaltar as competências do proponente, as comunidades indígenas interessadas em desenvolver a atividade turística em suas terras, previstas no Art. 6º da IN:

I - propor Plano de Visitação à FUNAI; II - emitir e efetuar o controle de entrega da autorização individual de ingresso (Anexo 1), após aprovação do Plano de Visitação pela FUNAI; III - exigir assinatura do termo de responsabilidade individual dos visitantes (Anexo II) e do termo de responsabilidade dos parceiros (Anexo III); IV - encaminhar cópia da autorização individual de ingresso emitida, do termo de responsabilidade individual do visitante e do termo de responsabilidade dos parceiros à Coordenação Regional da FUNAI competente, no prazo de 5 (cinco) dias; V - esclarecer aos visitantes sobre as regras de conduta na terra indígena e fornecer o roteiro de atividades; VI - monitorar as atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas e informar à FUNAI e autoridades competentes sobre a ocorrência de ilícitos, inclusive ambientais, ou quaisquer incidentes provocados pela presença de visitantes; VII - adotar as medidas cabíveis e acionar os parceiros ou órgãos competentes, quando necessário, para mitigação de impactos ambientais e sociais advindos da atividade de visitação; VIII - cuidar pelo cumprimento do Plano de Visitação, conforme autorizado pela FUNAI; IX - zelar pela proteção dos recursos genéticos de uso tradicional e os conhecimentos a eles associados; X - apresentar relatórios anuais das atividades de visitação à FUNAI (Instrução normativa nº 03, 2015, s/p.).

A IN ainda define as competências cabíveis aos possíveis parceiros envolvidos no desenvolvimento dos PVs, às Coordenações Regionais da FUNAI e à Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento da FUNAI (CGETNO), além dos requisitos mínimos para análise do Plano de Visitação, obrigações e vedações para os visitantes e as hipóteses de suspensão ou revogação das autorizações. Cabe ressaltar dois artigos das considerações finais da referente IN:

Art. 31. A FUNAI atuará na função de fiscalização e controle das atividades de visitação, não se responsabilizando pela prestação de quaisquer serviços referentes aos Planos de Visitação aprovados. [...] Art. 33. As atividades de visitação que já estejam em execução na data de publicação desta Instrução Normativa terão o prazo de 2 (dois) anos para se adequarem às regras estabelecidas, submetendo-se à FUNAI o Plano de Visitação [...] (Instrução Normativa nº 03, 2015, s/p).

O processo burocrático, a exigência do envio de relatórios sobre as visitas à FUNAI e as documentações exigidas em cada visita não preveem as dificuldades e especificidades das comunidades, considerando que muitas não têm “acesso a computadores ou internet e que, em boa parte, não contam com pessoas capacitadas para elaboração de tal documento” (CORBARI, 2017, p. 316). Percebe-se também que a legislação impede que os indígenas “tenham a livre escolha dos seus desígnios sobre o turismo, meios de vida e subsistência, já que ao Estado ficou encarregado de exercer o controle da visita por meio de projetos” (RAMOS; FERKO, 2018, p. 128). Desconsidera, de certa forma, que algumas comunidades já promoviam a visita turística antes da regulamentação, de acordo com sua identidade étnica e da forma que compreendem sua relação com o visitante, apontando que “já tinham autonomia para desenvolver o turismo em suas terras, independentemente do Estado” (RAMOS; FERKO, 2018, p. 130).

Embora reafirme, de certa forma, a tutela da FUNAI sobre os povos indígenas, não referindo total poder e autonomia dos indígenas sobre suas terras, é compreensível que a IN nº 3/2015 visa a ação protetiva dos territórios e cultura dos povos. E servirá para que a FUNAI tenha conhecimento de como o turismo será desenvolvido, bem como para que as comunidades possam “analisar os riscos, potencialidades, pontos fracos, oportunidades e se organizarem para a implantação e desenvolvimento do turismo no local. Considera-se o plano um instrumento chave para quaisquer iniciativas de turismo” (CORBARI; BAHL; SOUZA, 2017, p. 64).

Sendo assim, com essa regulamentação, o turismo é oficializado como uma alternativa de etnodesenvolvimento para as aldeias, dando amparo legal e oferecendo métodos para que as comunidades gerem renda através da visita nas TI. E, nesse sentido, o TBC em TIs passa a ser legalmente um instrumento para fortalecer a etnicidade, ou seja, mais uma forma de reafirmar, valorizar e divulgar a diversidade das culturas indígenas existentes no Brasil (CORBARI, 2017). Para melhor visualização das legislações pertinentes ao turismo em TI, apresento a

Figura 2 a seguir, como sistematização das informações sobre os desdobramentos legais e regulamentação do turismo em TI, dispostos em uma linha do tempo.

FIGURA 2 - LINHA DO TEMPO DA REGULAMENTAÇÃO DO TURISMO EM TI

1973	1988	1989	2004	2012	2015
Lei nº 6.001, de 19 de dezembro - "regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional"	Constituição Federal - trata nos artigos 231 e 232 sobre os direitos constitucionais dos povos indígenas e reconhece suas diferenças e a importância de proteger esses povos, garantindo seus territórios e direitos,	Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - tratado internacional que define a participação e direitos dos povos indígenas de "definir suas próprias prioridades de desenvolvimento na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam ou utilizam"	Decreto 5.051 de 19 de abril - determina a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) como lei no Brasil, reconhecendo que povos indígenas e têm modos próprios de viver e de se organizar.	Decreto nº 7.747, de 5 de junho - institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) para "garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural"	Instrução Normativa (IN) nº 03/2015, de 11 de junho. estabelece "as normas para a visitação com fins turísticos em terras indígenas, de base comunitária e sustentável, nos segmentos de Etnoturismo e de Ecoturismo.

FONTE: Elaborado pela autora (2021).

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa qualitativa está entre as várias possibilidades de análise de fenômenos que se estabelecem entre os seres humanos e suas relações sociais, em diferentes ambientes e contextos, que devem ser analisados dentro de uma perspectiva integrada, tendo início em questões amplas que são esclarecidas no processo por diferentes caminhos que conduzem a investigação. Com esse tipo de abordagem, por não apresentar estrutura rígida em sua proposta, é possível que os pesquisadores explorem seus temas com criatividade e imaginação, propondo trabalhos que apresentem novas perspectivas, numa estrutura menos rígida de apresentação (GODOY, 1995).

Para Creswell (2014, p. 50):

A pesquisa qualitativa começa com pressupostos e o uso de estruturas interpretativas/teóricas que informam o estudo dos problemas da pesquisa, abordando os significados que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. Para estudar esse problema, os pesquisadores qualitativos usam uma abordagem qualitativa da investigação, a coleta de dados em um contexto natural sensível às pessoas e aos lugares em estudo e a análise dos dados que é tanto indutiva quanto dedutiva e estabelece padrões ou temas. O relatório final ou a apresentação incluem as vozes dos participantes, a reflexão do pesquisador, uma descrição complexa e interpretação do problema e a sua contribuição para a literatura ou um chamado à mudança.

Para Bardin (2016), a pesquisa qualitativa corresponde a um processo intuitivo, mais flexível e ajustável a possíveis imprevistos e hipóteses, maleável na sua condução e uso de índices, possibilitando ser trabalhado por um *corpus* reduzido de dados a serem apresentados.

Sendo assim, a presente pesquisa trata de um estudo descritivo com abordagem qualitativa e exploratória, através do desenvolvimento da pesquisa documental, sobre os seguintes documentos definidos para análise: IN nº 03/2015 da FUNAI e os Planos de Visitação (PVs). Por meio da análise do conteúdo destes PVs, no intuito de investigar, interpretar dados, desenvolver o conhecimento e realizar a pesquisa, de forma a contribuir com a teoria de pesquisas na área do turismo e para o planejamento da visitação turística em Tis, apresento a questão problema da pesquisa: Os Planos de Visitação em Terras Indígenas contemplam os princípios do Turismo de Base Comunitária? Para tal, foi definido como objetivo geral analisar os Planos de Visitação de Turismo de Base Comunitária em Terras indígenas, à luz do etnodesenvolvimento e do Bem Viver.

Para responder às problemáticas levantadas e ao objetivo geral, os objetivos específicos foram orientados conforme o Quadro 4 a seguir:

QUADRO 4 – Objetivos específicos

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	COLETA DE DADOS
Analisar se as ações propostas nos PVs contemplam o protagonismo das comunidades, de acordo com os princípios do TBC;	Levantamento bibliográfico e documental
Identificar parte dos PVs que contemplem a valorização e a promoção da sociodiversidade e biodiversidade, por meio da interação com os povos indígenas, suas culturas materiais, imateriais e o meio ambiente	Levantamento bibliográfico e documental
Verificar se os PVs propõem a valorização do Bem Viver dos povos indígenas incluídos nos projetos.	Levantamento bibliográfico e documental; Entrevistas

FONTE: Autoria própria (2021)

Segundo Creswell (2010), para iniciar a elaboração de uma pesquisa, é necessário, em geral, rever a literatura acadêmica existente sobre os tópicos de interesse, definindo assim a importância de cada tópico a ser estudado e proporcionando *insight* para definir o escopo da investigação. Nesse sentido, definido o título tema central de “Turismo de Base Comunitária em Terras Indígenas e o Bem Viver” e os tópicos a serem tratados, parte-se para os princípios norteadores, a fim de investigar e compor o referencial teórico apresentado inicialmente nesta pesquisa.

Por meio de pesquisa bibliográfica e documental em bibliotecas digitais de livre acesso, como o Periódico Capes, Scielo e Redalyc, realizei o levantamento e referencial teórico, considerando autores de referência para fundamentar conceitos e ideias sobre os temas: Bem Viver, Etnodesenvolvimento, Turismo de Base Comunitária, Turismo em Terras Indígenas e Legislação, resultando no embasamento teórico para a pesquisa. A escolha por essas bibliotecas digitais se deu por optar por um caminho de pesquisas com identidade latino-americana, com o cuidado de trazer também citações de escritores, pesquisadores, acadêmicos e lideranças indígenas ao longo da pesquisa, por considerar fundamental apresentar a visão dos povos indígenas quando o assunto é referente às suas realidades.

Partindo para a análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (2016, p. 42), consiste em:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção_(variáveis inferidas) destas mensagens.

Esse método de análise se dá em três fases: pré-análise; exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A pré-análise é a fase em que se organiza o material de forma a sistematizar num plano preciso, porém, flexível, o desenvolvimento da pesquisa. Envolve primeiramente a definição do material a ser pesquisado. Consiste na leitura 'flutuante' para análise dos documentos, escolha dos documentos de acordo com o problema da pesquisa e conteúdo adequado como fonte de informação, que respondam aos objetivos da análise e construam o *corpus* da pesquisa (BARDIN, 2016).

Na fase de pré-análise, os documentos selecionados foram a IN nº 03/2015 da FUNAI, mais precisamente as diretrizes propostas no Art. 5º, já descritas no capítulo anterior, e quatro PVs em TIs definidos para análise de conteúdo: PV Serras Guerreiras de Tapuruquara; PV Projeto Rio Marié; PV Yaripo; e PV da Terra Indígena Tenondé Porã. Os quadros abaixo apresentam uma contextualização inicial desses PV e as diretrizes sobre o público alvo, frequência das visitas, quantidade máxima de visitantes, tempo de duração, objetivos e justificativas, atendo-se às características básicas de cada projeto. Para as demais diretrizes previstas na IN nº03/2015, foram elaborados quadros com os aspectos relacionados com as mesmas, pautando todos os PV, dispostos nos Apêndices A, B, C, D, E e F.

QUADRO 5 – PV Serras Guerreiras do Tapuruquara

Data do PV	Cidade/Região que contemplam o projeto	TIs envolvidas	Povos
2018	Médio Rio Negro, entre os municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, Amazonas.	Aruti; São João II; Uabada II; Cartucho; Boa Vista.	Baré, Baniwa, Piratapu Desana, Tukano, Taria e Kuyawí.
Frequência das visitas	Público-alvo	Quantidade máxima de visitantes	Tempo de duração
Em média duas expedições por mês	Pessoas com algum conhecimento sobre a causa indígena, experiência prévia com expedições em áreas remotas, condicionamento físico para caminhadas e com sensibilidade para vivenciar a experiência.	Até 15 pessoas em cada expedição.	De 7 a 10 dias
OBJETIVOS	<p>Objetivo Geral: Melhorar a qualidade de vida das comunidades do Médio Rio Negro por meio da promoção do TBC, desenvolvida sob a coordenação da ACIR.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gerar renda garantindo a repartição justa entre os atores das comunidades • Melhorar a infraestrutura das comunidades • Estruturar a vigilância e a proteção do território • Fortalecer a cultura local, valorizando o modo de vida nas comunidades, suas tradições • Transmitir o conhecimento local aos mais jovens por meio do registro da história das comunidades • Construir novas oportunidades de trabalho para os jovens e promover a troca cultural a partir de sua interação com os turistas • Assegurar o protagonismo dos povos indígenas na gestão do turismo • Engajar os visitantes nas causas indígenas. 		

JUSTIFICATIVAS	<p>As aldeias da região enfrentam problemas na gestão territorial e ambiental, como o adensa da ocupação territorial, desestruturção de regras tradicionais de manejo, migração para z urbanas mais próximas. Além de pressões e ameaças externas de narcotráfico, mineração extrativismo. O TBC chega como uma forma de contribuir e minimizar tais problemas, gera oportunidades, fortalecendo a gestão territorial desses povos indígenas por meio da geral renda, melhoria da autoestima, resgate cultural e vigilância da área. Trazendo a valorização costumes e saberes enquanto atrativos do roteiro turístico, com destaque para o modo de comunidade, e garantindo a participação diversificada no dia a dia dos roteiros. Jovens, m velhos se revezam para apresentar aos turistas seus conhecimentos e compartilhar perspectivas de futuro, tendo como resultado dessa autenticidade o encantamento e engajamento ao do visitante, gerando reflexões sobre o ataque aos direitos indígenas e a importância de projetos autônomos para a sustentabilidade e a resistência dos indígenas em seus territórios.</p>
-----------------------	---

FONTE: Adaptado do Planos de Visitação Serras Guerreiras do Tapuruquara.

QUADRO 6 – PV Rio Marié

Data do PV	Cidade/Região que contemplam o projeto	TIs envolvidas	Povos
2018	Médio Rio Negro, entre os municípios Japurá Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, Amazonas.	Médio Rio Negro I; -Médio Rio Negro II.	Arapaso, Baniwa, Baré, Dâw, Desana, Koripako, Mirity-tapuya, Pira-tapuya, Tariana, Tukano e Yuhupde.
Frequência das visitas	Público Alvo	Quantidade máxima de visitantes	Tempo de duração da visita
A temporada compreenderá o período máximo de 18 semanas, com um grupo por semana.	Público especializado em pesca esportiva. Turistas de alto poder aquisitivo, alto grau de escolaridade, com perfil preservacionista, entendimento da necessidade de preservação e valorização da cultura indígena na Amazônia.	Grupos de 8 visitantes	7 dias
OBJETIVOS	<p>Objetivo geral: Desenvolver uma atividade econômica de baixo impacto, com valor agregado e cujos resultados pudessem gerar renda localmente, envolver as famílias indígenas - principalmente os jovens - e permitir investimentos coletivos de infraestrutura e melhoria da qualidade de vida.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Fortalecer a governança das comunidades envolvidas e da ACIBRN para a Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena; ● Implementar um sistema de monitoramento ambiental e de proteção territorial; ● Gerar benefícios econômicos sustentáveis ao longo do tempo para as comunidades indígenas; ● Contribuir para a preservação e conservação dos recursos naturais por meio de um programa de turismo de pesca esportiva de baixo impacto; ● Elaborar e implementar estudos de controle e monitoramento da 		

	<p>ictiofauna em conjunto com o IBAMA, para as espécies-alvo; Promover uma parceria entre comunidades indígenas e empresa privada com vistas a ganhos financeiros equivalentes ao final do contrato.</p>
JUSTIFICATIVAS	<p>A atividade de turismo de pesca esportiva tem crescido no Brasil e, portanto, aumentando a procura por regiões pouco exploradas, que possibilitam a captura de peixes de grande porte. A discussão sobre a importância do desenvolvimento e organização do turismo no rio Marié iniciou-se por pressão da atividade operada de forma ilegal na região, devido ao principal atrativo para a pesca esportiva na Amazônia, o tucunaré na região do Médio Rio Negro.</p> <p>É conhecido o grande número de empregos diretos e indiretos gerados pelo turismo, além da possibilidade de renda extra em comunidades onde as oportunidades são escassas. Uma vez manifestado o interesse das comunidades em realizar a atividade de turismo de pesca esportiva em sua área de uso tradicional, os estudos foram orientados pelo princípio da sustentabilidade socioambiental, observando a segurança alimentar e em consonância com os modos de vida e as regras costumeiras das comunidades indígenas. Trata-se de um mercado orientado para uma proposta de alto valor agregado que combina a pesca e devolução, a conservação de ambientes virgens e o compromisso social com as comunidades</p> <p>A experiência destaca a importância de garantir que a regulamentação de atividades econômicas e produtivas, especialmente quando envolvem outros atores e órgãos governamentais, seja construída de forma participativa, para que os compromissos e responsabilidades estejam definidos desde o início.</p>

FONTE: Adaptado do PV Rio Marié

QUADRO 7 – PV Rio Marié

Data do PV	Cidade/Região que contemplam o projeto	TIs envolvidas	Povos
2017	Região do Rio Cauaburis, próxima ao pico da Neblina, municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, Amazonas.	Yanomami	Yanomami
Frequência das visitas	Público-alvo	Quantidade máxima de visitantes	Tempo de duração
Todo o ano, sob diferentes desafios de acesso no inverno e no verão.	Turistas de aventura, especialmente os apreciadores do montanhismo. Exige bom preparo físico para 8 dias de caminhada com grande variação de altitude – travessia de igarapés, passagem por brejos e muito provavelmente alguns momentos entre névoas, chuviscos ou tempestades.	Grupos de 10 pessoas	10 dias

OBJETIVOS	<p>Objetivo Geral: Melhorar a qualidade de vida dos Yanomami da região do rio Cauaburis e afluentes através da promoção do ecoturismo de base comunitária ao Yaripo, e mostrar ao que o Pico da Neblina é um lugar sagrado para os Yanomami.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Gerar renda garantindo a repartição justa dos benefícios entre os Yanomami da região ● Proteger a Urihi (A Terra-Floresta Yanomami) apresentando o ecoturismo ao Yaripo c alternativa ao garimpo de ouro; ● Fortalecer a cultura Yanomami incentivando os jovens no aprendizado dos conhecimentos tradicionais necessários para subir o Yaripo e para compartilhar com os turistas história, músicas, culinária, artesanato e demais saberes dos Yanomami; ● Assegurar o protagonismo dos Yanomami na gestão do ecoturismo por meio do fortalecimento de suas associações AYRCA e Kumirayoma.
JUSTIFICATIVAS	<p>O ecoturismo ao Yaripo é uma iniciativa promissora do ponto de vista econômico, necessária aspecto da proteção territorial e desejável para o fortalecimento cultural, é uma alternativa geração de renda para as comunidades Yanomami. Atualmente, os poucos assalariados (professores, agentes de saúde) e pessoas que recebem benefícios sociais (aposentadoria família, bolsa-amamentação) não conseguem suprir as necessidades das 1.635 pessoas que vivem na região. Com a implementação do ecoturismo ao Yaripo, estima-se que 80 Yanomami passarão a ter renda do projeto, beneficiando indiretamente um número aproximado de 800 pessoas (parentes e dependentes). Além disso, as comunidades se beneficiarão com o lucro da atividade turista será revertido para fins comunitários pela AYRCA.</p> <p>O TBC chega como uma forma de contribuir e minimizar tais problemas, gera oportunidades, fortalecendo a gestão territorial desses povos indígenas por meio da renda, melhoria da autoestima, resgate cultural e vigilância da área. Trazendo a valorização costumes e saberes enquanto atrativos do roteiro turístico, com destaque para o modo de comunidade, e garantindo a participação diversificada no dia a dia dos roteiros. Jovens, mu velhos se revezam para apresentar aos turistas seus conhecimentos e compartilhar perspectiva de futuro, tendo como resultado dessa autenticidade o encantamento e engajamento ao do visitante, gerando reflexões sobre o ataque aos direitos indígenas e a importância de projetos. autônomos para a sustentabilidade e a resistência dos indígenas em seus territórios.</p>

FONTE: Adaptado do Plano de Visitação Rio Marié

QUADRO 7 - PV Tenondé Porã

Data do PV	Cidade/Região que contemplam o projeto	TIs envolvidas	Povos
2018	Parte dos municípios de Mongaguá, São Bernardo do Campo e São Vicente, São Paulo.	Tenondé Porã (aldeias Krukutu; Guyrapaju; Kali pety; Yrexakã; Kuaray; Rexakã; Tape Mirí; Tekoa Porã)	Guarani Mbya
Frequência das visitas	Público-alvo	Quantidade máxima de visitantes	Tempo de duração
Uma visita por semana, em média 4 visitas por mês.	Turmas escolares e público em geral	Visitação/diária: entre 5 e pessoas (varia em cada aldeia). Vivência: entre 5 e 10 pessoas.	Visitação: 1 dia Vivência: até 3 dias
OBJETIVOS	<p>Objetivo geral: Estabelecer as regras e informar a respeito das condições para a realização de visitas às aldeias e atrativos naturais da Terra Indígena Tenondé Porã, declarada como de posse permanente do nosso povo Guarani.</p>		

JUSTIFICATIVAS	Acreditamos que o turismo sustentável e de base comunitária, assim como todas as visitas daqueles que, com respeito, buscam conhecer nossas aldeias e nosso território, podem contribuir positivamente em diversos aspectos: para a valorização e fortalecimento de nossa cultura, dissolução de preconceitos, para a criação de novos laços de parceria e cooperação, para preservação das matas e de todos os seres que nelas vivem, e para que, enfim, mais pessoas juntem-se à nossa luta por um mundo plural – um mundo em que caibam muitos outros.
-----------------------	---

FONTE: Adaptado do Plano de Visitação Tenondé Porã.

Os PVs Serras Guerreiras de Tapuruquara e Rio Marié foram cedidos através de contato por mensagens e e-mail com uma colaboradora no Instituto Socioambiental (ISA), na ocasião responsável pela parceira da instituição na elaboração destes PV, juntamente com outros parceiros e as aldeias envolvidas, conforme introduzido inicialmente no Quadro 5. O PV Yaripo é de domínio público e de fácil acesso à internet, executado em parceria pelas mesmas instituições dos PVs anteriores, junto com as comunidades, e apresenta o projeto de visita turística na terra indígena (TI) do povo Yanomami, conforme apresentado inicialmente Quadro 6. E, por último, o PV da TI Tenondé Porã é a iniciativa que mais se distancia dos outros três PV, por ser de uma TI fora da região amazônica. Também de domínio público e fácil acesso pela internet, o documento prevê a visita nas aldeias do povo Guarani Mbya da TI Tenondé Porã. Existem outros PV aprovados, porém, não encontrei em meios digitais e, em algumas tentativas em contato com a FUNAI, informaram que não poderiam fornecer esses documentos para contribuir com a pesquisa, pois são elaborados por outras instituições.

Após obter os documentos citados e fazer a leitura dos mesmos, a pré-análise dos PV seguiu no formato de quadros, apresentados no Anexo 2 desta pesquisa. Parto para a análise de conteúdo, considerando como categorias de análise os elementos-chaves dos princípios de TBC presentes na pesquisa de Fabrino (*et al*, 2016): dominialidade; organização comunitária; democratização de oportunidades e repartição de benefícios; integração econômica; interculturalidade, e qualidade ambiental, melhor apresentados no Quadro 3 do capítulo 4.2.

A codificação é o tratamento que se dá ao material, transformando os dados brutos do texto de acordo com regras precisas, agregando em unidades de registro que descrevam o conteúdo. A unidade de registro consiste na “significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade de base, visando a categorização [...]” (BARDIN, 2016, p. 134). Nesse sentido, para a

codificação dos PV, foram utilizados como unidades de registro os critérios, objetivos e subcritérios dos princípios do TBC, definidos no Quadro 3, do capítulo 2.2.

Para a análise sobre o Bem Viver (BV), solicitei a algumas lideranças indígenas que tenho mais proximidade, de diferentes povos e regiões do país, que me respondessem de forma simples e por mensagem de voz dois questionamentos sobre o BV: “O que é o Bem Viver na visão de seu povo?” e “Como é o BV na sua aldeia?”. Embora não haja falas de representantes das TIs analisadas nos PVs, contextualizo o que é o BV sob a visão de mundo de povos indígenas brasileiros com os 9 relatos coletados de lideranças de diferentes biomas e regiões geográficas: Norte, Nordeste, Sudeste e Sul.

Compreendendo que, mesmo que cada comunidade tenha suas especificidades, o BV dos povos originários é a base do modo de viver indígena.

QUADRO 8 – Participantes das entrevistas

Nome	Povo	Ocupação na aldeia	TI	Localização
Juliana Alves Jenipapo	Jenipapo Kanindé	Vice Cacique, diretora da Escola Indígena. Jenipapo Kanindé e liderança da ANMIGA	Lagoa Encantada	Aquiraz/CE
Cícero Brito	Fulni-ô	Cacique	Fulni-ô	Águas Belas/PE
Glaucio Leite Txhleka	Fulni-ô	Ancião	Fulni-ô	Águas Belas/PE
Wiryçar Tenório	Kariri Xocó	Liderança e Cacique do grupo Wiryçar Kariri Xocó	Kariri Xocó	Porto Real do Colégio/AL
Nea Noke Koĩ	Noke Koĩ	Cacique	Campina/Katukina	Cruzeiro do Sul/ AC
Maria Tupinikim da Silva	Tupinikim	Liderança	Tupinikim	Aracruz/ES
Nil Loureiro	Tupinikim	Liderança	Tupinikim	Aracruz/ES
Ivan Bribis Rodrigues	Kaingang	Liderança	Apucarantina	Tamarana/PR
Jovina Renhga	Kaingang	Liderança	Kakané Porã	Curitiba/PR

FONTE: Elaborado pela autora, baseado nas conversas com cada participante.

O Quadro 9 acima apresenta brevemente os participantes das entrevistas realizadas das aldeias citadas e melhor identificadas no capítulo 7.3, onde foram levantados os principais termos citados por cada uma das lideranças participantes e as transcrições completas de suas falas estão no Apêndice G. Como a intenção inicial da pesquisa era uma etnografia para estudar o problema a partir da própria

expressão e linguagem dos povos indígenas, devido ao impedimento com a pandemia, não foi possível ir a campo, logo, esta foi a forma de contemplar as vozes dos povos indígenas, que seriam minha fonte de pesquisa em outra situação, além de algumas citações apresentadas no referencial teórico.

7. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Para iniciar a apresentação e a análise de conteúdo, começo com uma breve descrição dos PVs selecionados, seguindo com as análises, propriamente ditas, os resultados e as discussões. Levando como base o levantamento bibliográfico exposto no referencial teórico, sobretudo os princípios e objetivos do TBC para analisar projetos, de acordo com o estudo de Fabrino (*et al*, 2016), apresentado no capítulo 4.2, utilizo os elementos-chaves de: dominalidade; organização comunitária; democratização de oportunidades e repartição de benefícios; integração econômica; interculturalidade, e qualidade ambiental, e seus respectivos critérios e objetivos. Complementando com a análise dos relatos coletados nas entrevistas sobre o BV na visão dos povos indígenas.

7.1. Planos de Visitação Analisados

Como uma breve introdução de cada Plano de Visitação a ser analisado, o PV Serras Guerreiras de Tapuruquara, plano realizado no Médio Rio Negro, no estado do Amazonas, lançado em 2018, contempla as TIs Aruti, São João II, Uabada II, Cartucho e Boa Vista, na região do Médio Rio Negro entre os municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro (antiga Tapuruquara), no Amazonas (FIGURA 3), onde vivem oito povos indígenas: Baré, Baniwa, Piratapuya, Desana, Tukano, Tariana, Dow e Kuyawí (FIGURA 4).

como resultado dessa autenticidade o encantamento e engajamento do visitante, gerando reflexões sobre o ataque aos direitos indígenas e a importância de projetos autônomos para a sustentabilidade e a resistência dos indígenas em seus territórios (SERRAS GUERREIRAS, 2018, p. 10).

FIGURA 4 - REUNIÃO DAS COMUNIDADES PARTICIPANTES



FONTE: PV Serras Guerreiras do Tapuruquara (2018).

O plano foi realizado em parceria com a Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas (ACIR), com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), com o Instituto Socioambiental (ISA) e com a ONG Garupa, com apoio da FUNAI e ICMBIO. Foram realizadas diversas oficinas com as representantes das aldeias e visitas nos locais para conscientizar sobre o projeto. Maiores detalhes sobre os métodos estabelecidos para a elaboração do plano estão melhores descritos no Apêndice A desta pesquisa. Desde 2017, o projeto Serras Guerreiras do Tapuruquara oferece um calendário de expedições anuais (FIGURA 5), como viagens de experiência para que os visitantes conheçam o território e o modo de vida das famílias dos povos que vivem ali. Inicialmente entraram em operação dois roteiros: Iwitera e Maniaka. Foram pensados para até 15 participantes em cada expedição, com duração de 7 a 10 dias, sendo 2 dias por comunidade, momento em que cada uma delas é responsável pelos atrativos/passeios, programação, hospedagem e alimentação (SERRAS GUERREIRAS, 2018).

FIGURA 5 - EXPEDIÇÃO SERRAS GUERREIRAS TAPURUQUARA



FONTE: PV Serras Guerreiras do Tapuruquara (2018)

O PV Projeto Rio Marié é uma proposta de alto valor agregado que contempla a conservação de ambientes virgens e o compromisso social com as TIs Médio Rio Negro I; Médio Rio Negro II, dos povos indígenas Arapaso, Baniwa, Baré, Dâw, Desana, Koripako, Mirity-tapuya, Pira-tapuya, Tariana, Tukano e Yuhupde, localizados entre os municípios Japurá Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, no estado Amazonas (FIGURA 6).

Tem como objetivo geral “desenvolver uma atividade econômica de baixo impacto, com valor agregado e cujos resultados pudessem gerar renda localmente, envolver as famílias indígenas - principalmente os jovens - e permitir investimentos coletivos de infraestrutura e melhoria da qualidade de vida”. Traz como objetivos específicos: fortalecer a governança das comunidades envolvidas e da ACIBRN para a Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena; implementar um sistema de monitoramento ambiental e de proteção territorial; gerar benefícios econômicos sustentáveis ao longo do tempo para as comunidades indígenas; contribuir para a preservação e conservação dos recursos naturais por meio de um programa de turismo de pesca esportiva de baixo impacto (FIGURA 6); elaborar e implementar estudos de controle e monitoramento da ictiofauna em conjunto com o IBAMA, para as espécies-alvo, e promover uma parceria entre comunidades indígenas e empresa privada com vistas a ganhos financeiros equivalentes ao final do contrato (RIO MARIÉ, 2018).

FIGURA 6 - PESCA ESPORTIVA RIO MARIÉ



FONTE: PV Rio Marié (2018)

O projeto é focado na pesca esportiva do tucunaré, principal atrativo e espécie de peixe encontrada no Rio Negro. Essa modalidade de pesca consiste na prática do “pesque e solte, caracterizando-se como uma forma de lazer ou recreação praticada por turistas, nacionais ou estrangeiros, que capturam o peixe e o soltam novamente” (RIO MARIÉ, 2018, p. 6), como instrumento para organizar e regularizar o turismo de pesca esportiva no Rio Marié no território indígena, que estava sendo invadido por empresas de turismo de pesca desde 2010, de forma a beneficiar as comunidades envolvidas e proibir qualquer empresa de operar na região. A pressão da pesca comercial e a prática ilegal da pesca na região, sem estudos prévios de impactos ambientais e as devidas autorizações, estavam colocando esses peixes em risco de extinção, ameaçando a vida desses peixes, desestruturando as regras, formas de uso e cosmologia dos povos indígenas, além de afetar diretamente a dieta alimentar desses povos do Rio Negro, que encontram sua base proteica nos peixes. Nesse sentido, um dos cuidados do projeto está em “respeitar a dinâmica social das comunidades e garantir que estas tivessem o controle sobre a execução e gerência das atividades de visitação, com a devida repartição de benefícios” (RIO MARIÉ,

2018, p. 6). O plano de visitação foi realizado em parceria com a Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro (ACIBRN), a FOIRN e a empresa parceira e investidora Untamed Angling do Brasil (UAB), coordenado pela FUNAI, em parceria técnica com o IBAMA e o ISA (FIGURA 7), oferece pacotes de 7 dias para grupos de até 8 pessoas para prática de pesca esportiva (RIO MARIÉ, 2018).

FIGURA 7 - REUNIÃO PV RIO MARIÉ



FONTE: PV Rio Marié (2018)

O Yaripo – Ecoturismo Yanomami, é um Plano de Visitação realizado para a Terra Indígena Yanomami, nos municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, no estado do Amazonas, próxima ao pico da Neblina, chamado de Yaripo pelo povo Yanomami. E tem como objetivo geral “melhorar a qualidade de vida dos Yanomami da região do rio Cauaburis e afluentes através da promoção do ecoturismo de base comunitária ao Yaripo, e mostrar ao mundo que o Pico da Neblina é um lugar sagrado para os Yanomami” (FIGURA 8). Apresenta como objetivos específicos: gerar renda garantindo a repartição justa dos benefícios entre os Yanomami da região; proteger a Urihi (A Terra-Floresta Yanomami) apresentando o ecoturismo ao Yaripo como alternativa ao garimpo de ouro; fortalecer a cultura Yanomami incentivando os jovens no aprendizado dos conhecimentos tradicionais necessários para subir o Yaripo e para compartilhar com os turistas histórias, músicas, culinária, artesanato e demais saberes dos Yanomami; e assegurar o protagonismo dos Yanomami na gestão do ecoturismo por meio do fortalecimento de suas associações AYRCA e Kumirayoma.

FIGURA 8 - EXPEDIÇÃO SUBIDA AO YARIPO (PICO DA NEBLINA)



FONTE: PV YARIPO (2017)

Foi elaborado por um longo processo entre a Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (AYRCA) e a Associação das Mulheres Yanomami KUMIRAYOMA (AMYK), com participação de 55 representantes das seis comunidades da região, em parceria com ICMBio, FUNAI, Exército, Secretaria de Turismo do município de São Gabriel da Cachoeira (Sematur) e ISA, com funções e atribuições mais bem detalhadas no Apêndice B. O Yariipo também é protegido pelo ICMBio pela criação do Parque Nacional do Pico da Neblina (PARNA do Pico da Neblina), o que fortalece a parceria na formação do PV. O pico estava fechado para o turismo desde 2003 por determinação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), para impedir a degradação ambiental e violação dos direitos dos Yanomami, pois o pico é de importante significado espiritual para esse povo. Assim, desde 2012, buscavam estabelecer parcerias para desenvolver o plano de visitação e o ecoturismo na região (YARIPO, 2017).

São oferecidas expedições até o Yariipo para grupos de até 10 pessoas que, de preferência, apreciem o montanhismo. Num total de 10 dias, considerando 2 dias de navegação e 8 dias de caminhada com variação de altitude de 95 a 2.995 metros, atravessando igarapés, passando por brejos e com prováveis momentos entre névoas, chuviscos ou tempestades, de acordo com o microclima do ambiente em questão. Os Yanomami são responsáveis pelo roteiro a partir da chegada dos turistas ao ponto de partida da expedição, iniciando pelo transporte dos visitantes em canoas, seguindo com o carregamento dos alimentos e equipamento para hospedagem e preparo das refeições. Aos turistas, cabe carregar seus pertences

peçoais, água (que pode ser reabastecida em diversos pontos ao longo da trilha), rede e mosquiteiro. O plano prevê capacitação dos Yanomami que irão trabalhar como guias, carregadores, pilotos de barco, proeiros, cozinheiras e coordenador do projeto, para que o roteiro tenha êxito e seja uma alternativa de combate do garimpo ilegal (FIGURA 9).

Infelizmente a realidade local faz com que muitos Yanomami ainda exerçam atividade no garimpo para manter a família, alegando trabalhar por necessidade e por não terem alternativa. Um trabalho difícil, duro e penoso, que reconhecem ser prejudicial à Natureza e a eles próprios, uma atividade que ameaça as comunidades e resulta em muitos crimes na região. Os jovens Yanomami, em especial, veem no ecoturismo como uma atividade que é uma oportunidade de, para além de gerar renda, deixar o garimpo e conhecer melhor e resgatar a sua própria cultura junto aos anciãos e a cosmologia que envolve toda a floresta e sua biodiversidade, numa atividade mais prazerosa, que gere renda e não agrida a floresta.

É um tipo de roteiro para um público-alvo mais específico, devido ao grau de dificuldade da trilha e exigência de preparo físico, porém, uma experiência singular que permite que visitantes de todo o mundo possam conhecer o povo Yanomami, parte de seu território, cultura e hospitalidade, dentro dos limites de contato que a comunidade impõe, já previstas no plano de visitação e manual do visitante. “Acredita-se que a experiência proporcionada aos turistas será uma oportunidade para superar preconceitos e ampliar a aliança em defesa dos direitos indígenas e do meio ambiente” (YARIPO, 2017).

O povo Yanomami

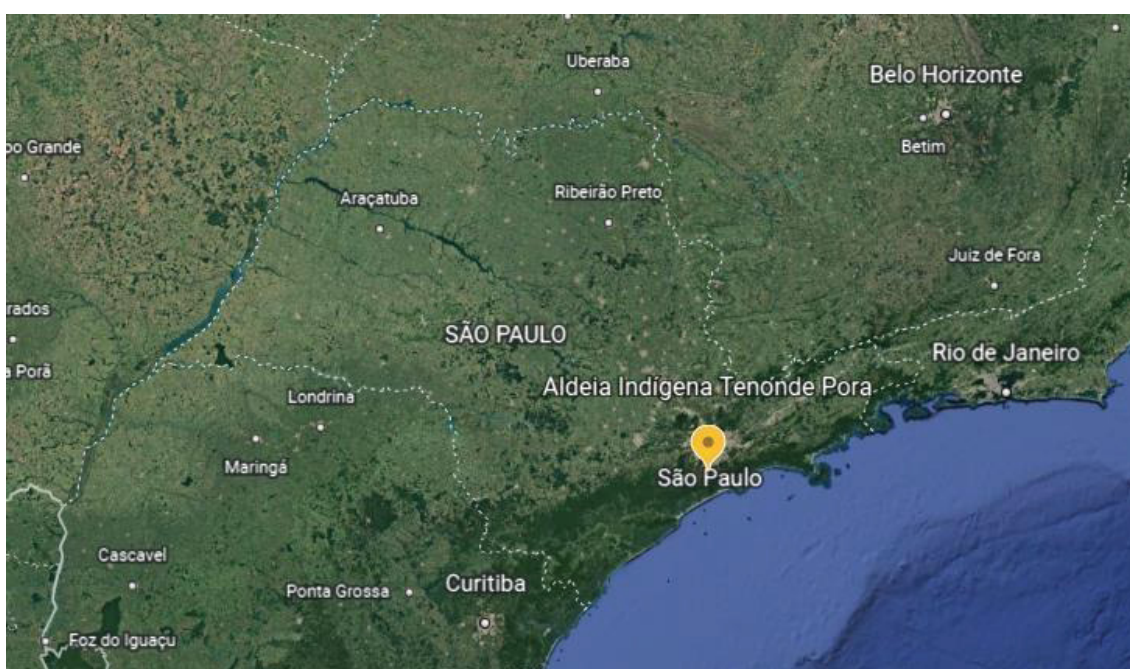
FIGURA 9 - CARREGADOR YANOMAMI NA EXPEDIÇÃO YARIPO



FONTE: PV YARIPO (2017)

O último Plano de Visitação analisado é o PV Tenondé Porã, elaborado com o objetivo de estabelecer as regras e informar a respeito das condições para a realização de visitas às aldeias e atrativos naturais da Terra Indígena Tenondé Porã, declarada como de posse permanente do povo Guarani. Com a intenção de regularizar a atividade turística que já ocorria informalmente na TI Tenondé Porã, localizada no extremo-sul do município de São Paulo (FIGURA 10), o projeto compreende 8 aldeias do povo Guarani Mbya, totalizando cerca de 1.500 pessoas.

FIGURA 10 - LOCALIZAÇÃO DA TI TENONDÉ PORÃ NO ESTADO DE SÃO PAULO



FONTE: Identificado pela Autora com base nos dados Google Earth (2021).

Este PV foi elaborado a partir de oficinas realizadas nas aldeias pela Comissão Guarani Yvyrupa, a Comissão de Lideranças da TI Tenondé Porã, as comunidades, com apoio da FUNAI, conforme detalhamento presente no Apêndice A. Os roteiros estão descritos no site da TI Tenondé Porã, com detalhes de cada aldeia e o que cada uma oferece de atrativo ao turista (FIGURA 11). Apresenta também o manual de conduta para a visita, que deve ser lido antes de realizar a visita, apresentado brevemente no Apêndice E.

As reservas devem ser feitas com as lideranças através do site do projeto, já definindo qual aldeia a ser visitada e o roteiro escolhido, incluindo a opção de roteiro entre aldeias. Além desse formato de visita, são oferecidas vivências de até

quatro dias para grupos menores (entre 3 a 10 pessoas), que possibilita a participação em atividades do cotidiano da comunidade, mutirões agroecológicos, além das atividades oferecidas nos roteiros, incluindo alimentação e hospedagem em *camping*.

FIGURA 11 - CORAL MBYA GUARANI



FONTE: PV TENONDÉ PORÃ (2018)

O objetivo de organizarem a logística pelo site é promover a visitação de forma controlada e servir como um instrumento de filtragem, fazer o registro histórico e organizar os dados das visitas, visitantes e parceiros não indígenas envolvidos, garantindo um bom monitoramento e uma gestão coletiva e eficiente entre as lideranças das aldeias da TI Tenondé Porã (TENONDÉ PORÃ, 2018).

Acreditamos que o turismo sustentável e de base comunitária, assim como todas as visitas daqueles que, com respeito, buscam conhecer nossas aldeias e nosso território, podem contribuir positivamente em diversos aspectos: para a valorização e fortalecimento de nossa cultura, para a dissolução de preconceitos, para a criação de novos laços de parceria e cooperação, para a preservação das matas e de todos os seres que nelas vivem, e para que, enfim, mais pessoas juntem-se à nossa luta por um mundo plural – um mundo em que caibam muitos outros mundos (TENONDÉ PORÃ, 2018, p. 5)

Há uma crescente demanda por atividades turísticas da TI Tenondé Porã devido à beleza cênica das matas, trilhas, rios e cachoeiras próximos a Serra do Mar, um cenário ideal para a prática do ecoturismo. As visitas ocorriam de modo

informal e sem regulamentação na região, o que acarretou a urgência e a importância da aprovação do PV como uma ferramenta fundamental para regularizar e organizar as vivências no atual contexto do território (FIGURA 12), “tanto as que já ocorrem, como as que venham a ocorrer no futuro, garantindo que elas sejam realizadas com o mesmo respeito de quando se visita a casa de qualquer pessoa. Afinal, a Terra Indígena Tenondé Porã é nosso lar” (TENONDÉ PORÃ, 2018, p. 8).

FIGURA 12 - CORAL MBYA GUARANI



FONTE: PV TENONDÉ PORÃ (2018)

7.2. Os princípios do Turismo de Base Comunitária como norteadores dos Planos de Visitação

Seguindo os critérios e objetivos dos elementos-chaves do TBC, apresentados no Quadro 3 do capítulo 2, e os dados dos PV, organizados nos Apêndices A à H, com base na IN nº 3/2015 da FUNAI, as análises serão apresentadas conforme Quadros 10 a 15 e seguintes discussões:

QUADRO 9 – Dominialidade

CRITÉRIOS	PROPRIEDADE	GESTÃO	MÃO DE OBRA
Objetivos	Identificar se a população local é proprietária dos empreendimentos/serviços turísticos ofertados	Verificar se a gestão dos empreendimentos/serviços turísticos é realizada pela população local	Verificar se a mão de obra alocada nos negócios turísticos é oriunda da comunidade
Serras Guerreiras do Tapuruquara	Todos os atrativos, empreendimentos e serviços fazem parte do território indígena e as comunidades são proprietárias dos empreendimentos e serviços ofertados.	No período inicial a gestão e a operação é feita pela comunidade através da ACIR, FOIRN em parceria com ISA E Garupa.	As equipes de trabalho e para funcionamento dos projetos são formadas por membros das comunidades.
Rio Marié	O Médio Rio Negro, para pesca esportiva, está no território indígena. O barco - hotel e os serviços ofertados são da investidora UAB.	UAB, FOIRN e ACIBRN	Foram capacitadas mais de 180 pessoas das comunidades para trabalharem em sistema de rodízio.
Yaripo	O Pico da Neblina, empreendimento e serviço ofertado, fazem parte do território e são do povo Yanomami.	Feita pela AYRCA e AMYK, em parceria com o ICMBio, FUNAI, Exército, Sematur e ISA.	As equipes de trabalho e para funcionamento dos projetos são formadas por membros das comunidades.
Tenondé Porã	Todos os atrativos, empreendimentos e serviços fazem parte do território indígena.	A gestão e operação é feita conforme a organização interna das comunidades, de acordo com a cultura do povo Mbya Guarani, com vendas através do site da TI.	As equipes de trabalho e para funcionamento dos projetos são formadas por membros das comunidades.

FONTE: Adaptado de FABRINO (*et al.*, 2016) e PVs analisados.

Sobre a gestão dos planos, o PV Serras Guerreiras tem como proponente e parceria a Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas (ACIR), que representa 13 comunidades indígenas da região e tem como função coordenar a operação do projeto e assegurar a distribuição dos cargos e funções, garantindo um equilíbrio entre as comunidades e a melhor distribuição de renda entre as famílias. Além disso, o projeto tem parceria com a Federação das Organizações Indígenas (FOIRN), organização responsável por ações de desenvolvimento sustentável e em

defesa dos direitos indígenas de 750 comunidades da Amazônia e o Instituto Socioambiental (ISA), uma OSCIP que propõe soluções para questões ambientais e sociais, em defesa dos direitos humanos, dos povos e do patrimônio cultural e natural, articulando basicamente os arranjos com as instituições, apoiando os processos legais do projeto. Ainda tem a participação da Garupa, uma OSCIP que trabalha com o turismo sustentável como ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico e para a preservação dos patrimônios culturais e naturais do país, que, durante o período inicial de incubação e estruturação do PV e execução do projeto, atua na operação e na comercialização compartilhada dos roteiros, assumidas gradualmente pela ACIR (APÊNDICE B).

Para cada roteiro proposto, é feito um rodízio entre as comunidades para receber os diferentes grupos e contemplar todas as aldeias participantes. As hospedagens são em alojamentos coletivos, com biombos para trocas de roupas, varais e banheiros ecológicos, estrutura preparada pelos moradores para receber e oferecer conforto aos visitantes. Para a alimentação, são oferecidos alimentos tradicionais, preparados em cozinha comunitária nas casas das famílias. As embarcações que transportam os visitantes são das comunidades. As trilhas na mata são guiadas por condutores das comunidades, bem como os rituais, a venda de artesanato e outras atividades são de domínio da comunidade (APÊNDICE C).

O PV Rio Marié é composto por um conselho gestor, formado com os parceiros FOIRN, já citada anteriormente, que recebe e distribui o valor recebido da Untamed Angling do Brasil (UAB) assim que se encerra cada temporada. A UAB é a empresa parceira e investidora do projeto que opera e realiza em parceria as articulações necessárias para o desenvolvimento da atividade de turismo de pesca esportiva e assessora à Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro (ACIBRN), que atua na defesa dos direitos sociais das aldeias do Baixo Rio Negro e, dentro do projeto, define sobre a utilização dos benefícios coletivos e executa as atividades de pesca turística da Operação em conjunto com a UAB, que realiza o monitoramento da atividade e a fiscalização da Área, entre outras funções; e a UAB realiza a aquisição e a instalação dos equipamentos, repassando à ACIBRN os valores das expedições (APÊNDICE B). Além disso, o PV teve apoio e assessoria do ISA para o planejamento inicial do projeto e conta com o apoio da FUNAI e do IBAMA na assessoria das reuniões do comitê gestor, momento em que decidem sobre as ações e rumos do projeto (RIO MARIÉ, 2017).

Por se tratar de um turismo de alto valor agregado, é de fundamental importância a parceria com uma empresa investidora, conforme diretriz prevista pelo ICMBIO, apresentado no Quadro 1 desta pesquisa, garantindo o protagonismo comunitário e a participação social (ICMBIO, 2019). No PV Rio Marié, a UAB é a empresa privada parceira, investidora e responsável pelo transporte dos visitantes, pelas embarcações utilizadas, pelo alojamento flutuante no barco-hotel e pelas refeições oferecidas no serviço *all inclusive*, contratando as comunidades participantes para a realização desses serviços com valor definido para cada serviço prestado e função do pessoal contratado, além de ser dividida uma porcentagem do faturamento com as aldeias participantes ao final da temporada (APÊNDICES C e D). Foram capacitados mais de 180 membros das comunidades para atuar nas diferentes funções, como vigilantes, coordenadores, cozinheiros, guias, pilotos, responsáveis pela venda dos artesanatos em sistema de rodízio, para promover a maior participação das famílias e comunidades (RIO MARIÉ, 2018).

Os proponentes e os responsáveis pela gestão do PV Yaripo são: a Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (AYRCA), instituição de maior representatividade dos Yanomami, responsável por realizar projetos de interesse comunitário e a defesa de direitos humanos, sociais e ambientais desses povos, e a Associação das Mulheres Yanomami Kumirayoma (AMYK), responsável por representar e defender os direitos das mulheres Yanomami e fortalecer a cadeia produtiva do artesanato. A gestão do PV ocorre também em parceria com FUNAI, responsável por receber e acompanhar o processo de aprovação do PV, o controle de visitantes e procedimentos de fiscalização; o ICMBio, coordenando a elaboração do Plano Ambiental sobre as atividades de Ecoturismo, manejo das trilhas e monitoramento de impactos; Exército, que tem a função de treinar os guias e carregadores sobre os primeiros socorros; a Secretaria de Turismo do município de São Gabriel da Cachoeira (SEMATUR), e o ISA, que capacitaram os Yanomami para desempenharem as atividades como guias, carregadores e cozinheiros durante as expedições (APÊNDICE B).

A responsabilidade dos Yanomami sobre os visitantes se dá a partir da embarcação nas canoas das aldeias ao ponto de partida da expedição, onde se responsabilizam também pela hospedagem, em acampamento móvel carregado, montado e desmontado pelos indígenas, a alimentação baseada em alimentos tradicionais e preparadas durante as caminhadas, bem como o serviço de guia, os

carregadores das trilhas e os responsáveis pela venda de artesanato (APÊNDICE B).

O PV TI Tenondé Porã teve como parceiros a Comissão de Lideranças da TI Tenondé Porã, a FUNAI, a Rumo Logística como empreendedora, a *Ecology* Brasil como empresa consultora, entre outros colaboradores técnicos na área do *design* e fotografia para elaboração do documento. O PV sugere que a gestão do projeto é feita pelos indígenas, desde o atendimento no site e fechamento das visitas e pacotes contratados, até a visita com a alimentação oferecida pela comunidade, alojamento para as vivências em *camping*, guias para as trilhas no território (TENONDÉ PORÃ, 2018).

Sendo assim, quanto ao elemento dominialidade e seus critérios, apresentados no Quadro 6, percebe-se que os PVs atendem os princípios do TBC na literatura apresentada no referencial teórico, pois promovem protagonismo, pertencimento, empoderamento e inclusão das comunidades, que participam ativamente do planejamento, execução e gestão das vivências propostas nas TIs, promovendo iniciativas de atividades turísticas familiares e comunitárias e a autogestão dos empreendimentos e serviços, bem como realizam através de colaboração, associativismo, cooperativismo, parcerias técnicas e de investidores, quando necessário, e os empreendimentos e serviços ofertados, em sua maioria, pertencentes aos territórios indígenas, conforme princípios apresentados nas citações de Vargas (*et al*, 2020), FUNAI (2020), ICMBIO (2019), Fabrino *et al* (2016), Oliveira; Benites; de Oliveira Neto (2016), Rede Tucum (2017), Projeto Bagagem (2010), Brasil (2010), Faria (2008), Stavenhagen (1985) e Batalla (1982). Alguns PVs de forma participativa, com previsão de que as comunidades passem a protagonizar totalmente o projeto em todas as fases futuramente e o PV Rio Marié, que tem como “sócia” do projeto a UAB, garantiu o investimento inicial e o acesso ao público-alvo.

QUADRO 10 – Organização comunitária

CRITÉRIOS	ORGANIZAÇÃO INTERNA	ARTICULAÇÃO EXTERNA
Objetivos	Identificar e qualificar as formas de organização interna à comunidade que atuem em prol do turismo comunitário (modelo de gestão, formalização e frentes de atuação)	Verificar a existência de apoio externo técnico e financeiro voltados para o desenvolvimento do turismo comunitário
Serras Guerreiras do Tapuruquara	A organização proponente do PV é a ACIR. As comunidades têm suas organizações internas específicas de cada cultura, porém a associação representa 13 comunidades da região, sendo que 5 delas estão preparadas para operar o TBC.	Os parceiros externos envolvidos na elaboração execução do PV são a FOIRN, o ISA, a Garupa e o ICMBIO.
Rio Marié	As comunidades se organizaram para dar início ao projeto de TBC, frente às constantes invasões do território, com uma proposta de autonomia, repartição coletiva de benefícios, respeito ao modo de vida tradicional e decisão coletiva sobre uso e preservação do território.	Os parceiros externos envolvidos na elaboração e execução do projeto são a FOIRN, a ACIBRN e a UAB, o ISA e a Garupa
Yaripo	A distribuição das competências foram feitas considerando aspectos sociais, geracionais e de gênero, sobre os indígenas interessados das seis aldeias da região.	Os parceiros externos envolvidos na elaboração e execução do PV são o ISA, a FUNAI, Exército e SEMATUR/SGCS e a UAB, o ISA e a Garupa
Tenondé Porã	As decisões são tomadas pelo coletivo de lideranças e caciques de todas as aldeias da TI, a Comissão de Lideranças da TI Tenondé Porã para acompanhamento das visitasões.	Para a elaboração do PV, foram reunidos vários parceiros, profissionais consultores, além da FUNAI, RUMO Logística, <i>Ecology</i> Brasil.

FONTE: Adaptado de FABRINO (*et al*, 2016) e PVs analisados.

Quanto à organização comunitária, esse princípio sugere o levantamento da organização interna e a articulação externa à comunidade, que opera e realiza as atividades diretamente ligadas ao TBC, estabelecidas nas etapas de elaboração dos PVs, apresentadas no Apêndice A e na distribuição de competências, mais bem detalhadas no Apêndice B. Percebe-se, no Quadro 11, que as comunidades são organizadas internamente em forma de associações ou coletivos de liderança, respeitada a organização social interna de acordo com a cultura de cada povo indígena envolvido (FIGURA 13). Essas associações e coletivos são os representantes legais das comunidades nas relações externas e dialogam diretamente com os parceiros públicos e privados envolvidos na elaboração e

execução dos PVs, já citados na discussão anterior do Quadro 6 e no associativismo trazido nas definições do MTUR (BRASIL, 2008; 2010) e de Grunewald (2003), na literatura apresentada.

FIGURA 13 - COMUNIDADES PARTICIPANTES



FONTE: PV Serras Guerreiras do Tapuruquara (2018).

Esse tipo de organização interna promove a autonomia e o etnodesenvolvimento, com o TBC como forma de alternativa de desenvolvimento sustentável e gestão territorial nas TI protagonizados pelas comunidades, com parcerias técnicas com outras instituições, respeitando as formas de organização próprias dos povos indígenas e os princípios do Bem Viver das comunidades (BARROSO-HOFFMANN, 2002). Conforme previstos pela Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento (CGETNO) da FUNAI (2020), no que diz respeito às relações internas e externas, a comunidade tem o controle sobre seu território, sua cultura, e é livre para negociar com o Estado e com as iniciativas privadas, de acordo com os seus interesses, garantido o direito originário e constitucional de manter sua organização social própria sobre seus territórios. Nesse sentido, as vivências de TBC em TI também fortalecem a proteção dos territórios frente às ameaças de mineração, garimpo, agronegócio, desmatamento, entre outras atividades ilegais que geram grandes conflitos. Conforme citado no referencial teórico pelos autores: Silva e Marés Filho (2016); Instrução Normativa (2015); Veiga (2013); Silva (2010); Clastres (1990); e a Constituição Federal (1988).

QUADRO 11 – Democratização de oportunidades e repartição de benefícios

CRITÉRIOS	MECANISMOS FINANCEIROS	ACORDOS COMUNITÁRIOS*
Objetivos	Verificar a existência de mecanismos financeiros/acordos comunitários que contribuam para a repartição dos benefícios advindos da atividade turística na localidade e para a democratização de oportunidade no acesso dos membros da comunidade às atividades relacionadas ao turismo	Acordos internos e externos a comunidades. Não detalhado no estudo de Fabrino <i>et al</i> (2016)
Serras Guerreiras do Tapuruquara	A Acir é a responsável por garantir o equilíbrio e a melhor distribuição de renda entre as famílias, sendo que cada comunidade define o modo de remuneração (por pessoa, família ou recurso coletivo). Os que estão ligados diretamente às funções voltadas ao TBC são remunerados conforme acordo pré estabelecido.	O percentual de 5% do valor dos pacotes fica com Acir para cobrir custos da associação.
Rio Marié	A distribuição da renda proveniente das viagens tem em vista a segurança, melhorias e benefícios para as comunidades, administrados pela ACIBRN e FOIRN	10% do pacote pago pelo visitante são divididos para benefícios gerais do turismo nas comunidades (o que equivale a 50% dos lucros da operação). Os outros 50% ficam com a UAB.
Yaripo	A AYRCA é a responsável por garantir distribuição de renda entre as aldeias. Os indígenas que estão ligados diretamente às funções voltadas ao TBC são remunerados conforme acordo preestabelecido.	Será cobrado um fundo comunitário de quinhentos reais por turista para uso nas aldeias conforme definição em assembleia da AYRCA.
Tenondé Porã	Cada comunidade é responsável pela gestão dos recursos proveniente das vivências	Não citado no PV

FONTE: Adaptado de FABRINO (*et al*, 2016) e PVs analisados.

O elemento-chave de democratização de oportunidades e de repartição de benefícios objetiva analisar os mecanismos financeiros e acordos comunitários internos e externos a comunidade que visam a divisão e democratização dos benefícios provenientes do TBC (FABRINO *ET AL*, 2016).

Os PVs estudados, além de trazerem a especificação vista no Quadro 8 e contidas no Apêndice B desta pesquisa, estipulam custos, valores, percentuais, formas de comercialização dos roteiros, divisão de lucros e níveis de participação de organizações externas as comunidades, estabelecidos em plano de negócios elaborado para a execução do PV, como previsto nas Diretrizes da IN ° 03/2015 da

FUNAI e mais bem detalhadas no Apêndice D deste estudo, previstas nos conceitos apresentados na teoria de Souza (2018), Portuguez (2012), UNCTAD (2010) e Stavenhagen (1985).

Como visto no referencial teórico, o TBC é uma das alternativas para geração de trabalho e renda, previstos pela FUNAI para o etnodesenvolvimento nas TIs quando protagonizado pela comunidade, com potencial para empoderar a população local envolvida, reduzir as desigualdades, dar acesso a serviços básicos, garantir a subsistência e melhorar a qualidade de vida dos indígenas envolvidos e suas famílias (SALES e SALLES, 2010; EMMENDOERFER e MORAES, 2014; GRIMM, SAMPAIO e GARCIA, 2017; GOMEZ, *et al*, 2015).

Percebe-se, no Quadro 8, que as comunidades protagonizam a repartição de benefícios, principalmente através das associações, salvo o PV Tenondé Porã, onde os roteiros das visitas têm propostas diferentes em cada aldeia, com uma opção de vivência mais longa que pode envolver mais aldeias, num período maior de tempo. Porém, o PV não explica como é feita a distribuição da renda entre os indígenas, nesse caso. Em geral, os PVs preveem valores preestabelecidos para os envolvidos diretamente nas funções ligadas ao TBC e também uma porcentagem que entra como benefício para toda a comunidade, como um “fundo de reserva” para a manutenção e melhorias para a comunidade e estrutura para as vivências, conforme descrições apresentadas no Apêndice D, previstas nas ações de geração de renda e etnodesenvolvimento pela FUNAI (2020).

Além de garantir a geração de renda, pode-se fazer um paralelo com o conceito de economia de dádivas e o Bem Viver, um modelo oposto à economia massificada, trazido no referencial teórico, que apresenta a reciprocidade como princípio ancestral das relações dos povos indígenas numa corrente contínua de doações e relações internas de respeito, complementaridade e comunitarismo inclusive na relação entre comunidade e visitantes, no caso do TBC. Um modo de economia que se contrapõe ao modelo de turismo de massa, centrado no mercantilismo, trazendo uma visão mais humana e comunitária para essa relação (NUNES, 2021; BRUCE, 2017; EMMENDOERFER e MORAES, 2014; VEIGA, 2013; SALES e SALLES, 2010; SILVA, 2010; DONATI, 1998).

O TBC proposto nos PVs se firma como uma alternativa de turismo protagonizado pela comunidade, com o desejo de desenvolver o turismo, que parte das comunidades como um caminho para o etnodesenvolvimento dessas

populações vulnerabilizadas, que enfrentam sérios conflitos em seus territórios. Não considerando apenas a dimensão econômica, mas principalmente valorizar os elementos da história, cultura, sagrado, das relações interétnicas, políticas, etc (FIGURA 14). As comunidades mantêm o domínio do desenvolvimento sustentável sobre seu território, com planejamento e gestão participativos, de atividades baseadas nos patrimônios culturais e naturais do local, apresentando o modo de vida e o BV das comunidades MORAES *et al*, 2013; HALLACK *et al*, 2011).

FIGURA 14 - RODA DE CONVERSA COM O PAJÉ YANOMAMI



FONTE: PV YARIPO (2017)

Com parcerias com órgãos indigenistas, ONGs e iniciativas privadas, quando necessário, com o apoio técnico para desenvolver seus próprios projetos dentro das realidades das comunidades, os PVs e as vivências geram condições materiais sem comprometer o que é imutável dentro da sociedade indígena. Incluindo também o trabalho da sociedade civil organizada, como uma rede indigenista e em múltiplas direções, abordando diferentes temáticas, apoiando tecnicamente, de forma participativa, o protagonismo das comunidades indígenas na realização desses projetos, garantindo o usufruto das comunidades das riquezas existentes em seus territórios e do trabalho realizado sobre o território (ISA, 2018; VEIGA; 2013; SILVA, 2010; SOUSA, *et al*, 2007; GRÜNEWALD, 2003); CLASTRES, 1990; BATALLA, 1982).

QUADRO 12 – Integração econômica

CRITÉRIOS	FORNECIMENTO DE INSUMOS	COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS
Objetivos	Identificar se a população local é fornecedora de insumos para a operação dos empreendimentos turísticos da comunidade	Identificar se a comunidade comercializa produtos locais para os visitantes
Serras Guerreiras do Tapuruquara	As comunidades operam as vivências. Oferecem hospedagem, transporte em canoas para os passeios, alimentos tradicionais e guiam os visitantes.	As comunidades comercializam alimentos e artesanato
Rio Marié	Os insumos necessários para alimentação dos turistas e equipe de trabalho durante cada temporada são adquiridos pela UAB com as comunidades na região.	O grupo de mulheres da comunidade comercializa o artesanato local aos visitantes e outros membros destas são responsáveis pelo feitiço do alimento e demais atividades, sob investimento e parceria com a UAB.
Yaripo	Os Yanomami são responsáveis pelo transporte, hospedagem, alimentação e serviço de guia aos visitantes, fornecendo os insumos para a operação das atividades.	Venda de artesanato sob responsabilidade da Associação das Mulheres Yanomami Kumiryoma e a comercialização do alimento é parte dos roteiros.
Tenondé Porã	As comunidades operam as vivências. Oferecem hospedagem, alimentos tradicionais e guiam os visitantes.	Além dos alimentos tradicionais, comercializam o artesanato

FONTE: Adaptado de FABRINO (*et al*, 2016) e PVs analisados.

O princípio da integração econômica sugere a observação sobre o fornecimento de insumos e a comercialização dos produtos locais, ou seja, se as comunidades são as responsáveis pelo fornecimento da matéria-prima necessária para a realização das atividades de TBC e se estas comercializam produtos locais aos visitantes, fortalecendo o protagonismo das mesmas.

O transporte dos visitantes no PV Serras Guerreiras é incluso no roteiro partindo de Manaus, feito inicialmente em voo fretado até o primeiro ponto de parada, de acordo com cada roteiro proposto, para seguir viagem nas embarcações das comunidades envolvidas até o primeiro destino. A hospedagem é oferecida em redes em alojamentos coletivos (FIGURA 15), com as instalações já descritas no Quadro 6, e são previstas 5 refeições por dia, preparadas pelas famílias em suas casas ou em ajuri (mutirão), em cozinhas comunitárias, inspiradas na cultura alimentar local (FIGURA 16). As comunidades também comercializam o artesanato local aos visitantes (FIGURA 17). Esses aspectos denotam o que traz o Projeto

Bagagem (2010) sobre a elaboração das atividades a serem desenvolvidas e a formação dos roteiros de TBC, que devem ser sugeridas e lideradas pela comunidade, de forma a valorizar seu cotidiano e modo de vida numa partilha cultural entre visitante e comunidade, tornando o BV um atrativo, além dos elementos da paisagem.

FIGURA 15 – ALOJAMENTO



FONTE: PV Serras Guerreiras do Tapuruquara (2018).

FIGURA 16 - RODA DE CONVERSA COM O PAJÉ YANOMAMI



FONTE: PV Serras Guerreiras do Tapuruquara (2018).

FIGURA 17 - COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO



FONTE: PV Serras Guerreiras do Tapuruquara (2018).

Para o PV Rio Marié, o traslado é feito de voo fretado, partindo de Manaus, até o barco-hotel flutuante *Untamed Amazon* (FIGURA 18), adquirido pela UAB, considerada a primeira embarcação de seu tipo na Amazônia, que possui 3 níveis, utiliza geração de energia solar e tem tratamento de água e dos resíduos gerados durante as atividades, oferecendo acomodações de nível 4 ou 5 estrelas, de acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBCClass), no período da vivência proposta pelo PV Rio Marié (RIO MARIÉ, 2018). Além disso, durante as atividades de pesca esportiva, são utilizadas embarcações menores, adquiridas também pelo projeto com investimento da UAB (FIGURA 19). O serviço de alimentação é no sistema *all inclusive*, ou seja, com as principais refeições e bebidas inclusas. Os insumos para o preparo das refeições são adquiridos pela UAB e proveniente das comunidades, apresentando a cultura alimentar local aos turistas. E outra forma de geração de renda é através do grupo de mulheres da comunidade, que comercializam o artesanato local aos visitantes.

FIGURA 18 - BARCO-HOTEL



FONTE: PV Rio Marié (2018)

FIGURA 19 - EMBARCAÇÕES UTILIZADAS PARA PRÁTICA DE PESCA ESPORTIVA



FONTE: PV Rio Marié (2018)

O PV Yaripo traz a proposta de ecoturismo e turismo de aventura, com expedição de subida ao Pico da Neblina, em uma caminhada de 8 dias pela Floresta Amazônica, guiada e monitorada pelos Yanomami (FIGURA 20). O roteiro denota diversas particularidades comuns nas práticas de montanhismo, como travessia de

igarapés e brejos, possíveis momentos entre névoas, chuviscos ou tempestades e cuidados nos serviços prestados. Quanto ao traslado, os Yanomami são responsáveis a partir de São Gabriel da Cachoeira, onde recebem os visitantes nas canoas das comunidades para seguir viagem até o início da trilha, onde seguem a caminhada rumo ao Yariipo (Pico da Neblina). A hospedagem é feita em acampamento móvel (FIGURA 21), carregado e montado/desmontado pelos indígenas durante a expedição, e a alimentação é preparada ao longo do trajeto, com cardápio inspirado na cultura alimentar Yanomami, com os insumos adquiridos nas próprias comunidades. A venda de artesanato é responsabilidade da Associação das Mulheres Yanomami Kumiryoma.

FIGURA 20 - MONITORAMENTO DA TRILHA



FONTE: PV YARIPO (2017)

FIGURA 21 - ACAMPAMENTO MÓVEL



Fonte: PV YARIPO (2017)

O PV Tenondé Porã tem uma proposta de roteiro e vivência diferente para cada aldeia envolvida, com características, condições de realização, roteiros e atividades desenvolvidas específicas para cada uma, mas também com atividades comuns para todas, como a apreciação da comida tradicional (FIGURA 22), a venda de artesanato (FIGURA 23), a apresentação do grupo de canto das crianças e o *mboray* e as rodas de conversa, com a história da aldeia, sua organização interna e os aspectos da cosmologia e do *nhandereko* (Tenondé Porã, 2018). O traslado é por conta do visitante, nos casos de pernoite, a hospedagem é oferecida em *camping* nas aldeias e a alimentação é inclusa nas vivências de mais de um dia, com alimentos provenientes das comunidades, que fazem parte da cultura alimentar *Mbya Guarani*.

FIGURA 22 - CULTURA ALIMENTAR MBYA GUARANI



FONTE: PV TENONDÉ PORÃ (2018)

FIGURA 23 - COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO MBYA GUARANI



FONTE: PV TENONDÉ PORÃ (2018)

O Quadro 14 mostra que os serviços e os insumos utilizados durante as vivências são provenientes das próprias comunidades. Sendo assim, todos os PVs têm, na atividade turística, um canal de comercialização dos produtos locais e de artesanato como forma de estimular o etnodesenvolvimento e, também, de educar sobre o Bem Viver incorporando a produção local e a cultura alimentar regional, apresentando alimentos tradicionais das comunidades na formação dos roteiros, venda de artesanato e prestação de serviço, incorporando aspectos da produção e cultura local, conforme a realidade de cada comunidade e proposta dentro dos princípios do TBC (BRASIL, 2018; RIBEIRO, 2017; JESUS, 2012; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009; PROJETO BAGAGEM, 2010).

QUADRO 13 – Interculturalidade

CRITÉRIOS	COMPARTILHAMENTO DO ESPAÇO	PARTICIPAÇÃO CULTURAL
Objetivos	Verificar se o visitante e a comunidade dividem o mesmo lugar, e este representam um espaço de encontro e convívio	Identificar o acesso do visitante ao patrimônio material e imaterial da comunidade
Serras Guerreiras do Tapuruquara	As vivências ocorrem dentro das comunidades e nas trilhas e atrativos naturais existentes no território indígena, sendo esse o espaço de encontro e convívio entre população local e visitante.	O visitante tem acesso direto ao patrimônio material e imaterial das comunidades.
Rio Marié	O período proposto para a visita ocorre no barco-hotel e barcos que levam os visitantes para a prática da pesca esportiva dentro do território indígena. Não tem acesso direto às comunidades, porém, quem trabalha em toda a operação são os moradores das comunidades, momento em que ocorre o encontro e convívio.	O visitante tem acesso parcial ao patrimônio material e imaterial das comunidades
Yaripo	Os visitantes não têm acesso direto às aldeias. O plano propõe a trilha e a subida ao Pico da Neblina, expedição e vivência toda guiada pelos representantes do povo Yanomami, que executam este trabalho.	O visitante tem acesso parcial ao patrimônio material e imaterial das comunidades
Tenondé Porã	As vivências ocorrem dentro das comunidades e nas trilhas e atrativos naturais existentes no território indígena, sendo esse o espaço de encontro e convívio entre população local e visitante.	O visitante tem acesso direto ao patrimônio material e imaterial das comunidades.

Fonte: Adaptado de FABRINO (*et al*, 2016) e PVs analisados.

O Quadro 15 se refere à interculturalidade, à realidade sobre as relações interétnicas no compartilhamento dos espaços e na participação do visitante, se este tem acesso ao patrimônio cultural das aldeias. Esses conceitos são apresentados por diversos autores no referencial teórico, como alternativa para o etnodesenvolvimento nas comunidades dentro do TBC. Trazendo novamente a questão da reciprocidade no conceito de dádivas, numa relação ética e solidária em roteiros que proporcionem uma vivência total entre visitantes e comunidades, ou parcial no caso dos PV Rio Marié e Yaripo, em que o visitante não acessa diretamente as aldeias, as propostas de TBC dos PVs analisados promovem interações e experiências de aprendizado, trocas culturais e diálogo entre os grupos envolvidos, beneficiando as comunidades e visitantes, visando o Bem Viver e bem-

estar coletivo, protagonizados pela comunidade e com participação ativa dos visitantes, numa economia voltada para a troca de saberes, experiências e serviços, conforme conceitos trazidos no referencial teórico, nas citações do ICMBIO (2019); TUCUM (2017); Emmendoerfer e Moraes (2014); Salles e Salles (2010) e Zaal (2009).

Os PVs confirmam também quanto aos roteiros de TBC baseado especialmente nos patrimônios culturais e naturais do local, oferecendo produtos e serviços que representem a realidade e o modo de vida da comunidade (FIGURA 24).

FIGURA 24 - ROTEIRO COM PASSEIO DE CANOA



FONTE: PV Serras Guerreiras do Tapuruquara (2018).

No caso dos PVs Serras Guerreiras do Tapuruquara e Tenondé Porã, além do patrimônio natural e da paisagem apreciada durante as trilhas no território, as vivências proporcionam que as comunidades apresentem sua cultura através das casas e demais patrimônios arquitetônicos da comunidade, também na participação de festas e ritos sagrados, no feitiço de alimentos de receitas tradicionais e artesanato, podendo adquirir o artesanato, bem como aprofundar no patrimônio imaterial e cosmologia, aprendendo em rodas de conversa sobre a história e o uso das ervas e da medicina tradicional. Ou seja, a interculturalidade ocorre na participação ativa e de forma imersiva no modo de vida nas aldeias. Nos PVs Rio Marié e Yaripo (FIGURA 25), por terem as expedições de pesca artesanal e montanhismo, respectivamente, como foco central da proposta, essas relações

acontecem nas conversas e trocas durante os dias e atividades previstas nos roteiros, sem acesso e convívio direto aos ambientes das aldeias (SERRAS GERREIRAS, 2018; RIO MARIÉ, 2018; YARIPO, 2017; TENONDÉ PORÁ, 2019; MORAES, *et al*, 2013; HALLACK, *et al*, 2011; SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

FIGURA 25 - EXPEDIÇÃO YARIPO



FONTE: PV YARIPO (2018)

QUADRO 14 – QUALIDADE AMBIENTAL

CRITÉRIOS	SANEAMENTO AMBIENTAL	MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS
Objetivos	Identificar como se dá a gestão/acesso da comunidade em relação a três aspectos: Resíduos sólidos; efluentes, e Abastecimento de Água	Identificar o manejo dos recursos naturais locais sob duas partes perspectivas: Institucional, refere-se às ações de caráter administrativo, legal e/ou político, lutas para salvaguarda dos recursos naturais locais; Técnico, relaciona-se ao manejo específico adotado na gestão dos recursos locais (técnicas, petrechos e ofícios)
Serras Guerreiras do Tapuruquara	As comunidades foram capacitadas e orientadas acerca da separação e destinação do lixo, com apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santa Isabel do Rio Negro. A oficina tratou também dos cuidados com o uso da água e no tratamento dos alimentos, da construção de banheiros secos e de boas práticas para manter a comunidade limpa e saudável.	O povos indígenas do Médio Rio Negro são responsáveis pela gestão territorial e ambiental do seu território, embora enfrentem sérios problemas e conflitos geracionais nesse sentido. O ICMBio fomenta o manejo dos recursos naturais.

Rio Marié	Com o propósito de minimizar os impactos ambientais, é feito um tipo específico de manejo de resíduos sólidos e líquidos gerados durante a operação. A água utilizada é proveniente do próprio Rio Marié.	Um dos objetivos específicos do projeto é “contribuir para a preservação e conservação dos recursos naturais por meio de um programa de turismo de pesca esportiva de baixo impacto”.
Yaripo	Os representantes do povo Yanomami que trabalham na operação foram capacitadas e orientadas acerca da separação, destinação do lixo e para orientar os visitantes quanto aos cuidados necessários. É feito um tipo específico de manejo de resíduos sólidos e líquidos gerados durante a operação.	O povo Yanomami é naturalmente responsável pela gestão ambiental do seu território, embora enfrentem sérios problemas e conflitos geracionais nesse sentido, principalmente com o garimpo. O ICMBio fomenta o manejo dos recursos naturais no PARNA Pico da Neblina, além do ISA.
Tenondé Porã	Cada aldeia e atrativo natural tem uma estratégia para gestão de resíduos sólidos e abastecimento de água, conforme a realidade de cada comunidade.	O povo Mbya Guarani é responsável naturalmente pela gestão ambiental do território.

FONTE: Adaptado de FABRINO (*et al*, 2016) e PVs analisados.

No quesito qualidade ambiental, esse princípio se dá pelo cuidado com o saneamento ambiental e gestão de resíduos sólidos, água e efluentes e pelo manejo e gestão dos recursos naturais. O cuidado com o meio ambiente está diretamente ligado ao modo de vida dos povos indígenas. A gestão dos recursos está relacionada ao conceito de etnodesenvolvimento e Bem Viver, com o objetivo de reduzir os impactos causados pela atividade turística, protegendo biodiversidade local dos sistemas e tecnologias agrícolas tradicionais de manejo dos recursos, sendo mais uma forma de transmissão dos conhecimentos tradicionais e intercâmbio cultural (FUNAI, 2020).

O Quadro 11 apresenta a realidade das comunidades participantes dos PVs, respeitando seu modo de vida, a relação empírica de preservar e viver em harmonia com a natureza, as florestas e a biodiversidade, protegendo seus territórios ancestrais de forma sustentável garantindo e preservando a cultura e território para as gerações futuras. Todos os PVs analisados apresentam seu manejo de recursos naturais e resíduos mais bem detalhado no Apêndice E desta pesquisa. Todos os PVs apresentam o cuidado com a questão ambiental conforme seu modo de vida, organização interna e os treinamentos feitos previamente, na intenção de se relacionarem com novas e possíveis situações geradas pela atividade turística, que provavelmente eram desconhecidas pelos indígenas das aldeias participantes, até o

início da realização das atividades. Reduzindo, assim, possíveis impactos negativos que podem ser gerados pelo TBC nas comunidades (CORBARI; BAHL; SOUZA, 2017).

7.3. O Bem Viver na fala de povos indígenas brasileiros

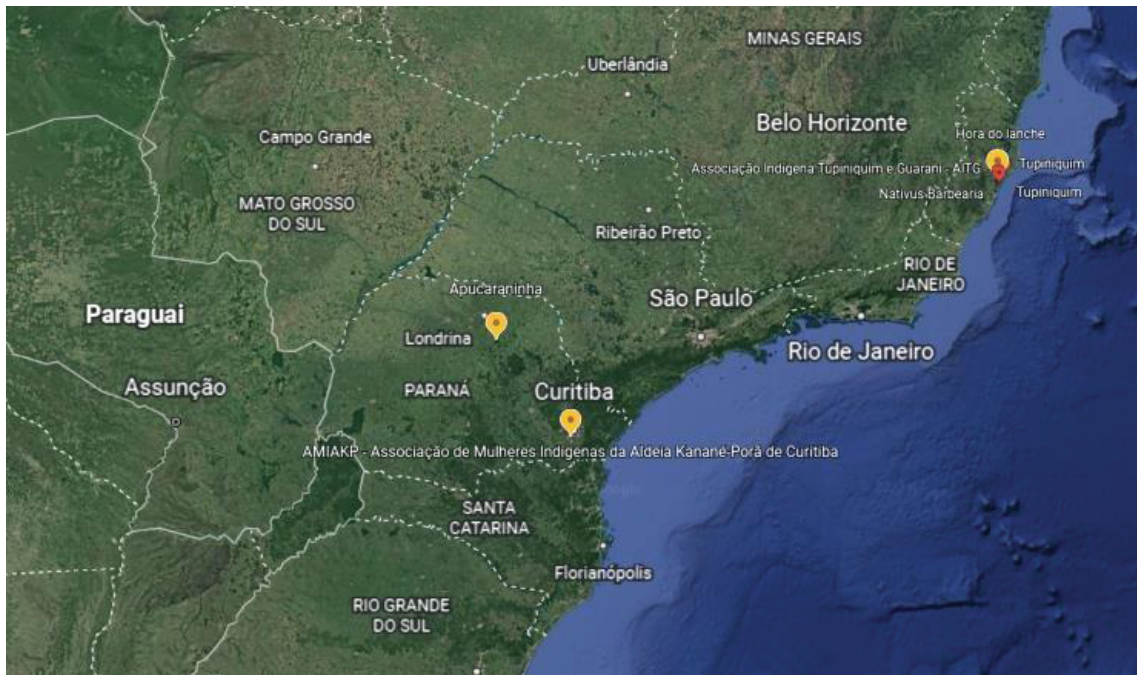
Para compor o estudo do Bem Viver e dos povos originários do Brasil, este capítulo apresenta os principais aspectos citados nas falas das lideranças indígenas entrevistadas de diferentes povos indígenas e regiões, de acordo com as questões: “O que é o Bem Viver na visão de seu povo?” e “Como é o BV na sua aldeia?” Não são as lideranças dos PVs analisados, pois não foi possível acessar diretamente as comunidades no período de pandemia. Porém, são falas de importantes lideranças de outros povos indígenas dando base para este estudo, uma vez que se entende o BV como um aspecto comum do modo de vida dos povos originários como uma retomada de realidade e uma proposta ancestralmente vivida pelos povos originários das Américas (FRIGGERI, 2020; QUIJANO, 2014). As TIs das lideranças participantes estão identificadas nos mapas das Figuras 26 e 27 para melhor entendimento sobre localização e região que cada uma se encontra.

FIGURA 26 - MAPA NORTE E NORDESTE BRASILEIRO: ALDEIAS CAMPINA, LAGOA BONITA, FULNI-Ô E KARIRI XOCÓ



FONTE: Identificado pela autora com base nos dados do GOOGLE EARTH (2021)

FIGURA 27 - MAPA SUDESTE E SUL BRASILEIRO: ALDEIAS TUPINIKIM, APUCARANINHA E KAKANÉ PORÃ



Fonte: Identificado pela autora com base nos dados do GOOGLEEARTH (2021)

Iniciando com Juliana Alves, do povo Jenipapo-Kanindé, da Terra Indígena Lagoa Encantada, localizada no município de Aquiraz, no estado do Ceará, região Nordeste. Diretora na Escola Indígena Jenipapo-Kanindé, mestranda em Antropologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Filha de Cacique Pequena, reconhecida como a primeira mulher indígena a se tornar cacique no Nordeste, uma importante liderança no cenário nacional na luta pelos direitos das mulheres indígenas e de todos os povos originários do Brasil (MENDES; PAIVA, 2018). Juliana conta que, desde criança, acompanha sua mãe nas lutas, momentos em que fazia a filha anotar tudo o que era falado durante os encontros e reuniões, assim, ela se interessou cada vez mais em estudar e aprender, além de seguir nas frentes de lutas pelos direitos dos povos originários, em especial, das mulheres indígenas, como uma das lideranças da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA).

Dos principais aspectos sobre o BV trazidos por Juliana, destaco: ter território garantido e livre através da demarcação das terras indígenas; floresta livre dos interesses dos latifundiários, de todo desmatamento e poluição; natureza limpa; viver numa terra sem males, sem ambição e sem derramamento de sangue; respeito com os povos originários; direito de manter a cultura e tradição; cuidado da comunidade

com a mãe natureza, o plantio, o roçado e a pesca, a maneira como eles vão fazer os seus roçados, e o povo como guardiões da floresta e protetores do território. Tais aspectos confirmam a citação de Acosta (2016) sobre a forma natural e essencialmente do modo de vida de vida comunitário dos povos originários, que vivem em contato harmônico e em plenitude com o território e a natureza e o BV. Complementando e trazendo o trecho da fala da entrevistada, presente no Apêndice G: “Nós acreditamos que o Bem Viver é termos nossa espiritualidade, é podermos fazer os nossos rituais, é podermos fazer as nossas rezas, os nossos cantos e sabermos que ali estamos buscando as forças dos nossos Encantados”. A aldeia Jenipapo Kanindé também faz parte da REDE TUCUM de TBC e teve seu projeto de turismo elaborado em parceria com a rede, que reúne grupos de comunidades da zona costeira do estado do Ceará em planejamentos de projetos de TBC na região (REDE TUCUM, 2017).

O povo Fulni-ô, também da região Nordeste, vive na Terra Indígena Fulni-ô, município de Águas Belas, no sertão pernambucano. Um povo que mantém firme a sua cultura, passando os saberes tradicionais de geração em geração. Preservam sua língua, o Yaathe, única língua indígena que ainda é viva no Nordeste brasileiro, um ponto central na preservação da cultura (SÁ, 2017). As crianças aprendem a língua em casa, no contato com a família e de forma sistemática na escola. Outra questão é o Ouricuri, ritual sagrado onde o povo se muda por três meses para uma aldeia dentro da floresta para rituais e atividades restritas ao povo. Tanto a língua como o ritual sagrado são mantidos em segredo e atribuem a resistência da cultura a esses cuidados da comunidade (FUNAI, 2019). As falas de Cacique Cícero de Brito e do ancião Glaucio Leite Txhleka sobre o BV na visão do povo Fulni-ô estão no apêndice G, porém, destaco os seguintes aspectos traçados por eles: viver em harmonia, de bem com a natureza, ter comida e água farta, família indígena unida, paz, saúde; vida bem-sucedida dentro da realidade cultural; na paz de Deus; manter o equilíbrio psicológico; firmeza na fé e na sociedade; respeitar os mais velhos; ter sua casa e “a gente viver respirando esse ar naturalmente, espontaneamente, que Deus dá, sossegado, sem problemas que venham comprometer o nosso ser material. Isto é Viver Bem!” Assim como a fala de Krenak (2017), quando afirma que, dentro da cosmologia, os povos originários têm também uma relação espiritual com a terra e o povo Fulni-ô tem essa força, que mantém em segredo, como estratégia de resistência e sobrevivência da cultura.

Trazendo mais uma fala de povos da região Nordeste, a Terra Indígena Kariri Xocó está localizada no município de Porto Real do Colégio em Alagoas. O povo Kariri Xocó representa a fusão de vários grupos indígenas que restaram após séculos de aldeamento e catequese impostos pela Igreja, conforme dados apresentados no referencial teórico do autor Sá (2017). Hoje seu cotidiano é marcado pelo trabalho nas diferentes atividades agropecuárias, muito próximas às realidades das demais comunidades de baixa renda da região. Porém, é um povo que mantém sua cultura e características peculiares preservadas pela manutenção do ritual do Ouricuri, ritual de 15 dias, que acontece nos meses de janeiro e fevereiro, numa outra aldeia construída para o ritual, momento em que se encontram todos os Kariri Xocó, mesmo os que não moram mais na aldeia. Esse momento traz sentido à vida do povo, é o princípio organizador quanto a terra, à família, à identidade e à chefia.

Estrutura a vida perceptível mediante a ordenação do sagrado, do misterioso, do intangível, daquele reduto da vida indígena que a sociedade nacional não consegue dominar (MATA, 1999, s/p).

Da fala do cacique Wiryçar Kariri Xocó, no Apêndice G, trago os principais tópicos sobre o que é o BV para eles na aldeia: viver em conjunto; plantar; trabalhar em grupo; ter a escola dentro da comunidade, viver em harmonia, trabalhar a cultura dentro da própria comunidade, e trazer o conhecimento para os jovens e crianças. “É por isso que a gente torna a nossa comunidade Kariri Xocó num ambiente muito bom e tranquilo, com esse contato com a natureza, com os rios, que traz a tranquilidade e nos acalma. É esse um pouco do Bem Viver dentro de Kariri Xocó!”, resgatando a ideia de Nhandewa (2021), quando trata da importância da educação indígena nas escolas como instrumento para manter a cultura viva e a Pedagogia da Esperança de Freire (1992).

Como representante de povos da região Norte do Brasil, o Cacique Nea Noke Koĩ, do povo Noke Koĩ, fez a gentileza de enviar sua fala. Este povo vive na aldeia Toniya, município de Taraúaca, no Acre, onde 97% da população é falante da sua língua originária e somente 3% fala português. São chamados de ‘Katukina’ pelos não indígenas e vem avaliando esse nome e resgatando os saberes a partir das histórias dos antepassados, que contavam que o seu nome, Noke Kuĩ, significa ‘povo verdadeiro’ e, aos poucos, estão deixando de usar ‘Katukina’. A fala de Nea (2020) sobre o BV de seu povo traz como aspecto fundamental a relação com a

natureza e a floresta, numa fala curta e direta, como a própria comunicação de seu povo, presente na transcrição abaixo:

Acho que tudo isso é muito importante para os povos indígenas, o Bem Viver a gente considera que é muito importante, porque, dentro da floresta, a gente se trabalha, né, então isso é pra todos os povos originários que precisam se manter e viver na floresta e dentro da nossa biodiversidade (2020, s/p).

Como povo da Amazônia brasileira vive inserido na floresta, em áreas preservadas e distantes dos grandes centros urbanos, da fala acima, pode-se traçar um paralelo sobre o BV como a forma de vida comunitária e a base do pensamento dos povos indígenas ser ligada diretamente às necessidades humanas e ao respeito à natureza, existindo um equilíbrio nessa condição, considerada sagrada por esses povos, como as palavras de Bortman, (2018) e Acosta (2016).

Dos povos do Sudeste, trago as falas do povo Tupinikim, que vive na Terra Indígena Caieras Velha, no município de Aracruz, no Espírito Santo. Recentemente tiveram seu modo de vida desestruturado em consequência do desastre ambiental causado pelo rompimento da barragem do Fundão em 2015, no município de Mariana, em Minas Gerais. A lama de rejeitos que chegou ao mar do Espírito Santo avançou até o rio Piraquê-Açu e, conseqüentemente, impactou as águas, o mangue e o modo de ser e de viver na aldeia. Vivem em desigualdades e disputas desde a chegada dos navegadores portugueses, passando por diversos conflitos com grandes empreendimentos econômicos. “A lama de rejeitos chega para agravar um quadro já posto de violação de direitos” (MATTEDI, 2019, p. 6). Sobre o BV na visão Tupinikim (Apêndice G), mediante as fala de Maria Tupinikim da Silva e de Nil Loureiro, vice-presidente da Associação Indígena Tupinikim e Guarani, trago como tópicos essenciais: a vida antigamente, quando viviam do mangue e no modo de vida da cultura e saberes ancestrais; viver das coisas naturais; estar em paz consigo mesmo e que reflita nas outras pessoas; conviver com harmonia no ambiente que a gente vive; respeitar a natureza e usufruir só necessário pra nossa sobrevivência e saber ir pra saber voltar. “Talvez seja por isso que o mundo está do jeito que tá, né, porque falta muita harmonia, falta paz nas pessoas. E falta também a busca por ela, né, às vezes as pessoas deixaram de lado e não buscam mais isso, talvez por isso que o mundo está desse jeito aí”. A ideia trazida nas falas dessas lideranças do povo Tupinikim faz referência ao que se

entende por protagonismo indígena, que se apresenta, nos últimos tempos, num contexto decolonial dos povos latino-americanos, onde o BV emerge como uma retomada de realidade e práticas sociais ancestralmente vivida pelos povos originários das Américas (FRIGGERI, 2020; QUIJANO, 2014).

Por fim, trago a visão sobre o BV do povo Kaingang da região Sul, na fala de Ivan Bribis Rodrigues Kaingang, da TI Apucarantina, município de Tamarana, no estado do Paraná. Graduado em Direito, é uma importante liderança indígena, com atuação nas aldeias Kaingang do Sul do Brasil. Um dos principais trabalhos é com o grupo *Nên Ga*, formado por jovens e adultos da TI Apucarantina, que, desde 2013, trabalha no fortalecimento e no resgate de práticas e conhecimentos Kaingang que estavam sendo esquecidos. Seu nome pode ser traduzido como “donos da mata” ou “bichos da mata” (FIDELIS, 2020, p. 35). E, para complementar sobre o BV do povo Kaingang, a fala da importante liderança Jovina Renhga, que mora na TI Kakané Porã, em Curitiba, no Paraná, uma das fundadoras da aldeia no ano de 2008, contribuiu também na fundação Casa de Passagem Indígena de Curitiba em 2015, recém-extinta pela prefeitura da cidade, além de estar presente em lutas indígenas no cenário nacional. Dentre as falas transcritas no Apêndice G, destaco: fortalecer a cultura; fazer uma luta organizada e coordenada pelas garantias dos direitos a terra e de manter a cultura e a língua, para essa e para as futuras gerações; preservar lagos, rios, minas e ribeirões; estar junto com os familiares; repassar os conhecimentos para os jovens e crianças; ter espaço para ter sustentabilidade, parceria com a escola, trabalhar ideias e projetos diferenciados, práticas de lazer, atividades de coleta, caça e pesca; rodas de conversas para pensar no futuro, como se organizar, transferência de conhecimento priorizar a alimentação vinda da coleta ou da produção interna; cuidado coletivo com as crianças; crianças vivendo livres dentro da comunidade; demarcação das terras indígenas; estar na luta junto com os outros povos, e que a sociedade não indígena também tenha consciência e respeito sobre a luta indígena. Esse conjunto de ideias fortalece a importância da institucionalização do conceito de BV como garantia de direito de os povos indígenas viverem seu modo de vida sobre a terra, além de respeitar a natureza como sujeito de direitos e considerar os direitos humanos e a preservação das florestas como os principais pilares necessários para a criação de políticas públicas de desenvolvimento (OSÓRIO, 2018).

Percebe-se que, mesmo estando em regiões diferentes do território brasileiro, em terras indígenas demarcadas ou não, o discurso sobre direito a terra e a importância da demarcação dos territórios e preservação da natureza, a terem a liberdade de manter seu modo de vida, conforme sua cultura ancestral e o sagrado é presente em todas as falas. Mesmo que a relação com os não indígenas tenha trazido muitas mudanças nesse período pós-colonização, estão presentes nos povos indígenas a forte relação com a natureza e a vontade de viver numa perspectiva decolonial e fora dos padrões de uma sociedade de consumo que coloca em risco a sobrevivência do planeta, estando livres para o Bem Viver em seus territórios. Como defende Acosta (2016), o modo de vida dos povos originários deve ser conhecido por mais pessoas, de forma que entendam, respeitem, valorizem e reproduzam, de certa forma, incorporando aos poucos esses recursos em suas vidas como elementos de transformação da sociedade.

Sendo assim, a breve experiência prática retratada em todas as falas destas lideranças neste capítulo, se torna o exemplo real da própria discussão sobre os dados e resultados desse contexto, confirmando as referências trazidas sobre o Bem Viver no referencial teórico.

8. CONCLUSÕES

A apresentação dos Planos de Visitação analisados incidiu no foco central desta pesquisa, que partiu do seguinte problema: Os Planos de Visitação em Terras Indígenas contemplam os princípios do Turismo de Base Comunitária? Foi possível constatar, por meio do embasamento teórico, da análise de conteúdo e da discussão dos resultados, que os PVs apresentados contemplam os princípios de TBC, promovem o etnodesenvolvimento e valorizam o Bem Viver nas TIs, com base nas respostas trazidas para cada elemento-chave do TBC, definidos por Fabrino *et al* (2016).

Como objetivo geral desta dissertação, estava previsto analisar os Planos de Visitação de Turismo de Base Comunitária em Terras indígenas à luz do etnodesenvolvimento e do Bem Viver. Nesse sentido, as diretrizes apresentadas na IN nº 03/2015 da FUNAI, voltadas para o desenvolvimento do TBC em TIs serviram de base para a pré-análise dos PVs, de forma que cada diretriz traçada serviu como categoria de análise desses documentos, sistematizando e descrevendo o conteúdo

dos PVs em questão, que estão dispostos com mais profundidade de detalhes nos quadros apresentados nos Apêndices de A ao F.

A análise de dados verificou que as ações propostas nos PVs contemplam o protagonismo das comunidades, de acordo com os princípios do TBC, e a valorização e a promoção da sociodiversidade e biodiversidade, por meio da interação com os povos indígenas, suas culturas materiais, imateriais e o meio ambiente. Além disso, as atividades valorizam e promovem o BV dos povos indígenas incluídos nos projetos, dando visibilidade através das vivências propostas de etnodesenvolvimento através dos projetos de TBC em TIs. Alcançando, assim, o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa mediante pesquisa bibliográfica e documental, e com análise de conteúdo dos documentos apresentada. Além disso, os depoimentos das lideranças indígenas sobre o BV apresentados no capítulo 7.2 confirmaram os aspectos base do modo de vida dos povos originários, conforme a teoria apresentada no capítulo 2, enfatizando a importância da preservação de seu próprio modo de viver na visão dos povos.

Os conhecimentos adquiridos nos estudos sobre o turismo, o entendimento de que o TBC pode ser uma alternativa para a geração de trabalho e renda e melhoria na qualidade de vida dessas comunidades e a vivência pessoal com os povos indígenas foram o ponto de partida para aprofundar essa pesquisa, confirmado pelo interesse desses povos, que também acreditam nessa ideia como uma economia mais limpa de desenvolvimento e proteção de seus territórios. Nesse caminho de aprendizados que percorri nesse tempo, nos encontros, nas trocas e nas conversas com os povos originários, aliando aos conhecimentos que adquiri na academia, observo que esta pesquisa pode contribuir para futuros projetos de TBC em TIs para os povos indígenas realizarem projetos em suas aldeias e para dar sequência em pesquisas com diferentes enfoques sobre os PVs em TIs.

Demais detalhes sobre a execução dos PVs, que não entraram na discussão, estão presentes nos quadros apresentados nos apêndices, como resultado da categorização e codificação dos planos, feito com base na IN nº 03/2015 da FUNAI, dados pertinentes para consulta e para o planejamento de projetos futuros projetos de TBC em TIs.

A pandemia foi a principal limitação para a realização desta pesquisa, uma vez que impossibilitou realizar atividades de campo, que seria fundamental para complementar e enriquecer o estudo, bem como aprofundar a investigação trazendo

aspectos das aldeias pesquisadas que surgem em vivências práticas. Nesse momento, são inúmeros desafios perante a crise humanitária e civilizatória que se apresenta no cenário mundial, porém, os povos indígenas vivem estados de alerta, resistindo há muitos anos, como nos mostra a história. Eles seguem firmes na defesa de seus territórios, sua ancestralidade e suas vidas, pela principal luta na demarcação de terras, atualmente em retrocesso devido à tese do marco temporal, na defesa contra grilagem de suas terras, garimpo e desmatamento ilegal, e diferentes tentativas de invisibilizar suas culturas e modos de vida, além da realidade mais recente na luta contra a pandemia. A educação, tanto na esfera escolar e de formação acadêmica, como na esfera política, social, ambiental, familiar, comunitária, entre todos os tipos de interação humana, também se apresenta como importante ferramenta para a valorização e a visibilidade dos povos originários e o BV.

As terras indígenas tem diferentes perspectivas e realidades nas regiões brasileiras, tanto pelo histórico da colonização, como pelos processos de aldeamento e demarcação dos territórios. E a demarcação de seus territórios são direitos constitucionais conquistados pelo reconhecimento de sua organização social, costumes, língua, crenças e tradições, garantindo a salvaguarda dessas culturas originárias no país. Com base nos dados apresentados neste estudo sobre o TBC em TI, alguns potenciais das atividades de turismo, nesse contexto, podem ser destacados:

- Os PVs permitem formalizar as atividades de turismo nas aldeias, que já são praticadas há bastante tempo em muitas TIs, assim, conseguem ter mais proteção e garantia de direitos sobre as atividades realizadas;
- A liberdade que as aldeias têm em estabelecer e fortalecer parcerias técnicas em prol do etnodesenvolvimento através do planejamento do PV, comercialização, execução dos projetos e realização das atividades de turismo;
- Possibilidade de capacitação, inclusão e empoderamento das aldeias, respeitando a organização interna e as relações modo de vida desses povos, no processo de desenvolvimento do TBC nos territórios;
- Possíveis melhoras na infraestrutura das aldeias, de modo a beneficiar tanto a comunidade, como preparar para a recepção dos visitantes;
- Geração de renda e democratização na divisão dos lucros gerados pelas atividades de turismo;

- Contribuição na construção e fomento de políticas públicas voltadas ao TBC em TI, como possibilidade de desviar o foco da ideia de herança colonial de tutela da FUNAI;
- Desperta as comunidades para a construção de novos projetos de etnodesenvolvimento e formas de educação para o BV através do TBC nas Tis;
- Contribui para o resgate de saberes tradicionais entre a própria comunidade, despertando também o interesse dos mais jovens buscarem mais informações com os anciãos para repassarem aos visitantes;
- Retorno de membros que estejam em atividades fora de suas aldeias, muitas vezes correndo risco de vida como o caso do garimpo na Amazônia e a realidade do povo Yanomami, que veem o turismo como uma alternativa e oportunidade de manterem suas famílias;
- Existe uma demanda crescente para esse tipo de proposta de turismo de imersão cultural e de aproximação com as culturas originárias, tanto pelo BV, as trocas culturais e a possibilidade de vivenciar o modo de vida de diferentes povos, como pela natureza preservada em seus territórios;
- A importância da conscientização dos visitantes através do conhecimento prévio do manual de conduta, evitando possíveis transtornos e desgastes das aldeias com a presença dos turistas, e
- E um ponto fundamental e grande diferencial do TBC em TI: a autenticidade e diversidade de novas propostas que podem surgir, devido a especificidade de cada povo.

A elaboração de roteiros de TBC deve ser embasada em aspectos culturais, históricos, espirituais, ritualísticos, nos ancestrais e dos anciãos, nas formas de cura, de manipulação das ervas, na arte, na música, na dança, nas brincadeiras, no artesanato, na cultura alimentar, na forma de trabalho, de organização, na gestão e na mobilização das comunidades. Além disso, deve considerar também a situação territorial, a relação do cotidiano com a natureza, na geração de energia, na produção de alimentos e no tratamento de resíduos, entre outros aspectos que podem servir de atrativos, além dos próprios elementos da paisagem (PROJETO BAGAGEM, 2010).

Sendo assim, a riqueza dessa proximidade, da troca cultural e interétnica que o TBC proporciona, de forma ética e sustentável em diferentes paisagens, como os exemplos vistos nas propostas de PVs analisadas, pode gerar novas possibilidades

de vivências em TIs, que servem como ferramenta para fortalecer a luta dos povos indígenas, contribuindo também para a quebra de preconceito, a valorização da cultura originária, o etnodesenvolvimento, a demarcação das TIs e a permanência das comunidades em seus territórios tradicionais.

Esta pesquisa contemplou os objetivos propostos inicialmente, além de considerar os anseios pessoais de uma pesquisadora ativista do movimento indígena, que pode, enfim, trazer a temática sob a perspectiva decolonial e as narrativas dos povos originários em ambiente acadêmico, firmando muito do que tenho aprendido sobre o BV nas experiências com esses povos. Concluindo, o presente material se torna pertinente nos estudos de TBC em TI, dando sua contribuição teórica e acadêmica para a continuidade dos estudos no tema, que podem servir de base tanto para aprofundar esses estudos em campo, como fonte de pesquisa secundária, como também, em especial, para facilitar que os povos indígenas de outras TIs, que despertem o interesse em iniciarem novos projetos de TBC, tendo este estudo como material de apoio para o planejamento e desenvolvimento de PVs em seus territórios.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** Editora Elefante, 2016.

ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. **Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?** Desenvolvimento e Meio ambiente, v. 40, p. 231-251, abr. 2017.

ALCANTARA, L. C. S.; TIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C. **Turismo de base comunitária e Bem Viver.** REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA, v. 12, n.1, p. 58-73. Fortaleza, 2018.

ALFINITO, A. C.; AMADO, L. H. E. **A aplicação do marco temporal pelo poder judiciário e seus impactos sobre os direitos territoriais do povo Terena.** Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-RJ. Revista Eletrônica. Artigo 2. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://revistaeletronica.oabRJ.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Artigo-2-AAplica%C3%A7%C3%A3o-do-Marco-Temporal-pelo-Poder-Judiciario-e-seusImpactos-sobre-os-Direitos-Territoriais-do-Povo-Terena.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2021.

ALMEIDA, E. A. de; SILVA, J. F. da. **Abya Yala Como Território Epistêmico: Pensamento Decolonial Como Perspectiva Teórica.** Interritórios | Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco, V.1, N.1. Caruaru, 2015.

APIB. **Demarcação já! Não existe solução para crise climática sem Terras e Povos Indígenas.** Articulação dos Povos Idôneas do Brasil (APIB). Carta. COP26. Glasgow, nov. 2021.

BARBOSA, L. C. M. **A terra indígena Raposa Serra do Sol e a petição 3388: retrocessos à questão indígena contemporânea.** Acervo Digital da UFPR. Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/62822/LUCAS%20CAVICHIOLO%20MOREIRA%20BARBOSA.pdf?sequence=1&isAll owed=y>. Acesso em: 17 set. 2021.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo: SENAC, 2002.

BORTMAN, R. **O Reconhecimento do Bem Viver como um Direito Fundamental.** Revista Direitos Fundamentais e Alteridade, Salvador, V. II, Nº 02, p. 275 a 297, jul-dez, 2018.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas.** Relatório. Vol II, texto 5. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20%20Texto%205.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2021.

BRASIL. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: Caderno de Experiências.** Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). 1. ed. Brasília, 2019.

BRUNACCI, A.; PHILIPPI JR, A. **A dimensão humana do desenvolvimento sustentável.** In: PHILIPPI JR, A. PELICIONI, M.C.F. Educação Ambiental e sustentabilidade. 2ª ed. rev. e atual. Barueri, SP: Manole, 2014.

CARNEIRO, J. **Como se move o turismo durante a pandemia da COVID19?** Chamada especial: Turismo e Covid-19. RB TUR 15 (1). Jan-abr, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbtur/a/rmSVQFWCd3CXdDJvqcYBRpt/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CIMI. **Violência contra os povos indígenas no Brasil – dados de 2019.** Relatório. Conselho Indigenista Missionário - Cimi. Brasília, 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contraos-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2021.

CONTI, B. R.; ANTUNES, D. de. C. **Turismo e economia solidária: uma aproximação relutante** - *Tourism and solidarity economy: a reluctant convergence.* Revista Rosa dos Ventos, v. 12, n. 1, 2020.

CORBARI, S. D. **Alternativas ao desenvolvimento, autonomia dos povos indígenas e limitações: o caso do turismo em terras indígenas.** Revista de Turismo Contemporâneo - RTC, v. 5, n. 2, p. 301-322. Natal, jul./dez. 2017.

CORBARI, S. D.; STORNILO, R. S. **Relato de Evento. 1º Seminário Nacional Povos Indígenas: etnodesenvolvimento e sustentabilidade - Painel Turismo em Terras Indígenas.** Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade, 14(1), 2021.

D'ANGELIS, W. da R. **Aprisionando Sonhos: A educação escolar indígena no Brasil.** 1 ed. Campinas: Curt Nimuendajú, 2012.

Escobar, A. **Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencias.** Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P. do; COSTA, H. A. **Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas.** Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 172- 190, dez. 2016.

Ferreira, W. A. de A.; Zitkoski, J. J. **Educação escolar indígena na perspectiva da educação popular: em defesa da Pedagogia Cosmo Antropológica.** REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental, 34(3), 4–20, 2017.

FGV. **Impacto econômico do COVID-19: propostas para o turismo.** Fundação Getúlio Vargas. Coordenador Luiz Gustavo M. Barbosa; equipe técnica André Meyer Coelho, Felipe do Amaral Thompson Motta, Ique Lavatori B. Guimarães. - 2. ed. - Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2020.

FIDELES, J. G. T. K. **Expressões corporais Kaingang como forma de transmissão de saberes na Terra indígena Apucarantina: O Nên Ga.** Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2020. Disponível em:

https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204688/TCC_Jaciane%20Fidelis.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23 jul. 2021.

FIDELES, S. **Pesquisadores avaliam potencial do turismo de base comunitária no pós-pandemia** - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/pesquisadores-da-ufmg-avaliamecoturismo-no-pos-pandemia>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

FLORIT, L. F. **Conflitos ambientais, desenvolvimento no território e conflitos de valoração: considerações para uma ética ambiental com equidade social**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 36 (1), 255-271, 2016.

FREIRE, P. **Conscientização, teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, A. F. de. **Economias para o Bem Viver: Uma reflexão para a sociedade pós-pandemia**. Nau Social - Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (PDGS/CIAGG e Observatório FGS). V. 12, nº. 22, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/37814>. Acesso em: 22 jul. 2021.

FRIGGERI, F. P. **Buen Vivir y Socialismo Indoamericano: uma búsqueda epistémico-política**. Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA). Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 36, nº 105, São Paulo, 2020.

FUNAI. **Yaathe, a língua do misterioso mundo Fulni-ô - Especial Ano Internacional das Línguas Indígenas**. Brasília, abr/2019. Disponível em: <http://www.FUNAI.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/5375-iyil2019-yaatheo-misterioso-mundo-fulni-o>. Acesso em: 21 jul 2021.

GASPARINETTI, P.; OZORIO, R. **Fortalecendo o Turismo em Terras Indígenas: Análise de Oferta e Demanda do turismo na bacia do Rio Juruena, Mato Grosso**. CSF-Brasil e OPAN. Documento de Trabalho. 2019. Disponível em: https://www.conservationstrategy.org/sites/default/files/fieldfile/Fortalecendo_o_turismo_em_Terras_Indigenas_Documento_de_Trabalho_2.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 5763, 1995.

Gómez, C. P.; Falcão, M. C.; Cherem, L.; Silva, T. do N. **A participação da comunidade no turismo de base comunitária: um estudo de múltiplos casos.** Caderno Virtual de Turismo, vol. 16, núm. 2. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1154/115448575017.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

GONÇALVES, J. **O Bem-Viver e a Radicalidade de Sonhar Outros Mundos.** Usina de Valores. São Paulo, 2018.

GONÇALVES, B. S. **Nos Caminhos da Dupla Consciência: América Latina, psicologia e descolonização.** São Paulo, SP: Ed. do Autor, 2019.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C. **Turismo de Base Comunitária: convivencialidade e conservação ambiental.** Revista Brasileira de Ciências Ambientais, n. 19, p. 12, 2011.

GRÜNEWALD, R. de A. **Turismo e Etnicidade.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 141-159, out. 2003.

IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Rio de Janeiro, 2012.
ISA. O papel das ONGs - Projetos e parcerias. A Sociedade Civil. Instituto Socioambiental. Brasília 2018. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/A_sociedade_civil. Acesso: em 10 jun. 2021.

ISA. **O ISA.** Instituto Socioambiental. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa>. Acesso em: 20 abr. 2021.

KOPENAWA, D. **Bem viver: um aprendizado para a humanidade.** IHU Online, São Leopoldo, ano 10, n. 340, p. 29-30, 23 ago. 2010.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, A. **O amanhã não está a venda.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, A. **A vida não é útil.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, A. **Caminhos para a cultura de Bem Viver.** Organização Bruno Maia. 2021.

LEBARON, F. **Sociologia e ciências sociais em tempos de austeridade.** Revista Sociedade e Estado – v, 33, n. 2, maio/Agosto 2018.

MAIA, F.; FARIAS, M. H. V. **Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América.** Interações, Campo Grande, MS, v. 21, n. 3, p. 577-596, jul./set. 2020.

MALAVÉ. M. M. **O papel das redes sociais durante a pandemia.** Instituto

Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz). Rio de Janeiro, 2020.

MATA, V. L. C. **Kariri Xocó**. Instituto Socioambiental (ISA), Brasília, 1999.

MATOS, J. L. B. **Direito indígena no Brasil: desafios frente à mora do executivo para demarcar as terras habitadas tradicionalmente por índios**. Revista Âmbito Jurídico. Direito Constitucional. 136. São Paulo, 2015.

MATTEDI, T. P. **Terra indígena atingida: Análise dos instrumentos jurídicos para a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem do Fundão (MG) em Aracruz (ES)**. IV Seminário de Ciências Sociais - PGCS. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória/ ES, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br>. Acesso em: 22 jul. 2021.

MENDES, R. V.; PAIVA, A. C. S. **Cacique Pequena: Etnobiografia da Primeira Mulher Cacique do Brasil**. Revista Encontros Universitários da UFC. Fortaleza, v. 3. nº 1, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/eu/article/view/35425>. Acesso em: 21 jul. 2021.

MOLINA, L. **O que é o marco temporal e como ele afeta os indígenas**. In: RODRIGUES, F. O que é o marco temporal e como ele afeta os indígenas. DEUTSCHE WELLE. Poder 360°. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/o-que-e-o-marco-temporal-e-como-ele-afeta-os-indigenas/>. Acesso em: 2 abr. 2021.

MORAIS, W. V.; EMMENDOERFER, M. L.; COSTA, N. M. C. (2013). **Las buenas prácticas del turismo de base comunitaria en el territorio de la Serra do Brigadeiro (Minas Gerais, Brasil)**. Estudios y Perspectivas en Turismo, v. 22, n. 6, novembro. Buenos Aires, 2013.

MTUR. **Retomada do Turismo**. Cartilha do Ministério do Turismo. Brasília, 2019.

NHANDEWA, T. **Perspectiva Guarani Nhandewa sobre formação intercultural de professores indígenas: ancestralidade, espiritualidade, cosmologias e línguas indígenas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, 2021.

NHANDEWA, T. **Perspectiva Guarani Nhandewa sobre formação intercultural de professores indígenas: ancestralidade, espiritualidade, cosmologias e línguas indígenas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2021).

NUNES, C. **Bem viver: vacina contra esta e outras pandemias**. O Joio e O Trigo. 08 jan. 2021. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2021/01/bemviver-vacina-contrasta-e-outras-pandemias/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

OLIVEIRA, L. de; BENITES, T.; DE OLIVEIRA NETO, Ruy. **Sacrifício e quase acontecimento: apontamentos sobre a visibilidade da luta pela terra dos povos indígenas Guarani e Kaiowá**. Cadernos de História, v. 17, n. 26, p. 114-142, 2016.

OLIVEIRA, D.; ADOMILLI, G.; TEMPASS, M. C. **Notas sobre turismo indígena e educação Ambiental a partir de uma experiência etnográfica em andamento junto aos Mbya-Guarani em Domingos Petrolina.** Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande, Ed. Especial EDEA, n. 2, p. 273286, 2019.

OSÓRIO, V. **O Bem Viver a partir de suas institucionalizações.** Ecopolítica, nº 20, p. 59-84, jan-abr, 2018.

PETRAGLIA, I.; DIAS, E. T. D. M.; ALMEIDA, C. **Educação e transformação da realidade planetária: esperança e utopia.** Olhar de professor, v. 23, p. 114. Ponta Grossa, 2020

PIRES, K. A. **Corpo, trajetória e resistência: uma abordagem interseccional.** In: Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul. 2018.

PORTO-GONÇALVES, C. W. P. **Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, p. 25-30, Curitiba: Editora UFPR, jul./dez. 2009.

QUIJANO, A. **“Bien Vivir”: Entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder.** En: *Cuestiones y horizontes: de la dependência histórico-estructural a la colonialidade/descolonialidad del poder.* Buenos Aires: CLACSO, 2014.

RAMIRO, R. **Economia Solidária e turismo - uma avaliação da experiência de incubação de cooperativas populares na cadeia produtiva do turismo na Região Nordeste do Brasil.** Instituto Ambiental Brasil Sustentável. Rede de Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Sustentável (IBertur). Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). Ministério do Turismo (Mtur). Brasília, 2009.

RAMOS, A. R. A.; FERKO, G. P. da S. **Turismo em terras indígenas: Legislação e direitos humanos.** Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR, Penedo, Volume 8, Número 2, dez. 2018.

RIBEIRO, D. B. **Contribuições do turismo para a educação histórico/ambiental: uma análise sobre o parque nacional do monte pascoal.** Anais [do] /III Simpósio de Integração: ensino, pesquisa e extensão: Letramento docente: uma relação audível na prática. Eunápolis, 2017. Disponível em: <http://files.sintepe.webnode.com/2000000553b4693c40a/Anais%20III%20SINTEPE.pdf#page=59>. Acesso em: 20 mai. 2021.

RIO MARIÉ. **Plano de Visitação Projeto Rio Marié – Turismo de Pesca Esportiva.** Brasília, 2018.

SÁ, E. F. de. **Documentação de narrativas de anciãos Fulni-ô.** Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Maceió, 2017. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1eKBwQIzZUq3_VjChIq8YqPu2wQwSqNw/view?fbclid=IwAR1TCyCPhrj3HPnil9Tjz3OpZ42qVg4eZZ_wadg5xrcuPRoXzp4Q50WE0F8. Acesso em: 15 mar. 2021.

SERRAS GUERREIRAS. **Plano de Visitação Serras Guerreiras de Tapuruquara.** Brasília, 2018.

SILVA, J. de S. **Construindo caminhos decoloniais para o Bem Viver: Alternativas de ou alternativas ao desenvolvimento?** Aprendizagem Coletiva e Construção Social do Saber Local – Caminho do Bem Viver. VII Workshop Nacional de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido. Versão revisada. Juazeiro-BA, de 30 de Agosto a 01 de Setembro de 2017.

SILVA, L. A. L. da; MARÉS FILHO, C. F. de. **Marco Temporal como retrocesso dos direitos territoriais originários indígenas e quilombolas.** In: Os direitos territoriais quilombolas além do marco temporal. Goiânia, PUC Goiás, p. 55-83. 2016. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/wpcontent/uploads/2017/08/DireitosTerritoriaisQuilombolas3.pdf>. Acesso em: 17 set. 2021.

SILVA, T. P. G. da. **Quem é o praticante do turismo de base comunitária (TBC)? Proposição de um instrumento de mensuração do comportamento do visitante de TBC no Brasil /** Talita Poliana Guedes da Silva. - 2021.

SOUZA, N. N. da S. de. **Turismo Étnico.** Volume Único / Nadson Nei da Silva de Souza, Thaís Rosa Pinheiro. – Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2018.

TENONDE PORÃ. **Plano de Visitação Tenondé Porã.** São Paulo, 2018.

TIRADENTES, L. **COP 26: expectativas para um mundo melhor? COP 26: expectations for a better world?** Revista Ponto de Vista. v.10, n. 3 – 2021.

VIEIRA, F. P. **Uma educação ambiental para além da pandemia: aprendizados decoloniais com outras comunidades e com outras pedagogias.** Revbea – Revista Brasileira de Educação Ambiental, v. 15, n. 4. São Paulo, 2020.

YAMADA, E. M.; OLIVEIRA, L. A. A. de. **A Convenção 169 da OIT e o Direito à Consulta Livre, Prévia e Informada.** Brasília: FUNAI/GIZ, 2013

YARIPO. **Plano de Visitação Yaripo Ecoturismo Yanomami.** Brasília, 2017

GLOSSÁRIO

Aguyjevete - saudações para o povo Guarani (forma de escrita *Mbya* Guarani)

Etava'e kuery – os muitos, os excessivos, os *jurua* (não indígenas)

Karai - Pai do fogo (*Mbya* Guarani)

Kerexu – filha de *Karai* (*Mbya* Guarani)

Mbya Guarani – coração bom; um dos povos Guarani

Mborai – canto sagrado Guarani

Nhandereko – modo de ser Guarani

Takuaty – muitas taquaras (*Mbya* Guarani)

Tekoa – lugares onde acontece o próprio modo de vida Guarani

Tenonde – frente, onde o sol nasce na cosmologia Guarani

Pachamama – Mãe Terra para o povo *Quechua*, da região dos Andes.

Porã – bonito, bom (*Mbya* Guarani)

Tupã – Pai do trovão, do vento e da brisa na cosmologia Guarani

Yvyrupa – território tradicionalmente ocupado pelo povo Guarani e também em um sentido mais amplo, o próprio planeta Terra

Fonte: Adaptado do livro de Timóteo Vera Tupã Popygua (2017) e de informações coletadas com a professora *Mbya* Guarani Juliana Kerexu.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Métodos estabelecidos para a elaboração dos PVs

PLANO DE VISITAÇÃO	MÉTODOS ESTABELECIDOS PARA A ELABORAÇÃO DOS PVs
SERRAS GUERREIRAS DO TAPURUQUARA	<ul style="list-style-type: none"> ● 1 seminário em 2015 com a FOIRN, FUNAI e ISA e comunidades envolvidas para conscientização sobre o turismo; ● 1 oficina em 2016; ● 1 viagem nas comunidades para a conscientização das mesmas sobre o projeto; ● 1 oficina para o planejamento de atividades voltadas para o turismo e apresentação dos parceiros e definição das expedições; ● 1ª Expedição nas Serras Guerreiras de Tapuruquara”, em 2016, com uma equipe de especialistas no papel de turistas, onde analisaram as estruturas, serviços, atividades e levantaram diagnóstico para definir as recomendações do projeto; ● Em 2017, foram realizadas mais 4 viagens com grupos de 10 pessoas, que contribuíram significativamente com os objetivos do projeto e conhecimento do TBC em outros destinos, além de preparo físico, e ● Em 2018, foram apresentados os resultados em cada comunidade e uma oficina conjunta onde definiram custos do projeto, valores, divisão de responsabilidades, manual de conduta e ajustes dos roteiros e operação dos mesmos e demais detalhes que compõem o plano de visitação.
RIO MARIÉ	<p style="text-align: center;">Os estudos de viabilidade iniciaram em 2013 e foram divididos em duas etapas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Levantamento ambiental e sociocultural, e ● Oficinas comunitárias para formatar inicialmente o plano de manejo de pesca e gestão territorial, incluído aí o turismo de pesca esportiva enquanto alternativa econômica. <p>Após análise integrada dos dados levantados durante as viagens, o Rio Marié foi avaliado em condição positiva para a prática do turismo de pesca esportiva e seguiram os passos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● 3 assembleias para elaboração do termo de referência com todos os critérios técnicos para implementação do turismo de pesca no rio Marié; ● A FOIRN realizou uma chamada pública de empresas interessadas em serem parceiras da ACIBRN; ● O projeto teve início em 2014, seguindo com expedições anuais de avaliação com acompanhamento da FUNAI e Ibama; ● Um Comitê Gestor da Pesca, formado pela ACIBRN, FORIN, <i>Untamed Angling</i> do Brasil (UAB - empresa parceira), FUNAI, Ibama e ISA, reúnem-se duas vezes ao ano para discutir o plano operacional do turismo e avaliar os resultados contábeis e do monitoramento ambiental; ● A partir daí, é ajustada ao longo do processo e as comunidades decidem coletivamente o rumo que querem dar para o seu projeto, e ● Em paralelo, há um investimento contínuo na capacitação e formação das lideranças e jovens envolvidos na operação.
YARIPO	<p>Em 2014, 2015 e 2016, foram realizadas 5 oficinas com os Yanomami:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Oficina de Introdução ao Turismo e a criação da Comissão de Turismo

	<p>Yanomami;</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Oficina de elaboração da matriz FOFA: Fortalezas; ● Oportunidades, Fraquezas e Ameaças e análise da proposta de Instrução Normativa da FUNAI para turismo em TIs; ● Oficina de Mapeamento da Cadeia de Valores do Yaripo Ecoturismo Yanomami. Levantamento de alimentos; ● Oficina de etnomapeamento: formação para uso do GPS e do programa Google Earth, levantamento em campo para além da trilha ao Yaripo, e ● Oficina de elaboração do Plano de Visitação. <p>Em 2016, foi realizada a Expedição de Etnomapeamento ao Yaripo, para avaliar as condições da trilha e prepará-la para receber os visitantes.</p> <p>Em 2017, foi realizada mais uma oficina para elaboração do Plano de Negócios e revisão final do Plano de Visitação.</p>
<p>TENONDÉ PORÃ</p>	<p>Plano elaborado a partir de uma série de oficinas realizadas nas aldeias na Terra Indígena Tenondé Porã, ocasião em que foram avaliadas iniciativas de turismo já praticadas e as propostas para desenvolvimento e regularização das visitas.</p>

Fonte: Adaptado dos Planos de Visitação selecionados

APÊNDICE B – Distribuição das competências

DISTRIBUIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS	
COMUNIDADE (LEVANDO EM CONTA ASPECTOS SOCIAIS, GERACIONAIS E DE GÊNERO)	
SERRAS GUERREIRAS DO TAPURUQUARA	<p>A divisão de postos de trabalho considera o rodízio de pessoas e comunidades para que haja uma ampla distribuição de responsabilidades e benefícios. Cada comunidade é responsável por um conjunto de atrativos/passeios, além da hospedagem e alimentação dos turistas.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Piloteiros: Precisam conhecer o canal, a história do projeto, gostar de conversar, além de saber consertar o motor; ● Coordenador do turismo na comunidade: Trabalha com o capitão para marcar o dia de ajuri para preparar a estrutura da comunidade para a visitação. Recebe água, combustível, gelo e outros materiais necessários para a expedição e tem de informar à ACIR os nomes dos colaboradores de cada atividade. Já com turistas, coordena a programação, verifica se estão todos bem e se falta algo ao grupo (água, papel, etc.); ● Capitão da comunidade: Apoia os coordenadores e a ACIR nos preparativos da comunidade para receber os turistas. É responsável pelo recurso da comunidade, podendo delegar para o coordenador, se assim a comunidade decidir, e ● Professores da escola: Ajudam na ornamentação do centro comunitário e do alojamento, preparam e organizam a recepção do grupo e, em algumas comunidades, coordenam atividades como oficinas, apresentações culturais e feiras de artesanato.
RIO MARIÉ	<p>Foram capacitadas mais de 180 pessoas das comunidades para atuar nas diferentes funções, em sistema de rodízio, para promover a maior participação das famílias e comunidades.</p> <p>Todas as decisões do projeto passam pela avaliação do Comitê Gestor da Pesca.</p> <p>Vigilantes indígenas: atuam na vigilância e monitoramento do território da ACIBRN, recebem ajuda de custo repassada mensalmente pela associação, a partir do recurso de implementação da governança e monitoramento, por meio do projeto de turismo de pesca, e</p> <p>Coordenador de vigilância: coordena a equipe e viaja para São Gabriel da Cachoeira para receber o pagamento.</p> <p>As atividades são predominantemente masculinas, havendo desafios para a inclusão de mulheres tanto na vigilância, quanto no trabalho durante a temporada, especialmente como guias de pesca, a ACIBRN está priorizando a discussão de um recurso específico, parte dos benefícios de cada temporada, para promover a articulação, capacitação e geração de renda por meio do artesanato para o grupo de mulheres.</p>

YARIPO	<p>GUIA: Conhecer bem a trilha; ter bom preparo físico e boa saúde; saber coordenar um grupo; conhecer histórias tradicionais sobre o Yaripo e conhecer os nomes em Yanomami dos igarapés, das plantas e dos diversos locais ao longo da trilha; ter formação em primeiros socorros e resgate; ser bem-humorado e animado; ser atencioso e paciente; saber falar português, e ter noção de outras línguas. Ter bastante diálogo com os turistas e carregadores, entre outras funções.</p> <p>CARREGADOR: Ter boa comunicação com os turistas; conhecer bem a trilha; ter formação em primeiros socorros e resgate; seguir a orientação do Guia; estar preparado no acompanhamento do turista na trilha; ter responsabilidade com os pertences dos turistas; ter honestidade na distribuição de materiais; auxiliar todos os turistas sem exceção; observar se os turistas cumprem o manual de conduta do turista, entre outras funções;</p> <p>CARREGADOR COZINHEIRO: Ser lenheiro e bom cozinheiro para agradar os turistas; ter experiência e estar capacitado para o preparo dos alimentos; ter gosto no preparo de comidas; estar à disposição da cozinha; ter bom controle dos alimentos; ser bem-humorado; saber preparar diversos tipos de comida, inclusive da culinária tradicional, e ter boa higiene pessoal e no preparo dos alimentos;</p> <p>PILOTO DE BARCO: Ter habilitação, conferir os equipamentos e combustível; saber fazer manutenção do motor de popa; ter noção de mecânica; saber todos os canais dos rios do trajeto; ser comunicativo, e ter conhecimentos sobre primeiros socorros e resgate;</p> <p>PROEIRO: Auxiliar o piloto durante todo o trabalho.</p> <p>COZINHEIRA: Saber preparar tanto refeições dos não indígenas como pratos tradicionais; manter boa higiene pessoal e no trato com os alimentos; saber manusear a botija de gás e fogão de cozinha, e saber fazer fogo e tirar lenha.</p> <p>VENDEDORA DE ARTESANATO: A própria associação das mulheres, Kumirayoma, trabalhando junto com a AYRCA, e</p> <p>COMISSÃO DE RECEPÇÃO: formada pelos anciãos das comunidades. Ser alegre; ter boa saúde; saber contar histórias dos antepassados e conhecer remédios tradicionais da floresta, ser pajé e afastar os espíritos maus, tanto na chegada dos turistas; quanto durante a caminhada ao Yaripo, e orientar os turistas sobre como devem se comportar durante a trilha.</p> <p>OBS: Os anciãos não devem revelar todo o seu conhecimento aos turistas.</p>
TENONDÉ PORÃ	Não é citado no Plano de Visitação.
PARCEIROS ENVOLVIDOS, RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES	

<p style="text-align: center;">SERRAS GUERREIRAS DO TAPURUQUARA</p>	<p>Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas (ACIR): Coordenar a operação do projeto e assegurar a distribuição dos cargos e funções, garantindo um equilíbrio entre as comunidades e a melhor distribuição de renda entre as famílias;</p> <p>Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN): Articular os arranjos com as instituições. Acompanhar a execução do projeto e garantir que as atividades ocorram em respeito ao Plano de Visitação e às deliberações das assembleias. Apoiar processos legais. Participar das reuniões de planejamento e monitoramento do projeto. Assessorar a ACIR na gestão financeira e implementar, em parceria com o ISA, um programa de formação continuada para ampliar a autonomia da organização, e</p> <p>Instituto Socioambiental (ISA): Articular os arranjos com as instituições locais envolvidas e aportar questões e limitações legais. Participar das reuniões de planejamento com os parceiros e contribuir com o planejamento logístico dos deslocamentos e na orientação para ACIR. Identificar as lideranças, mobilizadores locais, artesãos e contadores de histórias e incentivá-los a participar no projeto. Buscar talentos nas comunidades. Subsidiar conteúdo a ser disponibilizado aos viajantes sobre questões socioambientais relacionadas às Terras Indígenas do Médio Rio Negro e seus povos. Contribuir na produção e revisão do relatório final com resultados da avaliação com as comunidades e participar da reunião de avaliação das expedições nas comunidades</p> <p>Garupa: Durante o período de incubação e estruturação do projeto, atua na operação compartilhada que devem ser assumidas gradualmente pela ACIR;</p> <p>PREPARAÇÃO DAS VIAGENS: logística (cotar, reservar, contratar e pagar prestadores de serviços); gerenciamento de riscos (quanto aos primeiros socorros); identificação dos viajantes adequados (de acordo com pré-inscrição), e organização da documentação dos viajantes;</p> <p>DURANTE AS expedições: coordenação logística das expedições; rever a programação com o coordenador; orientar os viajantes; proporcionar interação e incentivar as pessoas da comunidade a oferecer informações aos viajantes sobre o contexto da criação da terra indígena, seu modo de vida e cultura, e buscar momentos de troca, para que os viajantes também compartilhem um pouco da sua experiência de vida.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estar atento(a) a participação e entendimento dos viajantes: se há dúvidas, se estão à vontade para fazer perguntas, e <p>PÓS VIAGEM: avaliação geral da expedição junto com os coordenadores locais (ACIR); elaborar avaliação dos viajantes e incentivar que os viajantes respondam e manter contato compartilhando notícias para que sigam “conectados” com a experiência e motivados a divulgar as expedições.</p>
---	---

RIO MARIÉ	<p>FOIRN: receber e distribuir o valor recebido da UAB para assim que encerrada cada Temporada; fazer as articulações necessárias entre os órgãos relacionados à regulamentação do desenvolvimento da atividade de turismo de pesca esportiva em terra indígena; assessorar a ACIBRN e as comunidades sobre os assuntos relativos à boa execução deste Contrato e compor o Comitê Gestor, e assessorar e apoiar a ACIBRN para garantir a exclusividade da Operação à UAB.</p> <p>ACIBRN: Definir sobre a utilização dos benefícios coletivos em assembleia geral; executar em conjunto com a UAB, as atividades de pesca turística da Operação, bem como o monitoramento da atividade e a fiscalização da Área, com vistas à preservação do recurso pesqueiro; aprovar, implementar e monitorar o Plano de Manejo da Pesca na área de abrangência da ACIBRN; elaborar regras de uso para os equipamentos e bens recebidos por meio dos Investimentos Iniciais e ao longo do projeto; elaborar, em conjunto com a UAB, um regulamento operacional contemplando, dentre outros assuntos, responsabilidades, sistema de contratação de rodízio, plano de manejo, monitoramento e fiscalização da Área e o funcionamento do Comitê Gestor; realizar viagens de articulação nas comunidades; garantir a exclusividade da Operação à UAB; interceder perante os órgãos competentes no acompanhamento a qualquer tipo de normativa a ser promulgada, entre outras.</p> <p>UAB: realizar a aquisição e instalação dos equipamentos; garantir o pagamento à FOIRN dos 10% do valor bruto de venda do pacote turístico; apresentar todas as planilhas financeiras da operação e os relatórios de monitoramento; oferecer os equipamentos e materiais necessários para a realização das reuniões do comitê gestor e as expedições oficiais de monitoramento; repassar para ACIBRN o valor da mão de obra e do sistema de fiscalização; treinar e capacitar as pessoas das comunidades para as funções da operação; cuidar da logística de compra dos alimentos; elaborar, em conjunto com a ACIBRN, um regulamento operacional; assessorar a ACIBRN e as comunidades sobre assuntos relativos à recursos financeiros, aplicação dos benefícios gerados em projetos de uso comum e implementação do Plano de Manejo de Pesca;</p> <p>Comitê Gestor; desenvolver operação na venda, promoção, logística, gestão e administração, nos mercados nacional e internacional; entregar os termos de responsabilidade para a entrada dos turistas à FUNAI; elaborar e garantir assinatura de Termo de Responsabilidade individual pelos turistas e funcionários não indígenas envolvidos diretamente na Operação, e garantir a infraestrutura necessária para o desenvolvimento da Operação e que os turistas possuam a documentação necessária para realizar a pesca amadora, conforme a legislação vigente.</p>
-----------	---

YARIPO	<p>FUNAI: receber e acompanhar todo o processo de aprovação do Plano de Visitação; elaborar documento único com o ICMBio para o controle dos visitantes; definir conjuntamente com outros órgãos procedimentos de fiscalização da TI Yanomami.</p> <p>ICMBIO: Coordenar a elaboração do Plano Ambiental da atividade de ecoturismo (levantamento ambiental, estimativa de uso dos recursos naturais, plano de conservação, manejo da trilha, monitoramento dos impactos); elaborar documento único com a FUNAI para o controle dos visitantes, e definir conjuntamente com outros órgãos procedimentos de fiscalização da TI Yanomami.</p> <p>EXÉRCITO: oferecer formação em primeiros socorros para guias e carregadores; oferecer formação em manutenção de motores de popa; viabilizar junto à capitania dos portos oficina de boas práticas em navegação; elaborar um plano de evacuação (resgate) em caso de urgência, e definir conjuntamente com outros órgãos procedimentos de fiscalização da TI Yanomami.</p> <p>SEMATUR/SGC6: Inserir a AYRCA no Conselho Municipal de Turismo para dar voz e voto aos Yanomami na política de turismo do município; incluir o coordenador do projeto na capacitação gerencial solicitada ao Sebrae, reiterar a solicitação de recursos junto a Amazonastur para apoiar o projeto.</p> <p>ISA: Capacitar a AYRCA para a gestão do empreendimento e os Yanomami para desempenharem as atividades como guias, carregadores e cozinheiros; captar recursos para a implantação da infraestrutura básica necessária; realizar diagnósticos e elaborar propostas que visam soluções para a infraestrutura e melhorias nos serviços nas sedes dos municípios, e promover o diálogo e envolvimento das agências governamentais.</p>
TENONDÉ PORÃ	Não é especificado no Plano de Visitação.

APÊNDICE C – Estrutura e custo

ESTRUTURA E CUSTO				
Nome do projeto	Serras Guerreiras do Tapuruquara	Rio Marié	Yaripo	Tenondé Porã
Transporte	Incluso partindo de Manaus para as comunidades, com voo fretado de aeronave e embarcação	traslados aéreos de ida de Manaus para o alojamento flutuante móvel – Barco-Hotel, no Rio Marié, com retorno aéreo para a cidade de Manaus.	A partir de São Gabriel da Cachoeira, quando os turistas são embarcados nas canoas dos Yanomami e levados rumo ao Yaripo.	Via fluvial ou terrestre (por conta do visitante)
Hospedagem	Alojamentos coletivos	Acomodações em hotel de nível 4 ou 5 estrelas, em Manaus e no Barco-Hotel no período do Rio Marié.	Acampamento móvel carregado e montado/desmontado pelos Yanomami durante a expedição	<i>Camping</i>
Alimentação	5 refeições por dia, preparadas pelas famílias em suas casas ou em ajuri (mutirão), em cozinhas comunitárias, inspirado na cultura alimentar local.	Serviço all inclusive incluso no Barco -Hotel	5 refeições por dia, com cardápio inspirado na cultura Yanomami, denominado Cardápio Cultural, que terá como princípios os saberes e os alimentos locais.	Inclusa nas vivências, com alimentos tradicionais.
Preço da viagem por viajante	Iwitera - R\$ 567,00 Maniaka - R\$ 6.161,00	Set. a dez.: Acesso com Hidroavião Mercado Internacional: US\$6.700 (+ US\$625 adicional extra de Hidroavião) Mercado Brasil: R\$18.000,00 Jan. e Fev.: Acesso via Fluvial a partir de São Gabriel da Cachoeira Mercado Internacional: US\$4.250 Mercado Brasil: R\$12.500,00	5 refeições por dia, com cardápio inspirado na cultura Yanomami, denominado Cardápio Cultural, que terá como princípios os saberes e os alimentos locais.	Inclusa nas vivências, com alimentos tradicionais.

APÊNDICE D – Plano de negócios

PLANO DE NEGÓCIOS	
SERRAS GUERREIRAS DO TAPURUQUARA	Foram levantados todos os custos envolvidos na operação, incluindo o provisionamento de um fundo de estruturação e manutenção do projeto (10%), bem como um percentual de comissionamento para operadoras e agências de turismo (17%). No caso de venda direta, sem a participação de agências, o percentual será convertido em capital de giro, somando-se ao fundo de estruturação e manutenção. O preço final dos roteiros é o resultado da somatória dessas variáveis
RIO MARIÉ	As previsões no plano de negócios, a partir da temporada 2018, tem como objetivo o arranjo econômico de modo a reverter o desequilíbrio econômico entre parceiros, para garantir a sustentabilidade e continuidade do projeto a longo prazo. O contrato cumpriu 4 anos em Julho/18 e deve ser prioridade a retomada do equilíbrio entre benefícios para ACIBRN- Comunidades e a empresa parceira. A previsão de 2018 termos 18 semanas de temporada com 8 turistas entre setembro a dezembro, com acesso exclusivo com Hidroavião (14 Semanas) e em Janeiro/Fevereiro com 10 turistas por semana com acesso via fluvial a partir de São Gabriel da Cachoeira (tal qual já foi feito em 2017). Esta opção alternativa em Janeiro – Fevereiro visa atender a um mercado interno que não tem poder aquisitivo para o pacote de pesca com acesso via Hidroavião. Com isso, expandimos as possibilidades de venda, ampliando mercados, sem que um canibalize o outro e visando a otimização da temporada para recuperação econômica do projeto, sempre respeitando as recomendações ambientais feitas pelos estudos de monitoramento adaptativo dos técnicos do IBAMA.
YARIPO	Foram levantados todos os custos envolvidos na operação e definidos o índice de provisionamento da deterioração dos equipamentos, a porcentagem para contingências e o valor do fundo comunitário. O custo final da operação é o resultado da somatória dessas variantes. Será criado um fundo comunitário através de uma cobrança por turista, com utilização definida pela assembleia da AYRCA.
TENONDÉ PORÃ	Não é detalhado no Plano de Visitação.

APÊNDICE E – Primeiros socorros, manual de conduta e boas práticas, proibição para entrada de bebidas e drogas e gestão de resíduos

PRIMEIROS SOCORROS, MANUAL DE CONDUTA E BOAS PRÁTICAS, PROIBIÇÃO PARA ENTRADA DE BEBIDAS E DROGAS E GESTÃO DE RESÍDUOS	
PRIMEIROS SOCORROS	
SERRAS GUERREIRAS DO TAPURUQUARA	As comunidades contam com um agente de saúde, mas não dispõem necessariamente de medicamentos e materiais para curativos de primeiros socorros. A maioria delas tem pessoas com conhecimentos sobre remédios, porém nem todas as comunidades têm “pajés”. O coordenador de cada expedição é responsável por levar um kit de primeiros socorros completo e, a cada expedição, um médico de Santa Isabel do Rio Negro é contatado para que fique em alerta e atenda algum chamado do grupo (por meio do telefone de satélite) para orientar sobre procedimentos adequados e melhor destino para o deslocamento em função da emergência ocorrida.
RIO MARIÉ	Todos os funcionários devem prender sobre os Procedimentos de Emergência Gerais e anti fogo (incluindo como usar um extintor de incêndio); Todos os guias e funcionários devem estar cientes das medidas de segurança e práticas de Primeiros Socorros e aplicar durante o trabalho; todas as canoas devem sair com colete salva-vidas por pessoa e pelo menos um 15m de corda, e todos os funcionários devem saber usar telefones via satélite em caso de emergência e saber quem contatar.
YARIPO	A formação em primeiros socorros foi dada aos guias, carregadores, pilotos de barco e proeiros, através de duas oficinas de 40 horas cada uma com o Exército e a outra com pessoa com certificação reconhecida em primeiros socorros e regaste em áreas de difícil acesso. Em caso de necessidade, os Yanomami formados em primeiros socorros farão o atendimento e providenciarão o resgate para o Exército, onde o paciente será atendido pelo médico de plantão. Caso necessário, o paciente poderá ser removido pela aeronave, ou solicitar o resgate através de um helicóptero vindo de Manaus, caso a vítima esteja em lugar de difícil acesso.
TENONDÉ PORÃ	Não é citado no Plano de Visitação
MANUAL DE CONDUTA DE BOAS PRÁTICAS DE VISITANTES E COMUNIDADE	

<p style="text-align: center;">SERRAS GUERREIRAS DO TAPURUQUARA</p>	<p>O documento aborda: disposições gerais sobre a viagem, o que o viajante deve providenciar, o que está contemplado no valor da expedição, a política de cancelamento, a declaração de conhecimento de riscos, a declaração geral sobre estado de saúde, o aceite aos riscos informados e a autorização para providenciar tratamento médico em caso de emergência, indicando um familiar a ser avisado. Os viajantes assinam também o Termo de Responsabilidade Individual conforme demanda a IN3/ FUNAI. Em data próxima à expedição, os viajantes recebem ainda um e-mail destacando suas responsabilidades e lembretes sobre o que precisam levar, como preparar a mala, respostas a dúvidas comuns (FAQ) e outras orientações.</p> <p>No acordo de convivência, seguem as seguintes observações: Os turistas devem seguir a programação do roteiro; Não é permitido realizar outras atividades, como pesquisas, entrevistas, documentários, entre outras; Não é permitido andar sozinho – os turistas devem estar sempre acompanhados das lideranças e/ou dos guias das comunidades; É preciso pedir licença para filmar e fotografar. As imagens não poderão ser comercializadas; Não é permitido levar objetos, sementes e plantas das comunidades – os visitantes podem transportar apenas artesanato e alimentos que comprarem ou ganharem de presente; Durante as trilhas, antes de comer alguma coisa, o viajante deve lavar o rosto e fazer um bochecho para limpar a boca; Mulheres no período menstrual não podem andar na floresta, em locais considerados sagrados pelas comunidades; Podem ser realizados benzimentos para proteção antes das trilhas na mata.</p>
<p>RIO MARIÉ</p>	<p>O manual de boas práticas apresentado aos visitantes contempla: Atividades a serem realizadas; Relacionamento com Indígenas; Cultura Geral dos Povos Indígenas da Região; Restrições e atividades proibidas; Artesanato; e Horários da Operação Regras Pactuadas para o bom funcionamento do Projeto Marié: os turistas não acessam as comunidades; são recebidos pelo coordenador indígena e equipe de assistentes técnicos da UAB, que distribui o grupo com os guias e as áreas onde cada bote irá pescar a cada dia todos devem obedecer à divisão da pesca, para manejo dos lagos e sucesso da pescaria. Se houver algum problema ou necessidade de mudança, o coordenador indígena em conjunto com o guia chefe da UAB decidem para onde enviar os botes/turistas; os turistas são guiados por uma dupla de guias, um indígena e um não indígena, que fazem rodízio; o coordenador dos guias não-indígenas trabalha em parceria com o guia indígena, respeitando as decisões; não pode fumar nos botes de pesca; o guia tem que estar preparado e atento, o guia não indígena orienta sobre as técnicas de pesca e o guia indígena monitora a atividade; aos sábados acontece um almoço de confraternização entre turistas e guias com peixe assado pescado por eles, apenas nos lugares autorizados; o barco de apoio indígena fica próximo ao barco-hotel, com refeições preparadas no próprio barco o qual deve contar com cozinha, prático, serviços gerais e o responsável pelo abastecimento; no barco-hotel trabalham a assistente de cozinha, o capitão do barco e a função de serviços gerais.</p>

YARIPO	<p>O manual será enviado previamente por e-mail aos visitantes na hora da aquisição do pacote e fará parte do Termo de Compromisso que todo visitante terá que assinar e entregar para a AYRCA. O coordenador Yanomami passará todos os detalhes da viagem ao grupo, que devem: Respeitar os usos, costumes, crenças e tradições Yanomami; Seguir as instruções dos guias e carregadores durante a trilha, evitando riscos e acidentes; Portar documento de identidade oficial com foto e autorização individual de ingresso; Não permanecer ou transitar na Terra Indígena Yanomami ou percorrer trajetos diferentes daqueles pré-estabelecidos no roteiro de visita; Não remover qualquer material da Terra Indígena Yanomami, incluindo a coleta de frutos, plantas, sementes e pedras; Trazer todo o lixo produzido durante a expedição; Não praticar caça, pesca e extrativismo; Não portar ou ingerir bebidas alcoólicas ou substâncias ilícitas; Não portar armas de fogo; Não exercer atividades de pesquisa, proselitismo religioso, comércio, jornalismo ou qualquer atividade que não esteja prevista no roteiro de visita; Não adquirir artesanato que contenha partes de animais (pena, dente, pele, etc.); e utilizar somente sabonete e shampoo biodegradáveis ou sabão de coco.</p>
TENONDÉ PORÃ	<p>Cada visitante deve seguir algumas orientações e regras de conduta estipuladas pelas lideranças. como uma forma de propiciar uma visita agradável e respeitosa a comunidade, aos visitantes e a todos os seres que habitam as matas na região: Respeitem nossas regras e nossos direitos, só realizem visitas com agendamento prévio por meio do <i>site</i>; Chegue à aldeia com respeito e vontade de aprender a história, cultura e modo de ser, o <i>nhandereko</i>; chegue com a mente aberta, deixe os preconceitos de lado e amplie seus conhecimentos; Qualquer forma de proselitismo religioso está proibida e os responsáveis serão denunciados e impedidos de voltar novamente ao Território Indígena Tenondé Porã; Informe-se previamente sobre o que pode levar na visita, seja para consumo próprio, seja para presentear as pessoas; Nem sempre doações e presentes são benéficos às nossas comunidades; Procure aprender sobre as.</p>

	<p>tradições alimentares guarani e respeitá-las; Armas de fogo, bebidas alcoólicas e qualquer substância ilícita estão estritamente proibidas de serem levadas ao Território Indígena e os responsáveis estarão sujeitos a sanções penais.</p> <p>Respeite a natureza, a Mata Atlântica, essa mata exuberante, é cuidadosamente cultivada e protegida pela comunidade, contribua para a sua preservação; Não jogue lixo e não retire espécimes de flora e fauna da mata; Informe-se com os guias guarani sobre o destino adequado do lixo; Cada aldeia e atrativo natural tem uma estratégia para gestão de resíduos sólidos; Veja por onde anda, cada comunidade tem o direito de estabelecer um roteiro de visitação e definir lugares que não são permitidos aos turistas para preservar sua privacidade; há lugares onde o acesso não é permitido e não circule sem acompanhamento pelas aldeias; Os registros em áudio, foto ou vídeo devem ser previamente autorizados pelas lideranças ou monitores guarani responsáveis, assim como pelas próprias pessoas que estão sendo registradas. Além disso, está proibido qualquer uso comercial dos registros sem autoriza�o prévia e formal das lideranças guarani; Falar menos, escutar mais, nas aldeias e nas matas, é importante fazer silêncio para poder aprender e apreciar a beleza dos locais. Além disso, falar alto e fazer barulho podem ser muito inc�modo e desrespeitoso aos Guarani e uma postura desatenta e perigosa durante caminhada nas matas; Siga as orienta�es de segurança; Procure saber mais sobre a cultura, o modo de ser e a língua guarani Mbya, um povo de muito bom humor que gosta de conversar e rir, mas ao mesmo tempo reservados com quem não conhecem. Normalmente evitam ser grosseiros e não demonstram quando estão contrariados. Achrom muito inadequado quando não indígenas insistem em falar conosco ou quando solicitam que façam algo que não é de seu agrado. �s vezes. respondem "sim" apenas para se livrar logo de quem os incomoda. Ou seja, não seja insistente além da conta e procure perceber quando não está agradando! A grande maioria fala Guarani Mbya e conversam entre si, é preciso respeitar!</p>
ESTRATÉGIAS PARA IMPEDIR A ENTRADA DE DROGAS E BEBIDAS NAS ALDEIAS	
<p style="text-align: center;">SERRAS GUERREIRAS DO TAPURUQUARA</p>	<p>Coordenadores de turismo, o capitão da comunidade e a diretoria da ACIR são responsáveis por observar e fiscalizar a entrada de álcool e droga em sua comunidade. Essa preocupa�o se d� não somente para evitar que viajantes levem bebida ou drogas, mas também para garantir que não haja uso e abuso destas substâncias pelos próprios indígenas, que acessam as cidades e poderiam levar os itens para a comunidade. Este controle é realizado em um esforço de evitar problemas dentro das comunidades também antes das expedi�es, o que poderia impactar sua organiza�o.</p>
<p style="text-align: center;">RIO MARIÉ</p>	<p>Todos os turistas ter�o conhecimento prévio da restri�o de bebida alcóolica nas Terras Indígenas e assinarão o termo de responsabilidade. Devido as características operacionais do Projeto, os turistas NÃO TÊM acesso as comunidades durante o programa semanal de pesca, deixando assim o controle muito mais fácil. Os colaboradores da empresa foram capacitados e estão habilitados para fazer tal controle de ilícitos e garantir a informa�o prévia a todos os turistas visitantes bem como colaboradores do projeto de fora da TI. Ainda assim é feita a checagem das bagagens no aeroporto de Manaus por meio de raio-x e inspe�o contra ilícitos. Não será permitido o consumo de bebidas alcoólicas na atividade de pesca.</p>

YARIPO	<p>Apresentação aos turistas do Manual de Conduta, antecipadamente pela internet e também no 1º dia do roteiro, no Xapono dos Visitantes.</p> <p>No caso do turista ser pego ingerindo bebida alcoólica ou utilizando drogas, ele será lembrado pelo GUIA que tal conduta não é permitida e que no caso de reincidência o fato será informado à FUNAI e ICMBio. No caso de o turista estar visivelmente embriagado ou drogado, colocando em risco sua segurança e a dos demais, ele será impedido de continuar a viagem.</p>
TENONDÉ PORÃ	<p>De acordo com a Lei nº 6001/1973, não é permitida a venda de bebidas alcoólicas no interior de Territórios Indígenas; e, portanto, não será tolerada a venda e uso de bebidas alcoólicas em locais de visitação turística no interior da Terra Indígena Tenondé Porã, estando os responsáveis por eventuais transgressões da norma sujeitos à sanção penal.</p>
GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
SERRAS GUERREIRAS DO TAPURUQUARA	<p>O roteiro produz poucos resíduos: garrafas de água mineral, papel higiênico e algumas embalagens dos lanches consumidos na viagem antes e após o roteiro. As garrafas são todas reaproveitadas, seja para o reuso com água tratada (hipoclorito), seja para secagem e uso como embalagem de farinha de mandioca e de tapioca. Pilhas e baterias estão sendo recolhidas em garrafas pet e levadas para a cidade. E a ACIR está discutindo com a prefeitura de Santa Isabel do Rio Negro uma forma de destinação do lixo das comunidades e sua reciclagem também na cidade. Em relação aos dejetos sanitários, são reservados alguns dos banheiros convencionais das escolas (Cartucho e Boa Vista) para o uso separado dos turistas nos dias que permanecem nas comunidades. Depois, estes espaços são limpos novamente buscando evitar contágios de doenças para a comunidade. Os banheiros secos construídos ao lado dos alojamentos também são de uso exclusivo dos turistas, e depois de aterrados são devidamente desativados.</p>
RIO MARIÉ	<p>Coleta: Os resíduos gerados na operação serão coletados em recipientes adequados e identificados segundo sua classificação: orgânicos e inorgânicos, que serão distribuídos nas aéreas de serviço e áreas públicas do Barco-hotel. O lixo gerado nas embarcações de pesca sempre é trazido de volta para o barco-hotel.</p> <p>Armazenamento: Os resíduos recicláveis são separados e armazenados temporariamente no barco-hotel, para sua disposição final, em São Gabriel ou Manaus.</p> <p>Resíduos orgânicos: Considerando as características da operação, não se estimam volumes significativos de resíduos orgânicos a ser manejados; <u>eles</u> serão acumulados e enterrados em locais apropriados, definidos com as comunidades dentro de valas que são fechadas.</p>

YARIPO	<p>Planejar bem o que será levado para gerar a menor quantidade de lixo possível, pois todo o lixo será trazido de volta e não ficará na trilha. Separação dos tipos de lixo: Lixos Orgânicos, Lixo Inorgânico e Lixo tóxico; Trazer de volta todo lixo hospitalar que será levado ao polo base de Maturacá; Ponto de recolhimento de lixo em todos os acampamentos. Na trilha, todo o lixo será recolhido em sacos plásticos grossos no retorno da equipe e será conduzido pelos carregadores; Parceria com o turista para que ele leve o lixo quando sair da Terra Yanomami (usar vasilhame específico para evitar mau cheiro e fazer parceria com os TOYOTEIROS para trazer o vasilhame de volta); Restos de comida deverão ser enterrados em local afastado das paragens e do xapono para não atrair animais que possam trazer riscos aos turistas.</p>
TENONDÉ PORÃ	<p>A comunidade tem buscado diversas alternativas de manejo ecológico de resíduos e gestão ambiental da área, o que propicia atividades de visitaçãovoltadas não só para conhecer essas iniciativas, como também para participar dos mutirões promovidos pelas lideranças da aldeia.</p>

APÊNDICE F – Estratégias de monitoramento da visitação e capacitação dos proponentes

ESTRATÉGIAS DE MONITORAMENTO DA VISITAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS PROPONENTES	
MONITORAMENTO DA VISITAÇÃO	
SERRAS GUERREIRAS DO TAPURUQUARA	Cada comunidade é responsável pelo monitoramento e fiscalização de sua área de abrangência, também durante as expedições turísticas. As comunidades serão orientadas pela ACIR, de forma a realizar ajustes e manutenções necessárias na infraestrutura, bem como para identificação dos participantes em cada roteiro, suas responsabilidades e a condição da comunidade de participar com segurança e tranquilidade dos trabalhos.
RIO MARIÉ	Comitê Gestor do projeto é o espaço de avaliação e monitoramento do projeto, onde todos os envolvidos irão participar e tomar as decisões relativas ao projeto de comum acordo, garantindo plena e ampla participação das comunidades indígenas. Obrigatoriamente serão feitas uma reunião antes do início da atividade (temporada) e outra após o término da mesma, com reuniões extraordinárias, caso necessário, a fim de monitorar a atividade em suas diversas abrangências sociais, ambientais e econômicas.
YARIPO	Restos de comida deverão ser enterrados em local afastado das paragens e do xapono para não atrair animais que possam trazer riscos aos turistas; Separar as pilhas e baterias em local adequado para que não haja vazamento e levar para ICMBio em SGC; Num formulário aprimorado com o apoio da equipe do ISA, estão presentes orientações do ICMBio quanto a incorporação de outras estratégias de monitoramento ambiental, levantadas as seguintes questões: Registrar a quantidade de visitantes, guias e carregadores por expedição; Registrar os nomes dos Yanomami envolvidos e de quais comunidades pertencem; Condições do tempo; Opinião do turista (o que gostou e o que não gostou); Opinião dos Yanomami (o que gostou e o que não gostou com o Ecoturismo Yaripo); Monitoramento dos impactos negativos: todo tipo que for identificado como negativo; Impactos sociais: distribuição da renda gerada, etc. Impactos culturais? Número de garimpeiros trabalhando no Yaripo; Impacto ambiental: será necessário planejar especificamente, pedir apoio de pesquisadores e definir a forma de monitoramento conjunto com os Yanomami; Monitoramento de avistamento de fauna (animais); Monitoramento da Trilha: abertura, riscos, trajeto de pisoteio e etc.; Situação dos equipamentos: cordas, pontes, barracas, motores, voadeiras, etc.; Alimentos consumidos na trilha: quais e em que época; Presença de lixo na trilha (esse lixo deverá ser recolhido); Monitorar todos os ilícitos; O Guia deverá anotar os itens do monitoramento e repassará para o Secretário da AYRCA; Avaliação do grupo a cada expedição e avaliação geral uma vez por ano.
TENONDÉ PORÃ	Não é citado no Plano de Visitação
CAPACITAÇÃO DOS PROPONENTES	

SERRAS GUERREIRAS DO TAPURUQUARA	Capacitações realizadas: Direitos Indígenas e Legislação; TBC; Preparo e manutenção de trilhas; Vigilância e Proteção Territorial; Culinária, preparo de alimentos, uso da água e gestão do Lixo; Gestão e Avaliação do projeto.
RIO MARIÉ	O Termo de Referência do Projeto e do Contrato firmando entre as partes, permite aos membros das comunidades participarem de forma mais eficiente nos postos de trabalho gerados pelo projeto,
	proporcionando, então, um acesso mais justo aos benefícios diretos particulares gerados pela operação turística. O conceito aplicado é o do trabalho conjunto e participativo, onde especialidades serão divididas. Da mesma forma é realizado um treinamento prático constante para os membros das comunidades que assim desejarem, respeitando a independência de decisão dos mesmos, porém visando sempre maximizar sua participação no projeto. Programas de Capacitação realizados (2014 a 2017): Oficinas de Treinamento de Guias de Pesca (OGP) e treinamento para coleta de dados para Monitoramento Ambiental; Ajudante de Cozinha; Serviços Gerais; Marinharia e segurança na navegação; Atendimento de Clientes.
YARIPO	A capacitação será direcionada tanto para a AYRCA quanto aos Yanomami que irão trabalhar como guias, carregadores, pilotos de barco, proeiros, cozinheiras e coordenador do projeto. O quadro da AYRCA receberá formação em administração e contabilidade, também previsto a capacitação para os Yanomami que irão trabalhar diretamente durante as expedições ao Yaripo. Oficinas de primeiros socorros e manutenção de motores de popa, uso do sistema ODK de monitoramento.
TENONDÉ PORÃ	Entendemos que é muito importante escolhermos as pessoas certas para realizar a função de acompanhar as visitas e, eventualmente, promover formações específicas que as auxiliem nessas tarefas.

APÊNDICE G – Respostas das entrevistas de lideranças indígenas sobre o bem viver

A seguir, serão apresentados os relatos das lideranças indígenas que responderam gentilmente sobre o Bem Viver de seu povo, como parte prática e de extrema importância da pesquisa. Em respeito Às falas dos mesmos, seguem as transcrições na íntegra:

Juliana Alves – Povo Jenipapo Kanindé: *“O Bem Viver, pra gente, é termos o nosso território livre, livre de toda a contaminação. É ter a nossa Floresta livre de todo desmatamento, é ter os nossos lagos, nossos rios sem serem poluídos. ... é ter a nossa natureza ao nosso redor, ao nosso alcance, mas a natureza limpa, sem o olho gordo do homem branco e sem o olho gordo dos latifundiários. Bem Viver, para gente, povos nativos, é isso, é viver numa terra sem males, é viver no chão que a gente sabe que nós vamos retornar para esse chão e nós não queremos esse chão poluído. Bem Viver, pra gente, é não ter derramamento de sangue, é não ter desrespeito com os nativos com os povos originários. O Bem Viver, para a gente, e é poder saber que nossos parentes estão com seus territórios garantidos, é saber que onde tem um, todos estão defendendo a mesma causa, a mesma luta e com o mesmo propósito. Bem Viver pra gente é isso. O povo Jenipapo-Kanindé vive esse Bem Viver porque eles mantêm a sua cultura, a sua tradição, eles se importam com a mãe natureza, eles se importam de como eles vão fazer o seu plantio, de como ele vai fazer a sua pesca, de como eles vão fazer os seus roçados. Então o povo Jenipapo-Kanindé vive tudo isso porque eles protegem a mãe natureza. Nós somos os guardiões da mata, nós somos os guardiões da floresta, nós guardamos esse território, nós protegemos esse território e eu acredito que isso não seja só o meu povo Jenipapo-Kanindé, mas todos os povos indígenas, todos os que acreditam que viver bem é viver em uma terra sem males, é viver em uma terra sem ambição. Eu acredito que isso se expande a todas as pessoas que acreditam que podem fazer o melhor pela terra, que podem fazer o melhor pelo nosso sagrado. Isso é para o povo Jenipapo-Kanindé, mas também para outros povos do Brasil e do mundo inteiro. Nós acreditamos que o Bem Viver é termos nossa espiritualidade, é podermos fazer os nossos rituais, é podermos fazer as nossas rezas, os nossos cantos e sabermos que ali estamos buscando as forças dos nossos Encantados. Bem Viver pra gente é tudo isso!”*

Cacique Cícero de Brito – Povo Fulni-ô:

“Rapaz, na minha visão, Bem Viver é o indígena hoje viver em harmonia, de bem com a natureza, ter sua comida farta, ter sua água, né, ter a família indígena unida e tudo na paz. Saúde é tudo e a vida tem que estar no contexto indígena, uma vida bem-sucedida dentro da sua realidade cultural, isso é Bem Viver para nós indígenas”.

Ancião Glaucio Leite Txhleka – Povo Fulni-ô:

“Bem, no meu ponto de vista, o Bem Viver, primeiro que tudo, é a pessoa estar com saúde, família com saúde, estar na paz de Deus, sossegado e sem problema. Manter o equilíbrio psicologicamente firme para com Deus e a sociedade. Respeitar o seu pai, a sua mãe, seu familiar e seus anciões. Justamente viver em harmonia e ter seu pãozinho de cada dia, ter sua casinha para viver, pra pessoa estar dentro de sua casinha, sem problema, com saúde e a gente viver respirando esse ar naturalmente, espontaneamente, que Deus dá, sossegado, sem problemas que venham comprometer o nosso ser material. Isto é Viver Bem!”

Cacique Wiryçar Kariri Xocó – Povo Kariri Xocó:

“Falar um pouco do Bem Viver, como a gente vive dentro da comunidade Kariri Xocó. É viver em conjunto, fazer nossas plantação, trabalhar em grupo, né, não só na parte da agricultura, como na parte dos colares e artesanato. E também como nós temos a nossa escola dentro da nossa comunidade, viver em harmonia, trabalhando a cultura dentro da própria comunidade é muito importante, para trazer o conhecimento pra nossos jovens e também pra nossas crianças, é por isso que a gente torna a nossa comunidade Kariri Xocó num ambiente muito bom e tranquilo, com esse contato com a natureza, com os rios, que traz a tranquilidade e nos acalma. É esse um pouco do Bem Viver dentro de Kariri Xocó!”

Cacique Nea Noke Koĩ - povo Noke Koĩ:

“Acho que tudo isso é muito importante para os povos indígenas, o Bem Viver, a gente considera que é muito importante, porque, dentro da floresta, a gente se trabalha, né, então isso é pra todos os povos originários que precisam se manter e viver na floresta e dentro da nossa biodiversidade”.

Maria Tupinikim da Silva – Povo Tupinikim:

“Meu nome é Maria Tupinikim da Silva, nascida na aldeia de Caieras Velha. O Bem Viver, para mim, o que importa na minha vida e dos meus filhos, netos e tudo, é o que eu vivia quando eu nasci e me criei, comendo o peixe, caranguejo, né, o nosso mangue que faliu tudo, hoje em dia nós não dependemos mais dele e da caça, que era nosso alimento. Eu preferia viver o passado, não hoje, com meus neto, filho e tudo. E era muito bom a nossa vida, comia era uns pirão de caranguejo, aratu, goiamum, siri, ostra, hoje não temos mais nada disso. Então acabou tudo para nós que nós temos aqui nessa aldeia de Caieras Velha. Então, além disso aí que nós vivia, né, a nossa casa era de estuque, morava no mesmo chão que nós pisa hoje, só que é diferente, agora é de cimento, telha, né, que nós não vivia antes. Era só coisa natural mesmo, né, agora a gente vive aqui uma coisa que melhorou um pouco, mas, em compensação, misturou muita coisa no meio da gente, né, que é os branco que juntou. A gente vivia uma mil maravilha, dormindo na esteira que nós vivia, era fogãozinho de lenha, era muito bom o nosso

passado, eu tenho muita saudade mesmo disso aí e o que importa para mim até hoje, eu vivo no passado, mudei um pouco minha vida com as comunidades junto, mas o passado era melhor pra gente, pra mim.”

Nil Loureiro - Povo Tupinikim:

“Então, eu acredito que o Bem Viver é a gente estar em paz consigo mesmo né, é permitir que essa paz reflita nas outras pessoas, que essa paz ultrapasse as barreiras e chegue até outra pessoa. É a gente poder conviver com harmonia no ambiente que a gente vive. No ambiente que vivemos, poder usufruir da natureza o necessário pra nossa sobrevivência e respeitar, porque eu acredito que sem ela a gente não é ninguém, sem a natureza nós não somos ninguém, se ela acabar nós morremos juntos né. E assim, diante de todas as situações que a gente é obrigada a conviver, nós, como indígenas na nossa aldeia, diante de todos os empreendimentos e de todos os problemas que, vamos dizer assim, o homem branco trouxe pra nós, a gente tem a nossa obrigação de buscar essa paz. Nossos antepassados sempre nos orientaram sobre isso, buscar essa harmonia, buscar a paz, saiba ir pra saber voltar também, né, acho que isso é importante, que sempre meu avô falava isso, saiba onde ir pra você poder voltar. Então é importante que a gente busque essa paz, mesmo sabendo que é muito difícil hoje essa harmonia acontecer, mas é importante que essa harmonia nunca falte para poder ter um mundo melhor. Talvez seja por isso que o mundo está do jeito que tá, né, porque falta muita harmonia, falta paz nas pessoas. E falta também a busca por ela, né, às vezes as pessoas deixaram de lado e não buscam mais isso, talvez por isso que o mundo está desse jeito aí.”

Ivan Bribis Rodrigues – Povo Kaingang:

“Falando aqui sobre o Bem Viver Kaingang e como que isso é nossa referência e tal, hoje, para mim, é 90% de uma população indígena no Paraná que se encaixam nesse formato. Da terra indígena Apucarantina, onde eu vivo e todas as terras indígenas que eu conheço, que eu já morei, Mangueirinha, Rio das Cobras, Ivaí, Marrecas né, nesse Paranazão. Mas principalmente em Apucarantina, falando na juventude Nën Ga, que nós vem ali com ela desde 2010 fortalecendo a cultura, buscando através disso fazer uma luta organizada e coordenada, de ações principalmente no que nos atinge e no que nos limita, no acesso às novas normas que nos ajudem nesse mundo, nessa luta pelas garantias dos nossos direitos que querem extinguir. O Bem Viver pra comunidade Kaingang é a gente ter os nossos pequenos espaços de terra, garanti-los, e buscar garantir mecanismos para que a gente acesse as terras decretadas no início do século passado, que depois foram reduzidas drasticamente e que hoje a gente tem que estar brigando embasados em documentos. Muita gente que não conhece a nossa realidade acha que a gente tá brigando por algo que não existe, mas não, a gente tem papel na mão, a gente tem documento. Então o Bem Viver é garantir tudo isso e eu cito isso, essa questão das normas e de garantia de direitos, porque isso está em evidência há muito tempo. O Bem Viver nosso

precisa de terra, os nossos lagos, rios, minas e ribeirões, ter esse espaço para que a gente possa tá junto com nossos familiares, ter os locais aonde a gente possa praticar tudo isso. O grupo Nën Ga faz uma festa, que é bem amplamente divulgada, chamada “Festa do Pari”, que é também algo para gente garantir a sobrevivência de nossa cultura, língua e tradições, para transmitir os conhecimentos passados e o que a gente pode se organizar pro futuro. Bem Viver, terra, organização com responsabilidade, porque a gente tá reivindicando algo e a gente não pode agir com desvio de conduta, para que a gente não seja barrado ainda mais nos acessos aos direitos. Então, terra, organização e responsabilidade, junto e isso chega até as famílias e as famílias vão trabalhar com esses jovens e as coisas vai andando. Então a gente tem que ter espaço, porque dentro do espaço, dentro da terra você vai ter a sustentabilidade, o cumprimento das garantias constitucionais, cultura, tradição, em parceria com a escola, trabalhar ideias e projetos diferenciados. Ter esses espaços para as práticas de lazer, atividades do dia a dia de coleta, caça e pesca, Bem Viver é isso, ter um lugar para nós ir pescar na bacia do Rio Tibagi, estar ali com a família e tudo. O que hoje a gente vê também do Bem Viver, a questão dos acessos às redes sociais, a tecnologia vem também de encontro com muitas coisas, apesar de ser útil, porque a nossa juventude está ali diretamente ali 24 horas informada do que tá acontecendo e isso é importante. Mas tem algo que não é, que não vem com essa questão da tecnologia, algumas coisas que tira de nossa juventude, como joguinhos e outras práticas, que toma o tempo da nossa juventude que não tá mais brincando, não tá indo na mata coletar frutas silvestres e tudo, coisas práticas que eu fazia muito, ir pescar com grupo de jovens e tal, fazia muito isso em Mangueirinha. Então, são coisas assim que, para nós, território, ter um lago totalmente ou totalmente protegido, sem agrotóxico para gente estar ali. A gente não vai sobreviver só da pesca, mas a prática da pesca de forma artesanal, estar lá no bate-papo isso é transferência de conhecimento também não é só prática da Pesca que a gente vai lá, o peixe é consequência, claro, pegá-lo pra alimentação em alguns momentos. Eu uso isso com pessoas jovens, com sobrinhos e da família para estar conversando, como era com nossos ancestrais, nossos avós, que muitos não conheceram, né, faziam isso, eles faziam isso comigo, meus tios. Então, a gente faz o Bem Viver um pacote que vem com terra responsabilidade e transmissão de conhecimento das ações que praticamos. E essas rodas de conversas que alavancam o que a gente pensa no futuro e como que temos que se organizar. Essa transferência de conhecimento pai, filho, avó, neto, filho e comunidade, quando envolve todo mundo, a partir disso, tendo território e todas as garantias de direitos a gente consegue avançar no Bem Vive. Porque o que a gente faz e pratica, na questão do Bem Viver com relação à educação e transferência de conhecimento, é muito diferente de uma sala de aula, você tá numa pracinha no centro de um grande centro você tem essa transferência de conhecimentos ali oralmente, em locais variados de práticas, sejam esportivas, de práticas tradicionais como a pesca, ou talvez no cultivo e no trabalho da terra na agricultura familiar ou numa simples horta, essa transferência. Muitas coisas da nossa alimentação do passado hoje não existe mais em nossa comunidade, essa alimentação de

hoje prejudica muito. Em Apucarantina, até os anos 90, eram raros os casos de doenças cardiovasculares, pressão alta e outras mais, diabetes, a alimentação nos últimos 30 anos mudou drasticamente dentro das terras indígenas e com isso veio as doenças, que são normais aí dentro do mundo não índio e que para nós é novidade. Então, essas coisas, por exemplo, você tem que trazer e mostrar o Bem Viver, não é só comprar o industrializado, não vamos ter como garantia toda alimentação vinda da coleta ou da produção interna, mas vou minimizar esses impactos. Então, o Bem Viver envolve tudo, a gente tem que estar ali, né, envolvendo esse trabalho e daí chega em tudo, em educação e saúde. O Bem Viver, então, é hoje, principalmente, garantias de terras e espaços, pra essa e pras futuras gerações.

Jovina Renhga – Povo Kaingang:

“O Bem Viver pra nós ainda é a nossa própria cultura. Eu, como vivo na aldeia urbana, somos diferentes das aldeias tradicionais, só que a gente também tem nossos costumes, a gente nunca deixou nossos costumes, esse é o Bem Viver dentro de uma comunidade indígena. Na nossa forma de viver, a gente ensina nossos filhos. Como nossa aldeia é formada por três etnias Kaingang, Guarani e Xetá, então a gente faz nossas comidas tradicionais, a gente participa da cultura dos outros povos. A gente também sabe que a gente tem um direito que não é respeitado pela sociedade e eu sempre estou nessa luta também, junto com os povos indígenas de todo o Brasil. Eu estive também no Levante pela Terra em Brasília lutando pelos direitos. Estamos tentando que a sociedade não indígena também tenha essa consciência do por que a gente luta, porque se a gente não lutar vai ficar sempre assim, críticas contra nosso povo indígena. Foi muito forte no acampamento, a gente se encontrou todo mundo lá sabe, os povos de todo o Brasil, pra que a sociedade enxergue também esse lado do Bem Viver. Então esse, pra mim, também é o Bem Viver, de estar juntamente com todos os povos. Eu me sinto muito bem, apesar de que a nossa comunidade de Curitiba, ela é uma cultura diferente também dos outros povos, nós falamos Kaingang e tem Guarani ali também e nós temos a sala a oca onde a professora Rosane que dá aula ali e tem o Elias Guarani que dá aula de Guarani. Então, isso é um Bem Viver né, o resgate da cultura, porque somos indígenas urbanos, então, esse é um Bem Viver que temos dentro da nossa comunidade. Nossos filhos também, eles têm uma vida, assim, solta, nós não deixamos nossos filhos presos, né, porque a nossa aldeia é tipo um condomínio, é fechado e então nossas crianças têm liberdade para brincar dentro de nossa aldeia, elas não são presas né e é assim o Bem Viver dos nossos filhos. E, quando uma mãe sai para trabalhar, a mãe que fica em casa cuida dos filhos dos outros, a gente ajuda a cuidar. Esse é o Bem Viver dentro de uma comunidade e tem que ser respeitado. A questão da demarcação das nossas terras, porque somos os verdadeiros donos dessa terra e isso deve ser respeitado pela sociedade, porque uma das coisas que nós temos é que somos os verdadeiros donos dessa terra e muitas pessoas não nos reconhecem. Então o que eu tenho para dizer é demarcação já e fora Bolsonaro genocida, porque eu queria viver

bem, sabe, mas enquanto esse genocida não sair, o que será da vida das comunidades indígenas? Nós queremos viver bem dentro do que é nosso, né, mas é difícil. Se nós não lutar, como que vamos viver bem?”